

**Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**



**RICARDO BRUNO MOREIRA CLARO**

Aspirante a Oficial de Polícia

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS**

XXX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**O PANORAMA SECURITÁRIO IBÉRICO  
—  
ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO POLICIAL**

Orientador

**PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA**

Maio, 2018



**Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**



**RICARDO BRUNO MOREIRA CLARO**

Aspirante a Oficial de Polícia

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS**

XXX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

# **O PANORAMA SECURITÁRIO IBÉRICO — ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO POLICIAL**

Orientador

**PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA**

Maio, 2018



Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna  
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre  
em Ciências Policiais (Curso de Formação de Oficiais de Polícia), sob  
orientação científica do Professor Doutor Eduardo Pereira Correia.

*Aos meus pais e irmão.*

## AGRADECIMENTOS

Ao longo destes cinco anos, o Curso de Formação de Oficiais de Polícia revelou-se um árduo percurso. Fruto do meu sucesso pessoal, contribuíram pessoas às quais não posso deixar de demonstrar o meu profundo agradecimento.

Começo por deixar uma menção de gratidão ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e à Polícia de Segurança Pública, por me permitirem alcançar o objetivo de ser oficial de Polícia.

Uma palavra de apreço ao XXX Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Recordo todos os bons e maus momentos, que, sem dúvida, nos ajudaram a crescer.

Agradeço aos Exmos. Srs. Diretores Nacionais-Adjuntos, Superintendente-chefe Magina da Silva, Superintendente-chefe Ferreira de Oliveira e Superintendente-chefe Matos Torres, pelo contributo na elaboração desta investigação.

À Embaixada de Espanha em Portugal, na pessoa do Exmo. Sr. Adido do Interior Avelino José Garcia Lopez, por ter colaborado com este estudo, através da disponibilização de dados e da realização da entrevista. O meu obrigado.

Aos Subcomissários Rúben Sousa e Manuel Fernandes, por me terem acompanhado durante o estágio prático. Agradeço-lhes por todos os conselhos e ensinamentos.

Ao Professor Doutor Eduardo Pereira Correia, agradeço por ter sido o meu orientador na dissertação de mestrado. Desde o primeiro dia que me transmitiu uma enorme confiança e sábios conselhos para a elaboração desta investigação. Um obrigado por todo o acompanhamento ao longo desta etapa.

Seria ingrato não mencionar aqueles com quem desenvolvi uma cumplicidade imensa: ao Leandro Berenguer, Renato Moraes, Tiago Costa, Francisco Monteiro e Paulo Lima; o meu profundo agradecimento por todos os momentos, desabafos e apoio. Tenho a certeza que vos levo como grandes amigos pela vida.

Aos meus pais, irmão e família. Porque sem vocês não conseguiria alcançar o meu objetivo, obrigado por todo o apoio, não só no curso, mas em todo o meu percurso. Tenho a certeza que continuarei a contar convosco em todos os desafios.

Por último, agradeço à Dulce que me ajudou a tudo isto ser possível. Quaisquer palavras seriam insuficientes para expressar o quanto lhe quero agradecer. Obrigado por teres estado sempre ao meu lado.

Obrigado por todo o apoio e compreensão.

## RESUMO

# O PANORAMA SECURITÁRIO IBÉRICO ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO POLICIAL

RICARDO BRUNO MOREIRA CLARO

Atualmente, os estados interagem com atores securitários nacionais e internacionais, públicos e privados, por forma a garantir eficazmente a segurança dos cidadãos. A emergência de novos riscos e ameaças impulsionou o surgimento de uma segurança partilhada e coproduzida, originando a instituição da cooperação policial internacional como um dos pilares fundamentais da segurança interna dos estados.

No panorama ibérico, as relações diplomáticas entre Portugal e Espanha demonstram um historial de ligações securitárias amplo e consolidado. No que concerne à cooperação policial, a Polícia de Segurança Pública e a *Policía Nacional* evidenciam políticas externas baseadas na interajuda mútua, na realização de ações conjuntas e no apoio formativo.

Perante os desafios securitários à península ibérica, impele sobre a perspetiva nacional adaptar o modelo organizacional policial, por forma a responder adequada e eficientemente à problemática securitária. Comparativamente, e tendo em conta o atual panorama demográfico e policial, o Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública revela uma materialização excessiva de esquadras policiais.

**Palavras-chave:** Portugal; Espanha; Segurança; Polícia de Segurança Pública; Policía Nacional.

## RESUMEN

# EL PANORAMA SECURITARIO IBÉRICO ESTRATEGIAS DE ORGANIZACIÓN POLICIAL

RICARDO BRUNO MOREIRA CLARO

Actualmente, los estados interactúan con actores securitarios nacionales e internacionales, públicos y privados, para garantizar eficazmente la seguridad de los ciudadanos. La emergencia de nuevos riesgos y amenazas impulsó el surgimiento de una seguridad compartida y coproducida, originando la institución de la cooperación policial internacional como uno de los pilares fundamentales de la seguridad interna de los estados.

El panorama Ibérico, las relaciones diplomáticas entre Portugal y España demostrar un historial de grandes y consolidadas enlaces securitarias. En lo que concierne a la cooperación policial, la *Polícia de Segurança Pública* y la Policía Nacional evidencian políticas externas basadas en la interacción mutua, en la realización de acciones conjuntas y en el apoyo formativo.

Ante los desafíos securitarios a la península ibérica, impulsa sobre la perspectiva nacional adaptar el modelo organizacional policial, para responder adecuadamente y eficientemente a la problemática securitaria. Por comparación, y teniendo en cuenta las perspectivas y la policía demográfica actual, el *Comando Metropolitano de Lisboa* de la *Polícia de Segurança Pública* revela materialización excesiva de las estaciones de policía.

**Palabras clave:** Portugal; España; Seguridad; *Polícia de Segurança Pública*; Policía Nacional.

## ABSTRACT

# THE IBERIAN SECURITY PANORAMA POLICE ORGANIZATION STRATEGIES

RICARDO BRUNO MOREIRA CLARO

Currently, states interact with national and international public and private actors to ensure the security of citizens effectively. The emergence of new risks and threats has spurred the emergence of shared and co-produced security, leading to the institution of international police cooperation as one of the fundamental pillars of states' internal security.

In the Iberian panorama, the diplomatic relations between Portugal and Spain show a long and consolidated history of security relations. As far as police cooperation is concerned, the *Polícia de Segurança Pública* and the *Polícia Nacional* demonstrate external policies based on mutual self-help, joint actions and training support.

In view of the security challenges facing the Iberian Peninsula, it encourages the national perspective to adapt the police organizational model, to respond adequately and efficiently to the security problems. Comparatively, and considering the current demographic and police panorama, the Metropolitan Command of Lisbon of the *Polícia de Segurança Pública* reveals an excessive materialization of police departments.

**Keywords:** Portugal; Spain; Safety; *Polícia de Segurança Pública*; *Polícia Nacional*.



## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

CCPA	Centros de Cooperação Policial e Aduaneira
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CNP	<i>Cuerpo Nacional de Policía</i>
COMETLIS	Comando Metropolitano de Lisboa
CPA	Código do Procedimento Administrativo
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRP	Constituição da República Portuguesa
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DL	Departamento de Logística
DNPSP	Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
DRH	Departamento de Recursos Humanos
ETA	<i>Euskadi Ta Askatasuna</i>
EUROPOL	Serviço Europeu de Polícia
GC	<i>Guardia Civil</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
GOEPSP 2017-2020	Grandes Opções Estratégicas da Polícia de Segurança Pública para o quadriénio de 2017-2020
LOFCS	<i>Ley Orgánica de Fuerzas y Cuerpos de Seguridad</i>
LOPSP	Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
LSI	Lei de Segurança Interna
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIPC	Organização Internacional de Polícia Criminal
ONU	Organização das Nações Unidas

ONUECC	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PN	<i>Policía Nacional</i>
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações
PSP	Polícia de Segurança Pública
TE-SAT	<i>European Union Terrorism Situation and Trend Report</i>
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia
UL	União Latina
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## ÍNDICE DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I	Organograma – Direção Nacional PSP.	71
Anexo II	PSP – Recursos Humanos e Esquadras.	73
Anexo III	Instalações policiais da PN na <i>Jefatura Superior de Policía de Madrid</i> .	76
Anexo IV	Demografia em Espanha e Madrid (2010 – 2016).	78
Anexo V	Demografia em Portugal e na área metropolitana de Lisboa (2010 – 2016).	80
Anexo VI	Criminalidade em Espanha e Madrid (2010 – 2016).	82
Anexo VII	Criminalidade em Portugal e Lisboa (2010 – 2016).	84
Anexo VIII	Entrada e saída de elementos para a PSP no período de 2013 a 2017.	86
Anexo IX	Projeção relativa à saída e entrada de elementos da PSP no período de 2018 a 2021.	88
Anexo X	Evolução do número de passageiros no aeroporto de Lisboa (2006 – 2016).	90
Apêndice I	Entrevista ao Adido do Interior da Embaixada de Espanha em Lisboa.	92
Apêndice II	Entrevistas aos Diretores Nacionais Adjuntos da PSP.	99
Apêndice III	Freguesias com subunidade orgânica policial (esquadra) – COMETLIS.	114

## ÍNDICE

Termo de abertura .....	I
Dedicatória .....	II
Agradecimentos .....	III
Resumo .....	IV
Resumen .....	V
Abstract .....	VI
Lista de siglas e acrónimos .....	VII
Índice de anexos e apêndices .....	IX
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>OPÇÕES METODOLÓGICAS .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I: DA GLOBALIZAÇÃO SECURITÁRIA À REALIDADE POLICIAL IBÉRICA</b>	
I. 1. A governança da segurança: da génese à cooperação policial europeia .....	8
I. 2. Ameaças e riscos: um desafio securitário .....	13
I. 3. As relações luso-espanholas: um contributo bilateral .....	18
I. 4. Os sistemas policiais: a realidade na península ibérica .....	22
<b>CAPÍTULO II: O PANORAMA SECURITÁRIO E DEMOGRÁFICO IBÉRICO</b>	
II. 1. A autoridade policial portuguesa .....	27
II. 2. O contexto policial castelhano .....	31
II. 3. Uma análise orgânica à Polícia de Segurança Pública .....	34
II. 4. <i>Policía Nacional</i> : uma visão estrutural .....	36
II. 5. Demografia e criminalidade: uma observação luso-espanhola .....	40
<b>CAPÍTULO III: O MODELO DE ORGANIZAÇÃO POLICIAL</b>	
III. 1. Uma visão comparativa ibérica .....	43
III. 2. As subunidades orgânicas policiais: uma análise ao COMETLIS .....	46
III. 3. Modelo organizacional da PSP: perspetivas futuras .....	50
III. 4. A evolução da atividade policial: uma resposta aos novos desafios .....	53

<b>CONCLUSÃO</b> .....	57
------------------------	----

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. Dicionário.....	60
2. Livros e Capítulos de Livros.....	60
3. Legislação .....	63
3.1 Legislação - Portugal .....	63
3.2 Legislação - Espanha .....	65
4. Imprensa.....	65
5. Fontes eletrônicas .....	66
6. Entrevistas.....	69

## **ANEXO E APÊNDICES**

Anexo I .....	71
Anexo II .....	73
Anexo III .....	76
Anexo IV.....	78
Anexo V .....	80
Anexo VI.....	82
Anexo VII.....	84
Anexo VIII.....	86
Anexo IX.....	88
Anexo X.....	90
Apêndice I.....	92
Apêndice II.....	99
Apêndice III.....	114

## INTRODUÇÃO

Com o fim do mundo bipolarizado e a emergência de novas ameaças, o panorama securitário mundial tem sofrido inúmeras alterações. O garante da segurança dos cidadãos foi alvo de constantes mutações, originando a reformulação e evolução das políticas de segurança governativas. Se outrora os estados centravam os seus recursos predominantemente na defesa das suas fronteiras e da soberania nacional, atualmente concentram os diferentes mecanismos securitários em duas vertentes interdependentes: a segurança interna e a segurança externa.

A cooperação internacional assume um importante mecanismo securitário, na medida em que os estados, através da integração em organizações internacionais comuns e da realização de acordos estratégicos, visam garantir eficazmente a segurança interna e externa. Na península ibérica, a cooperação securitária encontra-se descrita nos acordos assinados entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, bem como nas respetivas leis orgânicas das forças de segurança.

Por forma a compreender a cooperação policial ibérica, nomeadamente no que concerne às forças de segurança de natureza civil, introduza-se a LEI ORGÂNICA DA PSP<sup>1</sup> (LOPSP) e a *Ley Orgánica de Fuerzas y Cuerpos de Seguridad*<sup>2</sup> (LOFCS). A LOPSP afirma que é atribuição da Polícia de Segurança Pública (PSP) participar na execução da política externa no âmbito policial, integrar missões de cooperação policial internacional e representar Portugal em organismos e instituições internacionais<sup>3</sup>. Em harmonia, a LOFCS aponta que é atribuição do *Cuerpo Nacional de Policía* (CNP)<sup>4</sup> “colaborar e prestar auxílio às polícias de outros países”<sup>5</sup>.

No panorama atual, destaquem-se os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA)<sup>6</sup> como um dos principais mecanismos de cooperação policial. A instalação de centros de cooperação policial e aduaneira permitiu o desenvolvimento de missões policiais e aduaneiras<sup>7</sup> conjuntas pelas polícias ibéricas. De entre as forças de segurança luso-castelhanas, a PSP e a PN têm competência para prosseguir tal missão.

---

<sup>1</sup> A LOPSP é aprovada pela LEI n.º 53/2007, de 31 de agosto.

<sup>2</sup> Note-se que a criação da LOFCS, em 1986, decorre da observância do art.º 104.º da *Constitución Española* que impõe a criação de uma lei que regule o funcionamento, o estatuto e os princípios básicos das forças de segurança espanholas. Assim, foi estabelecida a LEY 2/1986, de 14 de março.

<sup>3</sup> De acordo com a alínea o) do n.º 2 do art.º 3.º da LOPSP.

<sup>4</sup> Atualmente o CNP é designado de *Policía Nacional* (PN).

<sup>5</sup> Cfr. alínea a) do n.º 1, do art.º 12.º da LOFCS.

<sup>6</sup> Neste âmbito, destaque-se o DECRETO n.º 13/2007, de 13 de julho, que define o acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre a cooperação transfronteiriça em matéria policial e aduaneira.

<sup>7</sup> Cfr. art.º 1.º do DECRETO n.º 13/2007, de 13 de julho.

Após a percepção da existente cooperação policial ibérica, importa compreender de que forma a PSP pode adequar as suas estratégias de ação e melhorar o seu modelo organizacional. O processo de adequação e evolução interno da PSP visa prevenir, eficientemente, a concretização de novos riscos e ameaças.

Com esta investigação procuramos compreender se as forças de segurança civis luso-espanholas exercem a sua atividade com base num modelo organizacional semelhante ao modelo português, e de que forma o modelo nacional pode progredir. Neste ponto, abordaremos comparativamente o Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS) da PSP com a *Jefatura Superior de Policía de Madrid*. Para esclarecer tal problemática, destacamos a importância de compreender quais os riscos e ameaças que surgem no espaço comum europeu e, em particular, na península ibérica.

Assim, no primeiro capítulo surge a importância de esclarecer o conceito de governança da segurança e esclarecer a sua importância perante o panorama securitário atual. Nesta perspetiva, torna-se relevante abordar e clarificar as ameaças e riscos atuais para justificar a intensa cooperação policial europeia.

Sobre esta temática, atente-se que outrora os estados condicionavam os seus meios para a dimensão externa da segurança, dado que as grandes ameaças provinham do exterior e quase exclusivamente derivavam de conflitos com outras nações. Porém, o final da Guerra Fria e a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) modificaram por completo o padrão securitário. Nesta linha, MARQUES GUEDES e LUÍS ELIAS (2010, p. 50) declaram que

*[...] o fim do Mundo bipolar veio permitir o reacender de velhos conflitos étnicos, territoriais e religiosos no coração da Europa – para não falar daqueles que eclodiram um pouco por todo o Mundo, como consequência da lógica hegemónica em dois grandes blocos político-ideológicos se ter desfeito [...].*

Perante o exposto, compreende-se que o panorama securitário se modificou globalmente, retirando a exclusividade problemática aos conflitos interestaduais. Apesar deste tipo de conflitos ainda se observar atualmente, impelem no espetro securitário, de forma mais presente, outras problemáticas como as ameaças terroristas de índole religiosa, a cibercriminalidade e a criminalidade organizada grave e violenta.

O grande marco da alteração securitária foi o surgimento do conceito de segurança humana, introduzido pelo PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) em 1994. O PNUD (1994, p. 23) definiu o conceito de segurança humana, como a preocupação pela maneira das pessoas viverem e

respirarem em sociedade, com a liberdade de as mesmas fazerem as suas diversas escolhas, com o acesso que têm ao mercado e às oportunidades sociais e se vivem em conflito ou em paz. Desta forma, os estados compreenderam que o conceito de segurança passou a ter um cariz multidimensional, para além da dimensão fronteiriça e de conflito soberano entre estados.

No seguimento desta mudança, MARQUES GUEDES e LUÍS ELIAS (2012, p. 27) declaram que a segurança está a ser delegada, partilhada e coproduzida, estando mesmo a sua manutenção a deixar de ser uma função exclusiva do Estado e coadjuvada não só por entidades nacionais e locais, como também por instituições internacionais e privadas. Atualmente impelem diversos atores securitários, que cooperante e coordenadamente, atuam por forma a garantir *mais* segurança.

Após percecionarem este progresso securitário, de acordo com EDUARDO PEREIRA CORREIA (2012, p. 26), os estados precisam de reconhecer “uma diminuição clara da sua autonomia e da sua centralidade perante os novos tipos de ameaças, caracterizando uma crise do referencial de segurança”. A necessidade de alargar o conceito de segurança aos cidadãos e à comunidade, e não exclusivamente à defesa nacional do Estado, tornou-se preponderante na elaboração de políticas e estratégias de segurança.

No que concerne à cooperação internacional, a União Europeia (UE) “teve a necessidade de estipular entre os seus diversos membros, um conceito de segurança, que visasse a sua proteção contra os diferentes tipos de ameaças (internas e/ou externas) fruto da sua «abertura» ao exterior” (FERREIRA, 2015, p. 4). Derivado da pertença a esta organização, da materialização de um espaço europeu de livre circulação de pessoas e bens e da constatação de problemas securitários comuns, os estados-membros atuam com base numa intensa cooperação securitária<sup>8</sup>, por forma a minimizar a concretização de riscos e ameaças.

As estratégias da UE referem que “numa era de globalização, as ameaças longínquas podem ser tão preocupantes como as que estão próximas de nós. A primeira linha de defesa há de muitas vezes situar-se no exterior”<sup>9</sup>. Ainda concluem que a segurança interna tem que obrigatoriamente de se articular numa maior interdependência entre segurança interna e externa<sup>10</sup>. Desta forma, torna-se necessário atuar fora das fronteiras de cada Estado, para garantir a segurança dentro do território nacional.

Assim, paute-se que a cooperação internacional constitui um novo pilar da segurança interna, “essencial para garantir a eficácia das atividades associadas aos

---

<sup>8</sup> Sobre esta matéria, vide art.º 67.º do TRATADO DE LISBOA, que institui que “[...] a União envia esforços para garantir um elevado nível de segurança, através de medidas de prevenção da criminalidade, do racismo e da xenofobia e de combate contra estes fenómenos, através de medidas de coordenação e de cooperação entre autoridades policiais e judiciárias e outras autoridades competentes [...]”.

<sup>9</sup> Vide ESTRATÉGIA EUROPEIA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA (2003).

<sup>10</sup> Vide ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA (2010).



restantes pilares, pois a segurança [...] não é alcançável de forma isolada” (FERNANDES, 2014, p. 63). A materialização de políticas de segurança externas e a constatação de uma intensa cooperação securitária internacional, demonstram a externalização da segurança interna e a internalização da segurança externa.

Atualmente, a intensa cooperação internacional que se impulsiona na agenda política dos diferentes estados, conduz à materialização de estratégias securitárias externas. Neste contexto, o panorama securitário ibérico assume-se como uma importante temática a ser investigada, na medida em que Portugal e Espanha expõem uma forte cooperação bilateral. Sobre o contexto ibérico, no capítulo inicial, esclareceremos as relações bilaterais luso-espanholas a nível securitário e clarificaremos o modelo dualista de polícia, que constitui a base dos sistemas policiais ibéricos.

No segundo capítulo, torna-se fulcral compreender o contexto e a autoridade policial portuguesa e espanhola e introduzir estrutural e organicamente a PSP e a PN, como forças de segurança integrantes nesta investigação. Ressalve-se a necessidade de escrutínio dos dados demográficos, criminais e policiais luso-castelhanos, pelo que objetivamos destacar as semelhanças entre as duas forças de segurança civis e elencar as possíveis diferenças ou similitudes observadas nos contextos em que se inserem.

Por fim, no terceiro capítulo, urge a necessidade de abordar comparativamente as duas realidades ibéricas, ao nível demográfico, criminal e policial. Desta forma, pretendemos compreender de que modo o modelo organizacional da PSP pode desenvolver-se e fazer face a determinados constrangimentos, sobretudo ao nível de recursos humanos e materiais. Ainda neste ponto, analisaremos o COMETLIS no que respeita às subunidades orgânicas policiais com o objetivo de compreender como a PSP pode evoluir e reestruturar o seu modelo organizacional.

Perante uma temática vasta e complexa, partiremos de uma análise comparativa, entre Portugal e Espanha, até uma analogia a nível micro, entre Lisboa e Madrid. Com esta investigação objetivamos clarificar o panorama ibérico e contribuir para a evolução do modelo organizacional da PSP.

## OPÇÕES METODOLÓGICAS

De acordo com o debate científico em torno das ciências policiais, nomeadamente em busca de uma identificação do seu objeto científico<sup>11</sup>, revela-se benéfica uma visão de análise relativa a algumas questões do panorama das políticas públicas de segurança ibéricas. No âmbito das ciências policiais, assume especial relevância uma investigação que vise contribuir academicamente não só para o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna enquanto *alma mater*, mas para a PSP na qualidade de instituição pública e policial. Esta dissertação de mestrado com o título “O *panorama securitário ibérico – estratégias de organização policial*” representa o culminar deste contributo para o estudo e evolução da polícia.

Uma investigação académica pressupõe “o diagnóstico das necessidades de informação e seleção das variáveis relevantes sobre as quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis” (SARMENTO, 2013, p. 3). Neste sentido, a elaboração desta dissertação pauta-se pela existência de princípios metodológicos, que objetivam uma estruturação clara e a obtenção de resultados “válidos, fiéis e reproduzíveis” (FREIXO, 2011, p. 145).

Com vista ao objetivo final deste ensaio, foi necessária uma reflexão “sobre o que se procura saber e a melhor forma de o conseguir” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998). Assim, a metodologia desta investigação apoiou-se no método científico, por forma a esclarecer a problemática em questão com maior rigor. Note-se que o *método* (enquanto procedimento) conduz-nos para um processo a seguir para atingir determinado fim, porém metodologicamente representa mais. Numa primeira fase, o método procura o caminho de investigação certo para determinado objetivo, onde se definem conceitos e hipóteses e, numa segunda fase, procura planificar e concretizar uma ou mais técnicas e procedimentos (SANTO, 2010).

Tendo em conta o objeto de estudo desta investigação, optámos por um método de investigação qualitativo, no qual a análise documental e a observação tornam-se essenciais, enquanto métodos de recolha de dados (CALADO e FERREIRA, 2004). Numa primeira fase deste trabalho procedemos à pesquisa, recolha e revisão da literatura relativa à temática apresentada. Esta fase é, segundo QUIVY e CAMPENHOUDT (1998), denominada de “rutura”.

Numa segunda fase, pretendemos complementar esta recolha bibliográfica com o método inquisitivo que de acordo com SARMENTO (2013) “é efetuado através de

---

<sup>11</sup> Sobre esta matéria vide VALENTE, M. M. G. (2014b). *Ciências Policiais – Ensaio*. Lisboa: ed. Universidade Católica.

inqueritos e de entrevistas, [...] cuja diferença fundamental assenta no modo como os indivíduos são inquiridos”. Ainda sobre as entrevistas, QUIVY e CAMPENHOUDT (1998) defendem que “serão tanto mais proveitosas quanto melhor formulada estiver a pergunta de partida, permitindo ao seu interlocutor delimitar com precisão o que lhe interessa”.

Destaque-se relevância da pesquisa bibliográfica e da análise documental para esta investigação, a par da importância das entrevistas. A complementaridade destes instrumentos científicos permite o enriquecimento da investigação, proporcionando rigor, valoração e experiência.

Contudo, “o primeiro problema que se põe ao investigador é muito simplesmente o de saber como começar bem o seu trabalho” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998). Após a conceção e estruturação mental da temática a desenvolver, a primeira dificuldade centrou-se na formulação e definição da pergunta de partida. Assim, pretendemos esclarecer a existência de um plano organizacional securitário ibérico como fio condutor da investigação.

Todavia, por forma a exprimir o mais exatamente possível aquilo que se procura saber, elucidar e compreender melhor (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998), definimos quatro questões derivadas. Na primeira questão, introduzimos a necessidade de compreender quais os riscos e ameaças que desafiam a conjectura securitária europeia e, em concreto, da península ibérica. Na segunda questão, destacámos a importância de compreender não só as relações diplomáticas entre Portugal e Espanha, como também esclarecer a cooperação entre as forças de segurança, principalmente as de natureza civil. Na terceira questão, destacámos a compreensão dos contextos demográficos, criminais e policiais luso-castelhanos. Na quarta questão, elencámos a relevância de comparar os panoramas securitários ibéricos e destacar as diferenças entre o modelo organizacional da PSP em Lisboa e o modelo policial da PN em Madrid.

A definição de hipóteses de estudo revela-se como um ponto metodológico relevante. Sendo a dissertação de mestrado um trabalho científico enunciámos três hipóteses de estudo: a primeira evidencia o surgimento de uma nova governança da segurança e o emergir de riscos e ameaças e a consequente influência no modelo policial europeu; na segunda hipótese, definimos que as realidades policiais ibéricas e os modelos policiais luso-castelhanos são idênticas, porém o número de polícias e de viaturas policiais, nas forças de segurança de natureza civil, são muito distintos; e por último, introduzimos que o futuro do modelo organizacional operacional da PSP irá se modificar, tendo em conta as restrições de efetivo e desajuste das subunidades orgânicas policiais.

Relativamente à elaboração do texto apresentado, optamos por adotar o acordo ortográfico vigente desde 2009<sup>12</sup>, com o objetivo de apresentar uma ortografia atualizada e adequada. Porém, note-se que as citações, excertos e bibliografia publicados por outros autores respeitam opções ortográficas diferentes, em virtude de terem sido escritas previamente à entrada do referido acordo. No que concerne às citações de obras redigidas em língua estrangeira, nomeadamente e maioritariamente na língua castelhana, optámos por traduzir vários excertos, assumindo a responsabilidade pelas traduções realizadas. Porém, mantivemos algumas expressões na língua original, em virtude da sua importância e até de posterior simplicidade de pesquisa bibliográfica.

Por fim, e para proporcionar uma perceção sistematizada, é acrescentada informação complementar através de anexos e apêndices, visando uma clarificação de cada área temática. No conjunto de anexos e apêndices estão formalmente identificadas todas as fontes de obtenção de dados, com exceção de informação da nossa autoria.

---

<sup>12</sup> O acordo ortográfico vigente resulta do Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pela RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 35/2008, de 29 de julho.

## **CAPÍTULO I: DA GLOBALIZAÇÃO SECURITÁRIA À REALIDADE POLICIAL IBÉRICA**

### **I. 1. A governança da segurança: da génese à cooperação policial europeia**

O monopólio do uso da força por parte do Estado, como único garante da segurança, encontra-se atualmente em crise. De acordo com LUÍS ELIAS (2012, p. 6), “os Estados têm de se desnacionalizar e transnacionalizar para o seu próprio interesse nacional, tendo ao mesmo tempo que competir, delegar e coproduzir segurança com uma grande diversidade de atores internacionais, nacionais e locais, públicos e privados”. Na realidade, os estados são incapazes de, isoladamente, dissiparem os problemas que colocam em causa o seu quadro securitário.

Nesta perspetiva, FIÃES FERNANDES (2014, p. 9) aponta que “durante a maior parte do século XX, a ideia de Estado central forte e regulador de todas as esferas sociais era a matriz dominante”. Nesta linha, configurou-se uma matriz securitária tradicional, onde cada estado se definia como “principal referente securitário (ou alvo), bem como principal ator de segurança (criando segurança)” (GJØRV, 2017, p. 107). Tendo em conta que as grandes ameaças provinham de outros estados, esta abordagem securitária era a indicada, pois os estados concentravam todos os seus recursos na dimensão externa da segurança, centralizando todo o espectro securitário em si.

Porém, o mundo assistiu a uma transformação política, societária e securitária<sup>13</sup>. Por um lado, “[...] até ao fim da Guerra Fria, a segurança foi em grande parte confinada à noção militarizada e de elite da segurança estatal, ligada a um sistema internacional anárquico regulado pelas superpotências” (HOUGH, 2008; WALT, 1991; *apud* GJØRV, 2017, p. 107). Por outro lado, no período pós-Guerra-fria o “[...] monopólio do Estado tem vindo a ser partilhado com outros atores (...) e também tem sido desafiado por novas ameaças e fenómenos recentes de que são exemplo a externalização de ameaças internas e a internalização de ameaças externas” (DUQUE, 2015, p. 57).

Neste sentido, constata-se que os estados deixam de ser os únicos fornecedores de segurança, passando a cooperação internacional a influenciar a constituição dos atores securitários estatais. Tal facto deve-se não só às relações políticas entre os

---

<sup>13</sup> O final da Guerra Fria proporcionou a união da Alemanha, a desagregação da URSS e a reaproximação da Europa (BRANDÃO, 2003, p. 37). Tais consequências, conduziram a uma reestruturação política mundial, aliada a uma evolução societária e securitária.

estados se terem aproximado, como também ao emergir de novos riscos e ameaças<sup>14</sup> à segurança estatal, social e individual, tais como o terrorismo, a criminalidade organizada e a cibercriminalidade<sup>15</sup>.

Segundo TIAGO NABAIS (2011, p. 149), “as profundas alterações relativas à forma e intensidade das ameaças à segurança das sociedades atuais exigem uma resposta adequada aos novos desafios, por parte do Estado e da comunidade internacional”. De facto, em coordenação e cooperação com a comunidade internacional, os estados tiveram de reformar as suas políticas de segurança e defesa<sup>16</sup>, de acordo com as alterações políticas, sociais e securitárias<sup>17</sup>. Porém, também graças à mudança da forma e evolução dos riscos e ameaças, como por exemplo a disseminação maciça de doenças infecciosas<sup>18</sup> e o financiamento do terrorismo<sup>19</sup>, os estados necessitaram de redefinir as suas estratégias.

A propósito, MANUEL VALENTE (2017, p. 308) afirma que a “[...] globalização do crime imprimiu necessariamente a globalização da legislação, da justiça e, por maioria de razão, da atuação policial [...]” e que, atualmente, “[...] qualquer política de segurança pública de um Estado-Membro implica uma estratégia em um espaço supranacional, pois as causas e os efeitos não se esgotam dentro de um plano espacial nacional”. A evolução do padrão societário, as alterações a nível político, o surgimento de novas formas de criminalidade e o aparecimento de novos atores internacionais e nacionais, conduziram a reformas das políticas públicas de segurança.

Por conseguinte, FERREIRA DE OLIVEIRA (2006, p. 16) declara que os estados estão a ser confrontados com a emergência de poderes supranacionais e infranacionais, colocando assim em causa o monopólio e o poder que os mesmos possuíam na área da segurança. Deste modo, “a segurança para perdurar exige uma segurança partilhada por todos e alcançada através da cooperação de todos, com base nos princípios da equidade, justiça e reciprocidade; e implica a preferência por meios internacionais e por meios pacíficos” (ANA BRANDÃO, 2003, p. 43). O espectro securitário tornou-se vasto e

---

<sup>14</sup> Relativamente aos novos riscos e ameaças, CARINA INÁCIO (2010, p. 82) destaca que cada Estado “[...] é confrontado com a emergência de novos desafios, imiscuído em ameaças imprevisíveis, multifacetadas e diversificadas, em que a segurança não escapa à complexa rede de transformações.”

<sup>15</sup> Cfr. ESTRATÉGIA RENOVADA DE SEGURANÇA INTERNA DA UNIÃO EUROPEIA PARA 2015-2020, de 10 de junho de 2015.

<sup>16</sup> Atente-se, e.g., à Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da UE. Esta política “[...] foi instituída em 1993 pelo Tratado de Maastricht, sendo progressivamente reforçada por tratados posteriores, em particular pelo Tratado de Lisboa (Título V do Tratado da União Europeia)”. Consultado do sítio institucional do DIREITO DA UE.

<sup>17</sup> Sobre esta matéria, NELSON LOURENÇO (2015, p. 94) afirma que “a crescente complexidade da sociedade atual é um produto da globalização e decorrente das profundas e muito rápidas transformações sociais, culturais, políticas e económicas e obviamente da inovação científica e tecnológica [...]”.

<sup>18</sup> Cfr. GLOBAL RISKS REPORT 2017.

<sup>19</sup> Cfr. ESTRATÉGIA RENOVADA DE SEGURANÇA INTERNA DA UNIÃO EUROPEIA PARA 2015-2020 (2015). *Projeto de conclusões do Conselho*, de 10 de junho.

complexo, tendo os estados que se articularem com outras entidades, nacionais ou internacionais, por forma a garantirem uma segurança completa, concisa e eficaz.

Atualmente, a conceção de segurança está cada vez mais ampliada e densificada, pelo que “[...] atravessa todos os fatores da sociedade (...) seja ao nível político-social, criminal, energético, sanitário, informático, alimentar, ambiental, económico-financeiro, ensino...” (DUARTE, 2013, p. 205). Assim, torna-se necessária uma cooperação multinível: vertical e horizontal<sup>20</sup> para fazer face à vasta problemática securitária. Por um lado, a nível vertical importa destacar os atores locais, nacionais e internacionais, como por exemplo as autarquias, as forças de segurança e a Organização das Nações Unidas (ONU), respetivamente. Por outro lado, a nível horizontal destaque-se a proteção civil e organizações públicas ou privadas<sup>21</sup>.

A nível securitário, a importância da cooperação internacional é compreendida como “uma das melhores formas de resolver os conflitos no mundo, nomeadamente através da sua ação nas organizações intraestatais e supranacionais” (BERNARDINO, 2012, p. 20). Os grandes problemas securitários atuais, como o terrorismo e a criminalidade organizada internacional, são de tal forma complexos que os estados e as suas polícias são, por si só, insuficientes para a sua resolução. De facto, têm-se concretizado “várias operações em vários países do mundo quase em simultâneo, (...)”, demonstrando que a cooperação policial pode conduzir a uma sociedade onde o exercício de direitos, liberdades e garantias é a meta ou o desiderato da polícia do séc. XXI” (VALENTE, 2014a, p. 613).

Com a evolução do panorama securitário estatal surge a necessidade de “[...] uma nova forma de governação, mais adequada aos atuais contextos sociais e políticos” (INÁCIO, 2010, p. 80), pelo que emerge uma conceção de governança da segurança<sup>22</sup>. De acordo com FERREIRA DE OLIVEIRA (2006, p. 30), a governança “enquanto nova forma de intervenção pública visa responder a uma nova realidade, a um mundo mais complexo no qual os subsistemas sociais são diferenciados”. Nesta linha, ELKE KRAHMANN (2005, p. 11) define governança como “um modo fragmentado de formulação de políticas que incluem atores estatais e não-estatais nos níveis infranacionais, nacionais e supranacionais”.

---

<sup>20</sup> De acordo com LUÍS ELIAS (2012, p. 7), a governança da segurança é pautada por um conjunto diverso de atores que concorrem para a produção da segurança. Esta é produzida a “[...] nível horizontal (polícias, emergência médica, proteção civil, proteção do ambiente, segurança alimentar, etc.), e ao mesmo tempo geográfico/vertical – o local /autarquias, polícias municipais), o nacional (forças armadas e forças de segurança) e o internacional (i.e. OTAN, ONU, UE) [...]”.

<sup>21</sup> Relativamente às parcerias público-privadas relativas à prestação de serviços de segurança, TIM PRENZLER e RICK SARRE (2014, p. 774) afirmam que são o «melhor dos dois mundos» “misturando os aspetos democráticos e igualitários do governo com o impulso, inovação e flexibilidade do setor privado”.

<sup>22</sup> De notar que, aquando da referência de governança da segurança, intrinsecamente se associa o conceito de governança global. Apesar de existirem múltiplas definições, “vários elementos-chave são comuns a todas as definições: o principal é a centralidade da ideia de regras; o sistema de regras; e/ou o comportamento geral governando por regras no nível global” (BIERSTEKER, 2017, p. 426).

De notar que, os atores não-estatais não só desempenham um crescente papel na provisão de segurança, como também “contribuíram para o surgimento de novas ameaças à segurança, como o terrorismo e a criminalidade transnacional” (KRAHMANN, 2005, p. 8). Estes atores estão divididos entre atores privados<sup>23</sup> e organizações intergovernamentais<sup>24</sup>.

De acordo com LUÍS ELIAS (2012, p. 7), a governança da segurança tem “implicado a contratualização, a descentralização, um Estado prioritariamente regulador, a gestão segundo princípios de mercado, a cooperação e a parceria entre os atores públicos e privados”. Enfim, o conceito de governança da segurança é o culminar de um processo evolutivo que suporta em si todas as alterações, quer ao nível securitário quer ao nível político, tornando-se parte integrante do referencial securitário do mundo globalizado.

Sobre o contexto europeu, TIAGO NABAIS (2011, p. 153) declara que “no domínio da segurança interna, a atual cooperação no quadro da UE advém de um longo processo evolutivo, tendo como origem o progressivo desmantelamento das barreiras à livre circulação, que está na génese da criação das Comunidades Europeias”. Neste âmbito, a cooperação policial europeia é um dos melhores exemplos de cooperação interestadual, visto que as políticas comuns de livre circulação de pessoas e mercadorias, bem como a criação de instituições como o Serviço Europeu de Polícia (EUROPOL), tornaram possível uma intensa e necessária cooperação securitária europeia.

Deste modo, podemos destacar que “[...] a governança da segurança tem uma componente supranacional importante devido à emergência de um espaço europeu de liberdade, segurança e justiça e à consequente institucionalização de organismos de cooperação policial ao nível da União Europeia” (OLIVEIRA, 2006, p. 71). A UE, apesar de benéfica em termos económicos, políticos e sociais, possibilitou igualmente um “eventual facilitismo ao desenvolvimento da criminalidade transnacional, cuja eficácia na sua prevenção e repressão, passou a exigir medidas de segurança compensatórias a nível coletivo e não apenas nacional” (NABAIS, 2011, p. 153). Neste contexto, a cooperação policial europeia assume-se fulcral num espaço de livre circulação de pessoas e mercadorias, sujeito constantemente a ameaças, a ataques terroristas e à materialização de redes de criminalidade organizada.

De acordo com PAULO GOMES (2006, p. 227), a cooperação policial europeia é compreendida

---

<sup>23</sup> De acordo com ELKE KRAHMANN (2005, p. 8), os atores privados são as empresas privadas, instituições de caridade, grupos locais de pressão e organizações não-governamentais nacionais e internacionais.

<sup>24</sup> As organizações intergovernamentais são, segundo ELKE KRAHMANN (2005, p. 8), formadas por instituições multilaterais constituídas por estados soberanos.



*[...] como a atuação combinada ou a assistência entre os Estados-Membros da União, no vasto espectro que abrange a prevenção e o combate à criminalidade em geral, e, em particular a que, assumindo natureza transnacional, pode afetar diversos Estados-Membros – como os tráficos ou criminalidade económico-financeira – ou a que atenta contra os valores mais basilares das sociedades democráticas – como é o caso do terrorismo – tendo, como objetivo último garantir um elevado nível de proteção dos cidadãos [...].*

Perante tal definição, infere-se que a cooperação policial europeia existe para homogeneizar as forças e serviços de segurança dos diversos estados-membros num espetro padronizado de atuação e coordenação. De forma integrada, os estados-membros conseguem atingir o desiderato da UE no âmbito securitário: garantir a segurança dos seus cidadãos, através da prevenção criminal e duma rápida resposta policial quando necessária.

Segundo MANUEL VALENTE (2014a, p. 612), “a cooperação policial e (judicial) assume-se com o TUE, em 1992, como instrumento fundamental para a criação de um espaço de liberdade, de justiça e de segurança, desiderato que continua vivo no TFUE: artigos 67.º a 89.º”. Nesta linha, FELIPE DUARTE (2013, p. 208) constata “[...] a exteriorização das Forças e Serviços de Segurança, que desde o início da década de 1990 participam ativamente em operações de apoio à paz (ONU), gestão civil de crises (UE – OSCE) e cooperação técnico-policial (CPLP)”. Desta forma, a cooperação policial europeia tem sido um dos principais mecanismos de garante da segurança dos estados-membros e das populações integrantes deste espaço de liberdade, justiça e segurança.

A multiplicidade e complexidade dos riscos e ameaças e a vulnerabilidade e permeabilidade das fronteiras internas europeias insurgem a necessidade de se materializar uma segurança supranacional, centrada em princípios de partilha e cooperação. Neste seguimento, constata-se que os estados-membros da UE só conseguem garantir a segurança dos cidadãos, integrantes no tão desejado espaço de liberdade, segurança e justiça, com base em relações internacionais.

Em suma, os estados tornaram-se insuficientes e vulneráveis para fazer face às atuais ameaças com carácter transnacional, imprevisível e de difícil identificação (ELIAS, 2011, p. 147). No panorama nacional, “a cooperação com outras instituições, nacionais e internacionais de natureza policial ou que prossigam atribuições em matéria de segurança policial é um fator preponderante para a manutenção de Portugal como um país seguro” (PSP, 2016, p. 7). A partilha e a cooperação entre o poder local, nacional e

supranacional são indispensáveis para a garantia de uma segurança completa e eficaz, materializando a importância da governança da segurança.

## **I. 2. Ameaças e riscos: um desafio securitário**

Os recursos dos estados e dos demais atores securitários são limitados e muitas vezes escassos para fazer face a toda a problemática securitária. O conjunto de ameaças e riscos globais atuais alteraram os desafios securitários que os estados têm de enfrentar, devido ao ser carácter transnacional.

Nesta ótica, ELKE KRAHMANN (2005, p. 8) afirma que os “governos e as organizações internacionais tiveram que perceber que as políticas securitárias estabelecidas, como as forças militares permanentes e a proteção de fronteiras nacionais, não eram as mais adequadas para a luta contra ameaças transnacionais”. O primeiro desafio para estas entidades cinge-se em compreender em que ameaças e riscos devem centralizar os seus recursos e de que forma o devem fazer.

Os atores políticos “têm que decidir se devem definir uma ameaça com alcance e intensidade limitadas, mas com alta probabilidade de acontecer, ou se devem definir uma ameaça com alcance global e consequências mortais, ainda que com uma probabilidade comparativamente baixa” (KRAHMANN, 2005, p. 5). Este desafio conceptual permite delimitar e especificar o escopo de ação dos diferentes atores securitários. Perante tais dificuldades e ambiguidade na sua conceptualização, esta é muitas vezes diversificada e flexível, relevando opções estratégicas decorrentes de escolhas políticas.

De facto, note-se que “determinada situação é geradora de uma ameaça se o seu agente tiver possibilidades ou capacidades para a sua concretização e se também tiver intenções de a provocar” (ESCORREGA, 2009, p. 6). Completando, FIÃES FERNANDES (2014, p. 18-19) afirma que as ameaças não se contextualizam exclusivamente através das intenções e possibilidades de determinado ator, mas sim em conjugação com as suas motivações e possibilidades, os valores em jogo, o valor do alvo, o espaço e o tempo.

Uma ameaça à segurança pode ser entendida como “um evento com consequências potencialmente negativas para a sobrevivência ou bem-estar de um Estado, de uma sociedade ou de um indivíduo” (KRAHMANN, 2005, p. 8). Neste ponto, destaque-se que as ameaças passam a englobar a esfera da sociedade e até do indivíduo, e não só a do Estado, como outrora era percecionada.

Por sua vez, aquando da abordagem do conceito de risco é inegável a sua confusão com o de ameaça. Contudo os mesmos afastam-se na sua conceptualização.

Na análise à sociedade do risco<sup>25</sup>, ULRICH BECK (1992) abordava o conceito de risco como sendo pluriforme e dinâmico, estando constantemente sujeito à evolução. Pelo que se compreende que o avançar da sociedade condiciona a sua segurança, pois potencia a alteração e surgimento de novos riscos.

De acordo com LUÍS ESCORREGA (2009, p. 7), o conceito de risco é “inseparável das ideias de probabilidade e incerteza; na sociedade contemporânea, o conceito (...) refere-se normalmente a um vasto leque de situações de incerteza, associadas a qualquer coisa negativa que poderá ocorrer”. Assim, constatamos que no risco não é a intenção do ator que se assume como relevante, mas sim a possibilidade de se materializar, bem como a incerteza de algo negativo acontecer. O risco assume-se como uma dificuldade securitária pelo seu cariz incerto, que, em certos casos, impossibilita a sua prevenção.

Deste modo, “[...] podemos referir que a grande distinção entre risco e ameaça é que a ameaça pressupõe uma intenção, portanto um agente racional, enquanto o risco subentende também o acaso ou o fenómeno natural” (ESCORREGA, 2009, p. 7). Na nossa opinião, é a subjetividade aliada à intencionalidade que afasta a conceptualização destes dois termos, ficando a ameaça intrinsecamente associada à intenção de determinado ator que a pretenda materializar e o risco à incerteza da sua concretização.

O atual panorama securitário é determinado por um conjunto de características sustentadoras da sua complexidade e diversidade, sendo constantemente alvo de variadas ameaças e riscos. De facto, os

*[...] problemas de segurança globais partilham das seguintes características: sinergia, dimensão global, incapacidade de controlo por parte do Estado, dada a escala muito pequena ou muito grande dos problemas; impotência das estruturas de poder; diluições das distinções entre público e privado; (sujeitos a) mudanças imprevisíveis; (causadores de) mudanças turbulentas [...] (BRANDÃO, 2003, p. 45).*

Neste seguimento, constata-se que a globalização da problemática securitária, em conjugação com as estabelecidas políticas públicas de segurança, conduziu à percepção de que os estados e as organizações internacionais eram incapazes de solucionar os desafios securitários com as referidas particularidades.

Atualmente, os atores que atentam contra a segurança dos estados são múltiplos e as suas ameaças dinâmicas, polimorfos, não-lineares e de natureza disseminada

---

<sup>25</sup> Sobre este assunto, vide BECK, U. (1992). *Risk Society towards a New Modernity*. London: Sage Publications.

(DUARTE, 2013, p. 206). Nesta perspetiva, LUÍS ESCORREGA (2009, p. 13) destaca que “as ameaças deixam também de ser claras e definidas transformando-se em difusas e polimorfas com natureza anónima, desterritorializada, disseminada e individualizada pela tendência de não se manifestarem num simples evento ou período de tempo”. Desta forma, constata-se que a substância das ameaças abandona o cariz conflitual interestadual e assume um aspeto mais complexo, de difícil conceptualização e com a influência de atores estatais e não-estatais.

Neste ponto, importa referir que depois do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001<sup>26</sup> (que marcou a globalização de novas ameaças), as ameaças transnacionais, e em particular o terrorismo, têm marcado a agenda do sistema político internacional (BORGES, 2016, p. 34). De facto, assinalaram uma alteração substancial na forma e substrato das ameaças, pelo que os estados tiveram que reorganizar as suas políticas públicas de segurança por forma a fazerem face a este novo paradigma securitário.

Assim sendo, JOÃO BORGES (2016, p. 33) afirma que é fulcral perceber que as ameaças estão cada vez “[...] mais globais, mais desmilitarizadas, menos territoriais, mais perigosas e inclusivamente mais difíceis de identificar e caracterizar”. A preocupação estatal de garantir a conformidade democrática e a segurança interna é basilar. Contudo somente é possível através de uma intensa e necessária cooperação internacional.

Desta forma, verifica-se que a distinção entre segurança interna e externa e, consequentemente entre ameaças internas e externas, torna-se praticamente inexistente. O surgimento de um leque extenso e inovador de ameaças, sem limite de fronteiras, regista “nas últimas décadas, um evidente esbatimento tradicional da separação de ameaças internas e externas” (FEITEIRA, 2017, p. 8).

Neste sentido, ELKE KRAHMANN (2005, p. 7) declara que “a característica mais comum das ameaças contemporâneas à segurança é o facto de que as mesmas não visam estados, mas sim sociedades e indivíduos”. Assim, concluímos que as ameaças e os riscos consubstanciam um desafio à segurança em múltiplas vertentes. Nesta senda, torna-se importante elencar quais as ameaças e os riscos que atualmente pendem sobre a agenda política e as forças de segurança, nomeadamente no contexto europeu.

Relativamente às ameaças, começemos por analisar a estratégia europeia em matéria de segurança, de 12 de dezembro de 2003, denominada de “uma europa segura num mundo melhor”<sup>27</sup>. Esta estratégia definiu como principais ameaças: o terrorismo; a proliferação das armas de destruição maciça; os conflitos regionais; o fracasso dos estados; e a criminalidade organizada. Em março de 2010, surgiu a estratégia de

---

<sup>26</sup> NANCY SNOW (2017, p. 396) defende que “o 11 de setembro foi o ponto-chave a favor da reunificação da diplomacia pública ao serviço da segurança nacional e do antiterrorismo”.

<sup>27</sup> Vide ESTRATÉGIA EUROPEIA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA (2003). *Uma Europa Segura num Mundo Melhor*, de 12 de dezembro.

segurança interna da UE denominada “rumo a um modelo europeu de segurança”<sup>28</sup>. Esta estratégia introduziu como principais ameaças à segurança interna da UE: o terrorismo em todas as suas formas; as graves formas de criminalidade organizada; a cibercriminalidade; a criminalidade transfronteiriça; a violência, em particular a violência juvenil e nos eventos desportivos; as catástrofes naturais; e as catástrofes provocadas pelo homem. Por último, a estratégia renovada de segurança interna da UE para 2015-2020<sup>29</sup>, de 10 de junho de 2015, identifica como principais ameaças: o terrorismo e a sua radicalização e recrutamento; o financiamento do terrorismo; a criminalidade organizada e grave; e a cibercriminalidade.

Por sua vez, no que concerne aos riscos que insurgem na problemática securitária, o GLOBAL RISKS REPORT 2017 elenca cinco grupos: os riscos geopolíticos, económicos, ambientais, sociais e tecnológicos. Apesar de todos colocarem em risco a segurança, no que concerne ao âmbito da nossa investigação destacamos os riscos geopolíticos, sociais e tecnológicos, que consideramos relevantes especificamente no contexto europeu.

No âmbito dos riscos geopolíticos, ressaltamos o colapso ou crise dos estados, a falha de governança nacional, regional ou até global, os conflitos interestaduais, a possibilidade de utilização de armas de destruição maciça, e os ataques terroristas em larga escala. Já os riscos sociais materializam-se na migração involuntária em larga escala, na profunda instabilidade social e na disseminação rápida e maciça de doenças infecciosas. No que diz respeito aos riscos tecnológicos, enumeramos os ciberataques em grande escala e a possibilidade de enormes fraudes bancárias e de dados.

Assim, expostas as ameaças e riscos, afirma-se que estes “põem em causa o funcionamento e a sobrevivência do Estado e, chegada a ocasião, provocam conflitos e uma violência civil que perturbam as condições de existência das populações” (ESCORREGA, 2009, p. 13). Logo, compreendemos que as ameaças e riscos afetam não só a soberania e segurança estatal, como também as populações integrantes desses estados.

No contexto europeu, os atentados terroristas<sup>30</sup> originaram uma falta de confiança da sociedade na capacidade das forças de segurança e das organizações internacionais garantirem a sua segurança. De acordo com LUÍS ELIAS (2012, p. 7), “muitas «batalhas»

<sup>28</sup> Vide ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA INTERNA DA UNIÃO EUROPEIA (2010). *Rumo a um Modelo Europeu de Segurança*.

<sup>29</sup> Vide ESTRATÉGIA RENOVADA DE SEGURANÇA INTERNA DA UNIÃO EUROPEIA PARA 2015-2020. (2015). *Projeto de conclusões do Conselho*, de 10 de junho.

<sup>30</sup> Para que melhor se compreenda a realidade terrorista europeia, em território dos estados-membros da UE, podemos constatar que: em 2014, ocorreram 201 ataques, dos quais resultaram quatro mortos, e foram detidos 774 suspeitos; em 2015, ocorreram 211 ataques, dos quais resultaram 151 mortos e mais de 360 feridos, e foram detidos 1077 suspeitos; e em 2016, ocorreram 142 ataques, dos quais resultaram 142 mortos e 379 feridos, e foram detidos 1002 suspeitos. Esta informação foi obtida através do EUROPEAN UNION TERRORISM SITUATION AND TREND REPORT (TE-SAT) de 2015, 2016 e 2017.

têm sido ganhas pelo terrorismo, na medida em que o medo, o sentimento de insegurança e a consciência dos perigos são cada vez mais uma constante nas sociedades modernas [...]”. O medo e o sentimento de insegurança<sup>31</sup> assumiram-se e o ceticismo no poder estatal cresce à medida que as ameaças e riscos acrescem na probabilidade de se concretizarem, nomeadamente “[...] face à possibilidade de ocorrência de atentados em larga escala numa rua, no sistema de transportes públicos ou numa área comercial de uma grande metrópole” (*ibidem*).

Nesta ótica, FERREIRA DE OLIVEIRA (2006, p. 68) assume que “[...] a insegurança obteve nas sociedades ocidentais um estatuto de problema social e político. Passou a fazer parte das primeiras preocupações dos cidadãos e integrou, por força, nomeadamente, da sua forte componente mediática, as agendas políticas dos governos”. Atualmente, os governos não querem apenas garantir a segurança dos seus cidadãos, mas também obter a confiança dos mesmos na sua capacidade de o fazer.

Relativamente à concretização de ameaças ao território da península ibérica, repare-se que “os líderes da *al-Qaeda* sempre incluíram o território que agora compreende Espanha e Portugal como alvo, e acima de tudo, terra islâmica por direito do próprio”<sup>32</sup> (MARTINS, 2014, p. 58). Apesar de não ter sido executado pelo grupo terrorista da *al-Qaeda*, assinala-se o recente atentado de 17 de março de 2017 em Barcelona que provocou a morte de 13 pessoas e mais de 100 feridos<sup>33</sup>. Atualmente impele sob a segurança da península ibérica, ameaças providas diretamente do grupo terrorista de índole religiosa, autodenominado de estado islâmico. Ultimamente, tem-se registado uma crescente sucessão de ataques terroristas por parte deste grupo em solo europeu e ibérico (concretamente em Espanha), porém não se regista qualquer incidente em solo português.

Em conclusão, o panorama securitário transformou-se e consequentemente evoluíram as formas, objetos e objetivos das ameaças e riscos. Hoje, cabe ao sistema de segurança interna dos vários países articular os diferentes serviços e forças por forma a garantir a segurança e impedir a concretização das ameaças e riscos, que se tornam cada vez mais globais, difusas e complexas. No particular caso da península ibérica, as constantes ameaças providas do grupo terrorista estado islâmico originam uma maior

---

<sup>31</sup> Neste ponto, note-se que sentimento de insegurança é entendido “[...] como um conjunto de representações e de manifestações, quer individuais quer coletivas, de inquietação, de perturbação ou de medo e de preocupação pela ordem social” (LOURENÇO, 2015, p. 443).

<sup>32</sup> De acordo com DANIEL MARTINS (2014, p. 58), “territórios como [...] o *al-Ándalus* são, na visão dos islamitas, territórios islâmicos sob o poder de infiéis”. Neste ponto, o mesmo esclarece que a terminologia de *al-Ándalus* significa em árabe «Península do Atlântico», que se refere ao território estabelecido entre 711 a 1492, pelo reino muçulmano na península ibérica.

<sup>33</sup> Sobre este atentado, remeta-se para a notícia publicada no jornal DIÁRIO DE NOTÍCIAS, com o título “Atentado em Barcelona fez 13 mortos. Um suspeito morto, dois detidos”, publicada a 17 de agosto de 2017.

preocupação policial, onde as forças de segurança adequam as suas estratégias por forma a prevenir a concretização de tais ameaças.

### **I. 3. As relações luso-espanholas: um contributo bilateral**

Atendendo à estratégia geopolítica entre Portugal e Espanha, as relações entre os dois estados revelam-se imprescindíveis. Atualmente, a intensa cooperação ibérica pauta-se pela concretização de vários tratados, que visam não só o fortalecimento das relações entre os dois estados, como também a afirmação de importantes relações de cooperação.

As ligações diplomáticas mais antigas entre Portugal e Espanha datam de 5 de outubro de 1143, aquando da definição do Tratado de Zamora entre AFONSO HENRIQUES e AFONSO VII do Reino de Leão e Castela. Em 1267 e 1297, com a materialização do Tratado de Badajoz e o Tratado de Alcanizes foram delineadas as fronteiras entre Portugal e o Reino de Leão e Castela. Posteriormente, surgiram divergências e conflitos entre os dois reinos que culminaram na assinatura do Tratado de Ayllón em 31 de outubro de 1411, encerrando estes tempos de desacordo. No final do século XV, a 7 de junho de 1494, o Tratado de Tordesilhas entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela concretizou a divisão do mundo entre os dois estados.

Mais tarde, a 13 de fevereiro de 1668, foi assinado o Tratado de Paz que consubstanciava o reconhecimento de Portugal como um reino independente por parte de Espanha, surgindo em consequência da Restauração da Independência de Portugal. Note-se ainda o Congresso de Viena<sup>34</sup> de 1815 que terminou com um período agitado e de discórdia entre os dois reinos entre 1796 e 1814 por consequência das guerras napoleónicas. A 10 de novembro de 1911, a implantação da República Portuguesa foi reconhecida oficialmente por Espanha. Apenas cinco dias após a Revolução de 25 de abril de 1974, que encerrou o regime ditatorial português, Espanha legitima e admite o regime democrático português. Perante esta evolução, constata-se um historial de conexões entre estados que, ainda hoje, se revelam imprescindíveis.

---

<sup>34</sup> Durante o Congresso de Viena, decorrido entre 11 de novembro de 1814 e 9 de junho de 1815, foram assinados vários tratados, acordos e regulamentos. De entre várias matérias abordadas, o equilíbrio do poder na Europa e a abordagem das fronteiras dos estados foram centrais para evitar que qualquer estado findasse esse equilíbrio e originasse uma nova guerra. No que especifica a Portugal, neste congresso o estado português debruçou-se especificamente na restituição de Olivença, na abolição do tráfico de escravos e no cancelamento do tratado de aliança anglo-inglesa de 1810. O congresso contou com a presença de todos os Estados participantes nas guerras napoleónicas e terminou com a assinatura do ato final do congresso no dia de 9 de junho de 1815. Sobre esta matéria *vide* INSTITUTO DIPLOMÁTICO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Congresso de Viena*.

Presentemente, Portugal e Espanha apresentam excelentes relações diplomáticas, não só por fazerem parte das mesmas organizações internacionais<sup>35</sup>, como também pela proximidade territorial que intensifica a necessidade e estabelecimento de protocolos e acordos de cooperação. As constantes ameaças e riscos dirigidos à península ibérica obrigam a uma forte colaboração e aproximação entre os dois países, onde as instituições policiais e aduaneiras não são alheias. Deste modo, observe-se a progressão da cooperação ibérica a nível securitário.

Em 17 de março de 1939, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Amizade e não agressão luso-espanhol<sup>36</sup>, que vinha estabelecer o reconhecimento das respetivas fronteiras e assinalar o compromisso de relações de amizade. Este tratado sofreu ainda três reafirmações, com o protocolo adicional ao tratado de 29 de julho de 1940; o segundo protocolo adicional de 20 de setembro de 1948; e, por fim, o terceiro protocolo adicional datado de 22 de maio de 1970<sup>37</sup>.

Posteriormente, a 22 de novembro de 1977, com o fim de uma península ditatorial e o início de uma nova era democrática, foi assinado o Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Espanha<sup>38</sup>. Com a progressão da sociedade e a ampliação do espectro de riscos e ameaças, também as relações bilaterais ibéricas se especificaram numa cooperação securitária e policial ibérica, debruçando-se sobre o âmbito da segurança das populações.

Previamente à entrada na UE<sup>39</sup> e à assinatura do acordo de Schengen<sup>40</sup>, Portugal e Espanha firmaram, em 1981, a convenção relativa à justaposição de controles e ao tráfego fronteiriço<sup>41</sup>. Com esta convenção, anterior à abolição de fronteiras no espaço comum europeu, já se previa a instalação de estações fronteiriças que facilitassem o tráfego rodoviário e férreo entre os dois países. Esta convenção pautava ainda a troca de informação entre os países para prevenir e investigar as infrações relativamente ao controlo fronteiriço. O intercâmbio de informações era uma realidade na península ibérica

---

<sup>35</sup> V.g., a participação e integração comum na UE, na União Latina (UL), na Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), na ONU, na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (ONUECC), na Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC), na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

<sup>36</sup> Também designado por *Pacto Ibérico*, entrou em vigor a 30 de Março de 1939.

<sup>37</sup> O historial de relações diplomáticas bilaterais entre Portugal e Espanha foi consultado através do sítio institucional do INSTITUTO DIPLOMÁTICO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS.

<sup>38</sup> A RESOLUÇÃO n.º 59-A/78, de 28 de abril, aprova o Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Espanha.

<sup>39</sup> A entrada na UE de Portugal e Espanha data de 1 de janeiro de 1986.

<sup>40</sup> O registo de concordância com o Acordo de Schengen data de 25 de junho de 1991, por ambas as partes.

<sup>41</sup> A 24 de julho de 1981 foi publicado o DECRETO n.º 97/81 que regula a justaposição de controles e tráfego fronteiriço entre Portugal e Espanha.



e, em 1987, surge o acordo sobre cooperação em matéria de luta contra a droga<sup>42</sup>, que veio materializar a troca de informação e documentação permanente.

Em 1992, este ambiente de intercâmbio e auxílio mútuo, conduziu ao surgimento do protocolo sobre cooperação policial entre os estados ibéricos<sup>43</sup>. Esta foi a primeira referência expressa à cooperação policial que, desde então, tem demonstrado uma enorme evolução. No mesmo ano, foi assinado o protocolo de cooperação no domínio da segurança rodoviária<sup>44</sup> com o objetivo de proceder à troca de informações rodoviárias e gestão do tráfego, mas também no estabelecimento de uma colaboração no controlo e repressão das infrações rodoviárias.

Consequente à entrada em vigor do Acordo de Schengen, o acordo sobre a criação de postos mistos de fronteira<sup>45</sup>, veio em 1998 estabelecer uma intensa cooperação policial luso-espanhola, com os objetivos de lutar contra a imigração ilegal e prevenir e reprimir a criminalidade nas zonas fronteiriças. Nesta linha, este acordo estabeleceu a criação de quatro postos mistos de fronteira: em Portugal, os postos de Vilar Formoso/ Fuentes de Oñoro e Vila Real de Santo António/ Ayamonte; em Espanha, os postos de Tuy/ Valença do Minho e Caya/ Elvas.

Em 1999, foi definido o acordo relativo a matéria de perseguição transfronteiriça<sup>46</sup>, que surge como necessário perante o intercâmbio de informação, a prevenção e a repressão criminal conjunta e a criação de postos mistos nas zonas fronteiriças. A nível bilateral ficou estabelecido que na perseguição transfronteiriça, os elementos das forças de segurança podem realizar a perseguição até cinquenta quilómetros da fronteira comum ou num hiato temporal não superior a duas horas<sup>47</sup>. Com esta nova medida, densificou-se uma forte cooperação policial ibérica. Em 2003, estabeleceu-se a convenção sobre a cooperação transfronteiriça entre instâncias e entidades territoriais<sup>48</sup>, que reforça e promove a cooperação transfronteiriça entre instâncias territoriais portuguesas e espanholas.

Perante o exposto, podemos afirmar que a cooperação e a coordenação entre os órgãos administrativos com competência policial e aduaneira nas zonas fronteiriças

---

<sup>42</sup> O Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha, através do DECRETO n.º 22/87, de 25 de junho, definem a cooperação em matéria de luta contra a droga.

<sup>43</sup> A cooperação policial na península ibérica foi protocolada com o surgimento do DECRETO n.º 48/92, de 12 de dezembro.

<sup>44</sup> Relativamente à cooperação no domínio da segurança rodoviária, *vide* DECRETO n.º 50/92, de 24 de dezembro.

<sup>45</sup> A criação de postos mistos de fronteira surge após um acordo entre Portugal e Espanha, constante no DECRETO n.º 5/98, de 17 de fevereiro.

<sup>46</sup> Por forma a reforçar a necessária cooperação policial entre as forças de segurança da República de Portugal e do Reino de Espanha, surge com o DECRETO n.º 48/99, de 9 de novembro, a regulamentação relativa à perseguição transfronteiriça.

<sup>47</sup> *Cfr.* n.º 1 do art.º 3.º do DECRETO n.º 48/99, de 9 de novembro.

<sup>48</sup> Para mais informação sobre esta convenção, *vide* RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 13/2003, de 1 de março.

comuns foi evoluindo ao longo dos anos. Em 2007, foi assinado bilateralmente o acordo sobre a cooperação transfronteiriça em matéria policial e aduaneira<sup>49</sup>. A principal medida deste acordo foi a implementação dos CCPA, que têm como finalidade desenvolver a cooperação transfronteiriça e prevenir e reprimir determinados crimes. Os CCPA situam-se nos mesmos locais que os postos mistos de fronteira, e de entre as várias autoridades competentes, constam da parte portuguesa a PSP e da parte espanhola a PN.

Segundo ANSELMO TORRES (2011, p. 184), os CCPA contribuíram para a melhoria dos problemas relativos ao défice de segurança nas regiões fronteiriças, tendo em conta a abolição do controlo fronteiriço. Tal como pautado no acordo e a título de exemplo, os CCPA prosseguem à recolha e intercâmbio de informações, à prevenção e repressão das diversas formas de criminalidade nas zonas fronteiriças, ao apoio a vigilâncias e perseguições transfronteiriças e à coordenação de medidas de patrulhamento conjuntas.

As GRANDES OPÇÕES ESTRATÉGIAS da PSP para o quadriénio de 2017-2020 (GOEPSP 2017-2020) reforçam que os CCPA permitirão uma melhor capacitação da cooperação policial internacional, aumentando as sinergias potenciadoras de maior segurança nas zonas próximas das fronteiras (PSP, 2016, p. 8). Note-se ainda que a cooperação instrumentalizada através dos CCPA assume a troca de agentes entre as polícias, a formação de patrulhas mistas, a existência de operações de controlos móveis e investigações conjuntas.

Relativamente à cooperação bilateral entre a PSP e a PN, FERREIRA DE OLIVEIRA<sup>50</sup> (2018) aponta que esta tem sido intensificada nos últimos anos, exemplificando os CCPA com a presença de polícia da PSP e da PN; as equipas de patrulhamento conjuntas em determinadas cidades do país; e a formação, onde se constata a presença de polícias da PSP em escolas da PN e vice-versa. Nesta linha, MAGINA DA SILVA<sup>51</sup> (2018) defende que existe uma excelente relação entre a PSP e a PN, traduzida num protocolo de cooperação amplo que tem permitido ações concretas em várias áreas, com troca de experiências e informação.

De facto, a troca de boas práticas, o intercâmbio de informações e a materialização de protocolos de cooperação e formação conjunta com a PN consubstanciam uma das principais diretrizes da PSP no plano externo (PSP, 2016, p. 8). Por forma a melhorar e reforçar a cooperação e coordenação entre os corpos de polícia de natureza civil, em 12 de dezembro de 2013, foi assinado o memorando de cooperação

---

<sup>49</sup> Sobre o domínio policial e aduaneiro, a cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha é aprovada com o DECRETO n.º 13/2007, de 13 de julho.

<sup>50</sup> JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA é Superintendente-chefe e Diretor Nacional Adjunto da PSP para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos.

<sup>51</sup> MANUEL MAGINA DA SILVA é Superintendente-chefe e Diretor Nacional Adjunto da PSP para a Unidade Orgânica de Operações e Segurança.

entre a PSP e a PN, objetivando o reforço da cooperação e ação conjunta, nomeadamente a nível da ação policial e organizacional.

Por fim, observada a evolução da cooperação ibérica e da coordenação bilateral policial e aduaneira, podemos constatar que as relações entre Portugal e Espanha e, por conseguinte, as relações entre as suas polícias, são fulcrais para a garantia de segurança da península e dos seus cidadãos. Efetivamente, tendo em conta a diversidade e complexidade dos desafios securitários, as forças de segurança precisam de desenvolver políticas securitárias externas para conseguirem cumprir a sua missão.

#### **I. 4. Os sistemas policiais: a realidade na península ibérica**

Os sistemas policiais espelham a organização do Estado em matéria de segurança interna, sendo a materialização de políticas e estratégias que visam garantir não só a segurança dos cidadãos, mas também a aceitação da atividade policial por parte da sociedade. Atualmente, os sistemas policiais têm de se reformar e reorientar para conseguirem responder eficazmente a estas novas ameaças e riscos e proporcionarem um aumento do sentimento de segurança das populações.

Note-se que os sistemas policiais são “subsistemas de sistemas de organização do Estado mais complexos, integrando uma estrutura de valores e de normas idêntica à do sistema mais lato” (OLIVEIRA, 2006, p. 98). Efetivamente, o Estado define as políticas a nível macro e confere autonomia ao sistema policial para estabelecer e concretizar estratégias a nível micro.

De facto, o que era um modelo eficaz e outrora eficiente, atualmente pode não o ser por consequência da evolução da sociedade e das transformações do contexto securitário. Os grandes atores políticos têm de repensar as estratégias e as políticas, por forma a reajustarem os sistemas policiais e manterem a eficácia e a capacidade em garantirem a segurança.

Contudo, a organização policial carece de um sistema singular, específico e constante. Uma reflexão sobre um sistema policial ideal e imóvel não passa de uma mera utopia, pois sendo um subsistema da organização estatal e tendo esta que se adaptar e transformar de acordo com a evolução da sociedade, também o sistema policial está, ou deve estar, em constante mutação. Neste sentido, FERREIRA DE OLIVEIRA (2006, p. 98) afirma que “as formas de organização resultam, normalmente, do processo histórico e de medidas de natureza políticas ou administrativas que são, muitas vezes, o resultado de processos de aprendizagem e de novas experiências”. Desta forma, podemos inferir que

um sistema policial materializa-se e evolui tendo em conta a cultura, a história, a tradição e a sociedade de um estado.

Em virtude da complexidade na estruturação de um sistema policial, atente-se que o mesmo pode-se organizar em dois modelos: um modelo unitário ou monista, materializado nos países que possuem somente um corpo policial; e um modelo pluralista que designa a repartição da responsabilidade por diversas forças policiais, podendo distribuir-se em vertical, horizontal e misto (BRANCO, 2013, p. 205). Nesta linha, note-se que modelo é vertical quando várias forças têm competência genérica ou específica policial em todo o território<sup>52</sup>. Por sua vez, o modelo é horizontal se existirem várias polícias, mas estas apenas terem jurisdição numa dada região, como é o caso belga, que conta com 196 polícias locais e uma polícia supralocal (*ibidem*). Por fim, o modelo misto é uma absorção e adequação simultânea das características dos modelos vertical e horizontal.

Assim, podemos constatar que no modelo monista existe apenas uma polícia sob a dependência de um só órgão político e por outro lado, no modelo pluralista existem várias polícias que podem depender de diversos órgãos políticos. De acordo com JORGE CARDOSO (2015, p. 16), “Portugal apresenta um sistema policial dual (GNR e PSP)”, integrando o modelo dual de polícia<sup>53</sup> que é representativo dos países sul-europeus.

Porém, os sistemas policiais são organizados ainda de acordo com outra categorização, nomeadamente a influência geográfica anglo-saxónica, e a francesa ou napoleónica. Neste âmbito, CARLOS BRANCO (2013, p. 205) esclarece que “na perspetiva anglo-saxónica, todas as polícias têm um estatuto civil e na francesa, derivada dos sistemas dualistas, para além de polícias civis, existem também corpos de natureza militar, aos quais são atribuídas funções policiais”. Pautase que o modelo napoleónico tem um estilo de policiamento mais reativo, ao serviço do Estado, e que pode descuidar necessidades da sociedade; já o anglo-saxónico é direcionado para um policiamento mais focado no cidadão (INÁCIO, 2010, p. 24). Pelo exposto, podemos associar o modelo anglo-saxónico a um referencial securitário preventivo, caracterizador dos países nórdicos europeus, e o modelo napoleónico a um referencial repressivo, a base dos países sul-europeus.

No que concerne ao modelo dualista de polícia, o mesmo “teve a sua origem em França no século XVIII, onde ainda se mantém na sua pureza inicial, tendo sido progressivamente alargado pela Europa [...]” (BRANCO, 2013, p. 205). Este modelo dual

---

<sup>52</sup> Neste ponto, note-se os países sul-europeus: Portugal, Espanha, Itália e França que exemplificam e estruturam este modelo nos seus sistemas policiais. Como exemplo, destaquem-se: a PSP e a Guarda Nacional Republicana (GNR) em Portugal; o CNP e a *Guardia Civil* (GC) em Espanha; a *Police Nationale* e a *Gendarmerie Nationale* em França; e por último, a *Polizia di Stato* e a *Arma dei carabinieri* em Itália.

<sup>53</sup> Em virtude de possuir duas ou mais forças e serviços de segurança e depender de vários órgãos da administração, é enquadrado, no nosso estudo, no modelo pluralista.

de raiz napoleónica incide com maior afinco nos países sul-europeus.

Na sua essência, o modelo dual de polícia “caracteriza-se pela existência, num mesmo Estado, de dois corpos nacionais com funções policiais (...), um militar e outro civil, com competências policiais genéricas em todo o território, (...), mas em que cada um tem uma área de responsabilidade atribuída” (BRANCO, 2013, p. 205). Nos países em que este modelo é utilizado, a cooperação entre as forças civis e militares tem de ser intensa e é basilar para a prossecução da segurança interna do território.

A existência e a manutenção de dois corpos policiais com diferentes naturezas (civil e militar), visa potenciar e aproveitar melhor as capacidades de cada um, com o objetivo final de complementaridade e substituição (BRANCO, 2013, p. 212). As diferentes problemáticas securitárias exigem distintas respostas e atuações por parte das forças de segurança, e apesar de no panorama geral as forças constituintes do modelo dualista usufruírem das mesmas capacidades, existem determinadas competências específicas que permitem uma melhor resposta securitária. Nesta linha, JORGE CARDOSO (2015, p. 14) afirma que o modelo dual permite uma maior eficiência de ação sem afetar a economia de meios. Neste modelo, a especificidade de uma força de segurança em determinada atividade, permite à outra força especializar-se numa outra atividade, o que permite uma maior eficácia e eficiência de resposta aos problemas securitários, sem, no entanto, se descuidar a competência geral.

O atual sistema policial português é materializado através de um modelo dual de polícia, consubstanciado na PSP, enquanto força de segurança civil, e na Guarda Nacional Republicana (GNR), enquanto força de segurança de natureza militar. Estes corpos de polícia apesar de terem as mesmas competências genéricas em matéria de segurança interna, têm também especificidades em virtude de compreenderem um cariz civil ou militar. De facto, constata-se que “funcionalmente ambas dependem do responsável político pela segurança e ordem pública, organicamente só a polícia civil depende exclusivamente daquele, enquanto o corpo militar assume uma dupla dependência, do titular da pasta da segurança interna (...) e do responsável pela defesa” (BRANCO, 2013, p. 210). O afastamento destas forças define-se, principalmente, pelo estatuto dos seus elementos, mas também pela dependência hierárquica a que cada uma se cinge.

Contudo, o sistema policial português é peculiar na medida em que é um sistema fragmentado, centralizado e plural (INÁCIO, 2010, p. 62). A fragmentação do nosso sistema é consubstanciada na dependência das forças e serviços de segurança perante vários ministérios<sup>54</sup>. Por sua vez, o sistema é centralizado porque, apesar de disperso por

---

<sup>54</sup> Sobre esta temática, exercem funções de tutela sobre as forças e serviços de segurança o Ministério da Administração Interna, o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa Nacional.

vários organismos, corresponde e depende diretamente do governo central. Já a pluralidade é materializada pela multiplicidade de forças e serviços de segurança do nosso sistema de segurança interna. Neste seguimento, o sistema de segurança interna português demonstra complexidade na estruturação e coordenação entre as forças e serviços de segurança, visto que apesar de serem tuteladas por diferentes organismos estatais, concorrem para uma missão comum: garantir a segurança interna.

Nesta linha, CARLOS BRANCO (2013, p. 213) destaca que este modelo tem de ser analisado de forma distinta, em virtude de duas razões:

*[...] a primeira é a de que a diferenciação e repartição de competências, entre a força de natureza militar e civil, não estão suficientemente clarificadas, nem obedecem ao que doutrinariamente seria adequado num modelo dualista; e a segunda é a de que, para além destes dois corpos com funções policiais genéricas, o sistema comporta várias outras polícias específicas que acabam por retirar a exclusividade da repartição de competência policiais à GNR e PSP [...].*

Efetivamente, o sistema de segurança interna português é vasto e complexo, visto que o habitual num modelo dualista de polícia seria a repartição de competências entre duas forças de segurança. Todavia, além de não haver uma repartição completamente definida entre as duas forças de segurança, no caso português, existem ainda outras polícias<sup>55</sup> com competências específicas em determinadas matérias, que concorrem para a prossecução e garantia da segurança interna.

Perante o exposto, definirmos o modelo dualista como base sustentadora do nosso sistema policial assume uma relativa dificuldade, na medida em que “atualmente o nosso modelo só de forma imperfeita, se poderá integrar naquela classificação, porque, para além de contar com mais do que dois corpos com funções de segurança, entre estes, não existe a suficiente diferenciação” (BRANCO, 2013, p. 220). Na realidade, a multiplicidade de forças e serviços de segurança com competência criminal inviabiliza, na sua essência, a constatação de um modelo dual de polícia.

No que concerne ao modelo espanhol, apesar de se apresentar com um modelo dualista, “coexistem com o modelo pluralista vertical, três polícias autónomas, com atribuições e competências nas respetivas regiões autónomas” (CARDOSO, 2015, p. 18). Ainda de realçar que também no sistema policial castelhano, não podemos constatar a

---

<sup>55</sup> De acordo com o art.º 25.º da LEI DE SEGURANÇA INTERNA (LSI), as forças e serviços de segurança portuguesas são: a PSP, a GNR, a Polícia Judiciária, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Serviço de Informações de Segurança e, ainda em casos específicos, os órgãos da Autoridade Marítima Nacional e do Sistema da Autoridade Aeronáutica. Note-se que a LSI é materializada pela LEI n.º 53/2008, de 29 de agosto

afirmação plena de um modelo dual de polícia. Apesar de só terem responsabilidade securitária em certas comunidades, existem polícias locais autónomas, que convergem com as forças de segurança nacionais na missão de garantir a segurança dos cidadãos.

O modelo dual de polícia, na vertente pluralista vertical, consubstancia a sustentação dos modelos de organização policial ibéricos, ainda que não na sua completa essência. O contexto policial luso-espanhol está assente no modelo dualista, visto que a competência geral de garante da segurança está designada a duas forças policiais, uma civil e outra militar. Consonante com a realidade policial ibérica, neste modelo, “ao corpo civil está atribuída uma área menor, mas mais urbana, deixando ao corpo militar, as zonas suburbanas e rurais, as fronteiras e as vias de comunicação, para além de outras missões de âmbito militar (...)” (CARDOSO, 2015, p. 18). Tal se comprova pela análise dos corpos policiais ibéricos, onde a GNR e a GC políciām as zonas mais rurais, e a PSP e a PN asseguram as zonas urbanas.

Em suma, os estados concretizam a garantia da segurança interna recorrendo às forças e serviços de segurança, onde para tal, com base em estratégias políticas, organizam os sistemas policiais por forma a garantirem a segurança à sociedade. Tendo em conta o atual panorama securitário, político e económico, a reestruturação do sistema de segurança interna português pode assumir-se como uma necessidade imediata, devido à multiplicidade de forças e serviços de segurança que origina não só uma elevada burocratização da ação policial, como também a um elevado encargo económico.

## **CAPÍTULO II:**

### **O PANORAMA SECURITÁRIO E DEMOGRÁFICO IBÉRICO**

#### **II. 1. A autoridade policial portuguesa**

O Estado materializa o seu poder e legitimidade de garantir a segurança do país e dos seus cidadãos, através das forças e serviços de segurança, isto é, das polícias. A força e a autoridade estatal, de fazer cumprir a lei e manter a normalidade pública e democrática é concretizada através da atividade de administração pública da segurança. Note-se que “a atividade da administração pública da segurança reconduz-se, em diversas áreas, aos domínios da previsão e antecipação de riscos e ameaças” (FEITEIRA, 2015, p. 18), que atualmente desafiam a normalidade securitária.

Contudo, primeiramente destaque-se que polícia é “o garante do bem-estar e da qualidade de vida em liberdade, em justiça e em segurança de todos os cidadãos (...), marcando-se como atuação no respeito e na defesa da dignidade humana” (VALENTE, 2014a, p. 106). Mais do que um vulgo garante da liberdade, justiça e segurança da sociedade, a polícia deve assegurar o exercício de todos os direitos, liberdades e garantias inerentes aos cidadãos, principalmente na prossecução da sua atividade.

Neste sentido, MARCELLO CAETANO (2016) afirma que polícia é o “modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem, ou generalizem, os danos sociais que as leis procuram prevenir”. Logo, note-se que a atividade de polícia<sup>56</sup> não se concretiza pela aplicação da lei, mas antes pela prevenção e repressão de situações, danos e comportamentos que se insurjam contra a lei e que, conseqüentemente, inviabilizem a prossecução dos direitos fundamentais dos cidadãos.

A atividade de administração pública da segurança está adstrita às estruturas administrativas com funções de polícia. A atividade de polícia está intrinsecamente relacionada à função de garante da segurança, a qual deve ser encerrada como um direito fundamental, por forma a garantir o livre exercício dos restantes direitos dos cidadãos.

---

<sup>56</sup> De acordo com NORBERTO BOBBIO, NICOLA MATTEUCCI e GIANFRANCO PASQUINO. (2004, p. 945), “a atividade de Polícia abrange, em seu conjunto, as iniciativas voltadas para a prevenção e repressão dos delitos”.



A instrumentalização da atividade pública de segurança deriva da obrigatoriedade estatal em: garantir e criar condições para a independência nacional; garantir os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático; assegurar a democracia política; promover o bem-estar, a qualidade de vida e a igualdade de direitos dos cidadãos; defender a natureza e o ambiente; e promover a igualdade de género<sup>57</sup>. De outro modo, afirma-se que a atividade pública de segurança deriva da tarefa fundamental e constitucional do Estado: segurança<sup>58</sup>. Tal como MANUEL VALENTE (2014a, p. 115) afirma

*[...] a tarefa fundamental do Estado – segurança, promovida e garantida sob o primado do Direito/poder – impõe não só a organização de uma força capaz de servir os interesses vitais da comunidade política, a garantia da estabilidade dos bens, mas também a durabilidade credível das normas e a irrevogabilidade das decisões do poder que respeitem interesses justos e comuns [...].*

Pelo exposto, constatamos que a organização de uma força pública capaz de garantir tais interesses é garantida pelas forças e serviços de segurança integrantes no sistema de segurança interna português, que devem ser legitimadas por uma conjuntura normativa forte e inequívoca. A polícia tem de se edificar como “uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva que visa pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública” (BOBBIO *et al.*, 2004, p. 944).

Neste seguimento, ALICE FEITEIRA (2015, p. 18) afirma que “a administração pública da segurança consiste na atividade desenvolvida por entidades públicas adstritas aos sistemas de defesa, da produção de informações, da segurança pública, da proteção civil e da segurança rodoviária”. Deste modo, a atividade das forças e serviços de segurança é “recortada num modelo assente em vários sistemas, designadamente nos sistemas de segurança interna, de informações, de proteção civil e de defesa nacional” (*idem*, 2015, p. 19). Perante os diversos sistemas, o Estado delega competências pelas várias forças e serviços de segurança, por forma a obter uma satisfatória resposta na resolução de problemas securitários.

Apesar de distintas, as forças e serviços de segurança têm um objetivo final comum: garantir a segurança interna e a legalidade democrática. De acordo com MANUEL VALENTE (2014a, p. 31) “[...] há polícias, como a GNR e a PSP, que podem revestir, em

---

<sup>57</sup> Cfr. alínea a), b), c), d), e) e h) do art.º 9.º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

<sup>58</sup> Cfr. n.º 1 do art.º 27.º da CRP.

simultâneo, a natureza de força de segurança, de polícia de ordem e tranquilidade públicas, de polícia administrativa e de polícia judiciária”. Graças à complexa conjetura securitária e aos escassos recursos, a atuação destas polícias não se esgota na manutenção e reposição da ordem e tranquilidade pública.

A “produção de segurança implica a mobilização de recursos, para resolver as situações de insegurança [...]” (CLEMENTE, 2010, p. 155), pelo que constatamos que para concretizar a sua missão, as polícias têm de articular um conjunto diferenciado de meios e competências. A missão policial não deve executar somente atribuições de índole criminal, mas também insurgir-se perante situações de cariz contraordenacional ou até mesmo de mera desordem, todas potenciadoras de situações de insegurança. Na realidade, a disparidade entre situações criminais e circunstâncias contraordenacionais, permite destacar a amplitude e complexidade securitária, visto que ambas as ocorrências são escrutinadas pela atividade das forças e serviços de segurança.

Relativamente aos limites e restrições da atividade de polícia, MANUEL VALENTE (2014a, p. 29) afirma que esta está sujeita não só aos limites da CRP, como também “aos preceitos constitucionais tutelantes dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, aos princípios orientadores e vinculativos da atuação da administração estadual, aos diplomas legais das diversas matérias atinentes às suas atribuições e competências, à jurisprudência e à doutrina”. Este desenrolar da atividade policial no limite de todo o corpo legislativo, como PEDRO CLEMENTE (2010, p. 143) constata “é o triunfo da ética sobre a força bruta; jamais a ação anti-delitual deve aprisionar a liberdade cívica”.

A observação de um vasto corpo legislativo regulador da atividade policial torna-se necessário, pois esta defende bens jurídicos individuais, como a “integridade física, liberdade pessoal, reserva da intimidade da vida privada e familiar, património, inviolabilidade de domicílio, de telecomunicações e de correspondência” (VALENTE, 2014a, p. 53), que se assumem como direitos fundamentais. De notar que, em casos estritamente necessários e legalmente previstos, pode a atividade policial lesar estes bens jurídicos, por forma a garantir a prossecução da liberdade e segurança dos demais cidadãos.

Neste sentido, constata-se que a observância pelos padrões e limites da lei, sem descuidar a defesa dos bens jurídicos individuais do cidadão, cria uma dualidade entre liberdade e segurança. Destaque-se que “a atividade de polícia é tanto proibitiva, como construtiva, por isso, os atos de polícia são ablativos ou ampliativos dos direitos do cidadão” (CLEMENTE, 2010, p. 142). Sobre esta dualidade, repare-se que a dialética entre liberdade e segurança impulsiona necessariamente a cedência de um perante o outro, sem que algum perca o seu alcance e conteúdo e principalmente sem que nenhum lese a dignidade da pessoa humana (VALENTE, 2014a, p. 169).

O equilíbrio fundamental entre liberdade e segurança deve ser assegurado<sup>59</sup> a qualquer cidadão. Tal como PEDRO CLEMENTE (2010, p. 144) assevera, “a atuação policial guia-se pelo binómio liberdade-segurança: o comportamento dos agentes policiais constitui um sério indicador da maturidade de uma democracia, que não abdica da liberdade e anseia pela segurança”. De facto, a legitimidade da ação policial pauta-se não só pelo corpo jurídico, mas também pela aceitação populacional e a sua necessidade para a sociedade.

Como defende EDUARDO PEREIRA CORREIA (2015, p. 9), quando o direito à liberdade colide com o direito à segurança, há que atender, em presença, à defesa da sua prossecução, mormente em respeito aos restantes direitos fundamentais pessoais que subsistam na comunidade. Assim, percebe-se a ténue relação entre liberdade e segurança, que exige um equilíbrio entre ambos para que não só os cidadãos confiem na capacidade da polícia, mas também para que cada polícia consiga executar a sua missão dentro dos padrões previa e legalmente definidos.

Nesta perspetiva, não só a atividade de polícia carece de legitimidade, como também deve ser necessária e útil para os demais cidadãos (VALENTE, 2014a, p. 169). Atualmente, “[...] a sociedade espera (...) que os elementos policiais combatam a criminalidade e garantam a segurança das populações. Espera que o polícia seja polivalente na sua missão” (OLIVEIRA e QUEIRÓS, 2012, p. 284). Deste modo, constatamos que a polícia prossegue a sua missão com base na dialética repressão-prevenção. Se por um lado, a sociedade anseia pela repressão, isto é, pelo combate ao crime e resposta rápida e atual aos diferentes problemas, por outro lado, exige a prevenção, ou seja, impõe que se acautele o cometimento de crimes e diminua a ocorrência de ilícitos.

Desta forma, concluímos que a atividade policial é escrutinada não só juridicamente<sup>60</sup>, mas também societariamente. De facto, a sociedade observa a atividade policial com grande cuidado, a fim de averiguar a sua necessidade ou até de a controlar. Nesta senda, MANUEL VALENTE (2014a, p. 171) destaca que “a população colabora com uma polícia que atue sob o primado da Constituição e do Direito, seu porto legitimatório normativo, e sob o primado dos imperativos morais e éticos, porto legitimatório sociológico do poder”.

Atualmente, a corrente atuação das forças de segurança conjuga a missão policial com a necessária validação e confiança da sociedade, na capacidade de garantir

---

<sup>59</sup> “Todos têm direito à liberdade e à segurança”, *cfr.* n.º 1 do art.º 27.º da CRP.

<sup>60</sup> Atente-se que “[...] o controlo da acção policial é jurídico, seja pelo canal hierárquico, seja pela autoridade judicial, seja ainda por outras entidades de controlo externo, como a Inspeção-Geral da Administração Interna. (...) as forças de segurança possuem também serviços internos de inspeção” (CLEMENTE, 2010, p. 148).

eficazmente a sua segurança. Efetivamente, “[...] o minar da confiança dos cidadãos na capacidade do Estado de Direito em assegurar a sua segurança, pode contribuir ativamente para a assunção de ideologias securitárias e para a aceitação de quadros restritivos das liberdades e direitos fundamentais” (LOURENÇO, 2015, p. 444). De notar que, o Estado português prevê a possibilidade de declarar estado de emergência ou de sítio<sup>61</sup>, que materializam a restrição de direitos fundamentais.

A polícia deve cumprir a sua missão de defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e assegurar os direitos dos cidadãos; porém como MANUEL VALENTE (2014a, p. 106) destaca, deve também ser “[...] promotora desses mesmos interesses, valores, bens jurídicos, cuja ação se deve conformar com a lei infraconstitucional, constitucional e supraconstitucional”. Deste modo, podemos inferir que a atividade de polícia é a base sustentadora de toda a ordem política, jurídica e social.

As estruturas da administração do Estado, que têm como missão garantir e manter a legalidade democrática, a segurança do cidadão e os demais problemas quotidianos que possam alterar o equilíbrio-chave à sustentação da vida em sociedade, materializam-se nas forças de segurança. Hoje, a polícia deve fiscalizar e assegurar a prossecução da segurança, bem como dos interesses gerais da sociedade.

Em suma, o emergir de novos poderes locais, nacionais e supranacionais e o evoluir do panorama securitário, guiaram a evolução da atividade policial. Esta é uma atividade complexa, que não só tem de cumprir um vasto leque normativo, tendo o respetivo controlo jurídico, como também está sujeita ao escrutínio e observação pública. Assim, afirme-se que a polícia é a imagem do poder e da força do Estado de Direito democrático português.

## **II. 2. O contexto policial castelhano**

A organização territorial espanhola, apesar da proximidade geográfica com Portugal, apresenta consideráveis diferenças. Primeiramente, importa destacar que o estado espanhol apresenta uma organização territorial dividida por comunidades autónomas, províncias e municípios, onde cada região usufrui de autonomia para gerir os seus interesses<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> Sobre o estado de sítio e emergência, vide art.º 8.º e 9.º da LEI n.º 44/86, que aprova o regime do estado de sítio e do estado de emergência.

<sup>62</sup> Cfr. art.º 137.º da *Constitución Española* de 1978.

Note-se que atualmente, o Reino de Espanha é composto por duas cidades autónomas<sup>63</sup> e por dezassete comunidades autónomas<sup>64</sup>, afirmando-se assim a regionalização que é caracterizadora deste estado. No que releva à estruturação central, Espanha define-se como uma democracia regulada por um parlamento com poder executivo, com a particularidade de possuir uma monarquia constitucional.

No que concerne à polícia espanhola, SUSANA DÍAZ (2016, p. 80) refere que se devem considerar quatro fatores: em primeiro, a existência de uma organização que abranja todo o território do Estado; em segundo, a definição de funções específicas de polícia; em terceiro, o profissionalismo dos assuntos e de quem a compõe; e em último, que o trabalho policial seja desenvolvido em ambiente urbano. Neste seguimento, no contexto espanhol aborde-se o conceito de *policía*, tendo em consideração uma instituição profissional e nacional, com funções específicas e definidas e de competência geralmente urbana.

Neste sentido, *policía* pode ser definida como uma instituição com legitimidade para exercer controlo social, tendo como missão principal garantir a paz e a segurança dentro da sociedade, sempre com fundamento na lei e com capacidade para usar a força sempre que seja necessário (DÍAZ, 2016, p. 183). Do mesmo modo, JOSÉ CASTARROYO (2008, p. 41) aponta que “a polícia deve sempre ter presente que a sua missão fundamental é proteger o exercício de direitos e liberdades e nunca atentar contra eles”.

A polícia espanhola assume-se como “um dos corpos e forças que o Estado usa para garantir, de forma coerciva, a ordem pública, a segurança e a saúde, bem como para investigar e prevenir o crime” (GRISHAEV, 2017, p. 19). Assim, pode-se destacar a importância da polícia não só como garante da democracia e imagem da força do Estado<sup>65</sup> castelhano, como também defensora e promotora dos interesses dos seus cidadãos.

Relativamente ao sistema policial espanhol, atente-se à influência da divisão espanhola em comunidades autónomas, municípios e províncias. De acordo com FERREIRA DE OLIVEIRA (2006, p. 142) o sistema policial é composto: por duas forças de segurança, o CNP/PN – de natureza civil, e a GC – de natureza militar no que concerne ao poder central do Estado; por três corpos de polícia - a *La Ertzaintza*, a polícia autonómica Basca; a *Policía Foral de Navarra*; e os *Mossos d'Esquadra* da Catalunha relativamente ao nível autónomo; e por fim, a nível local, comporta múltiplos corpos de

---

<sup>63</sup> Do território espanhol fazem parte duas cidades autónomas, *Ceuta* e *Melilha*, que se encontram situadas no norte do continente africano.

<sup>64</sup> No que respeita às comunidades autónomas, o estado espanhol é composto por dezassete comunidades, nomeadamente: *Andalucía*, *Aragón*, *Principado de Asturias*, *Balears*, *País Vasco*, *Islas Canarias*, *Cantabria*, *Cataluña*, *Castilla-La Mancha*, *Castilla y León*, *Extremadura*, *Galicia*, *La Rioja*, *Comunidad de Madrid*, *Región de Murcia*, *Navarra* e *Comunidad Valenciana*.

<sup>65</sup> O Estado tem o monopólio do uso institucionalizado da força ou da coerção legal, devido à sua obrigatoriedade em garantir os direitos e liberdades dos cidadãos (DÍAZ, 2016, p. 190).

polícia. Contudo, como polícia autónoma, acrescente-se o *Cuerpo General de la Policía Canaria*<sup>66</sup>, que desde 2010 iniciou a sua atividade na comunidade autónoma das *Canarias*.

O sistema policial espanhol materializa-se como um sistema pluralista e semi-descentralizado, visto que é composto por diversas forças que atuam num mesmo território<sup>67</sup> (OLIVEIRA, 2006, p. 147). A multiplicidade de corpos de polícia em Espanha é caracterizadora do seu sistema policial, pelo que CASTARROYO (2008, p. 52) afirma ser relevante que os mesmos sejam dotados de princípios básicos idênticos e critérios legais comuns, materializados num único diploma legal. Apesar de existirem múltiplas forças e corpos de segurança adstritos a diferentes poderes (nacionais ou locais), os mesmos regem-se por um só normativo<sup>68</sup>, por forma a coadunar a sua forma de intervenção e ação.

Tendo em conta o sistema policial espanhol, podemos afirmar que tal estruturação, limita o poder, o controlo e o escrutínio estatal sob as forças e corpos de segurança. Porém, observe-se que

*[...] apesar da Constituição ter permitido a criação de três níveis de poder (nacional, autonómico e local), o Estado central reservou para si as principais competências no domínio da ordem pública e da investigação criminal. Apenas o nível nacional formado pelo Corpo Nacional de Polícia e pela Guarda Civil são polícias integrais (...). Embora estejamos perante um Estado regionalizado, é fácil concluir que o Estado central quer manter uma vertente policial forte, integrando a área da ordem pública e da investigação criminal dentro da sua esfera de competências [...] (OLIVEIRA, 2006, p. 171).*

Desta forma, destaque-se que apesar das múltiplas polícias existentes, apenas a GC e a PN se assumem como polícias integrais, com múltiplas competências e valências por todo o território espanhol. O Estado espanhol consegue manter a sua organização territorial, dando autonomia e poder às comunidades autónomas, aos municípios e às províncias, ao mesmo tempo que mantém o seu poder estatal central através da existência de duas polícias nacionais.

---

<sup>66</sup> Apesar de só ter iniciado a sua atividade em 2010, o *Cuerpo General de la Policía Canaria* foi criado pela LEY 2/2008, de 28 de maio.

<sup>67</sup> De acordo com FERREIRA DE OLIVEIRA (2006, p. 147), o sistema policial espanhol assume-se como semi-descentralizado, “dado que a Constituição de 1978 e, posteriormente a Lei n.º 2 de 1986 estabeleceram um sistema policial tripartido, no qual os poderes de polícia integral residem nas forças dependentes do poder central (Guarda Civil e Corpo Nacional de Polícia)”.

<sup>68</sup> Neste ponto, atente-se à LEY 2/1986, 14 de março.

Por fim, é cada vez mais evidente que as novas formas de crime impliquem novas estratégias e modos de policiamento diferentes. O mundo está em constante mutação e, de acordo com KONSTANTIN GRISHAEV (2017, p. 73), também as forças de segurança espanholas precisam de estar em constante adaptação e evolução, graças ao surgimento de novas problemáticas securitárias. Neste sentido, destaque-se que a evolução da sociedade implica a evolução do crime e necessariamente a adaptação das polícias, para que consigam garantir a segurança dos cidadãos.

### **II. 3. Uma análise orgânica à Polícia de Segurança Pública**

A missão de defender a segurança interna e de garantir a legalidade democrática<sup>69</sup> é prosseguida por diversas forças e serviços de segurança. De entre as forças de segurança, a PSP destaca-se por ser responsável por grande parte do registo criminal nos pretéritos anos<sup>70</sup>.

A LOPSP define a instituição como “uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa”<sup>71</sup>. Este corpo de polícia civil, apesar de administrativamente autónomo, depende do Ministro da Administração Interna do Estado português<sup>72</sup>, que exerce a sua função de tutela sob a PSP. De ressaltar, que apesar de possuir competência genérica em todo o território nacional, esta força executa as suas funções em áreas de responsabilidade previamente definidas<sup>73</sup>.

De entre as várias atribuições da PSP destaquemos a obrigatoriedade de: garantir o exercício dos direitos, liberdades e garantia dos cidadãos e a sua segurança; garantir a ordem e a tranquilidade pública e prevenir a criminalidade; desenvolver ações de investigação criminal; coadjuvar no controlo de entrada e saída de pessoas e bens em território nacional; contribuir para a vigilância e proteção de pontos sensíveis, como as infraestruturas rodoviárias e aeroportuárias; garantir a segurança dos espetáculos desportivos; prosseguir qualquer situação relativa a armas, munições e explosivos; licenciar, fiscalizar e controlar a atividade de segurança privada; garantir exclusivamente a segurança pessoal de altas entidades ou de cidadãos sujeitos a ameaças relevantes; e

---

<sup>69</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 272.º da CRP, “a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”.

<sup>70</sup> Em conformidade com os dados oficiais das Estatísticas da Justiça, a PSP registou a nível nacional: 52,01% do volume criminal em 2016; 50,13% em 2015; 50,33% em 2014; 48,58% em 2013; e 48,26% em 2012. Estes dados podem ser verificados no Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça da Direção-Geral da Política de Justiça.

<sup>71</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 1.º da LOPSP.

<sup>72</sup> Cfr. o art.º 2.º da LOPSP.

<sup>73</sup> Cfr. o art.º 5.º da LOPSP.

assegurar o ponto de contacto permanente para o intercâmbio internacional de informação relativa à violência associada ao desporto<sup>74</sup>.

A estrutura da direção nacional<sup>75</sup> abarca, sob a dependência do diretor nacional, as unidades orgânicas de operações e segurança, de logística e finanças e de recursos humanos. Abrange ainda a inspeção, o conselho superior de polícia, o conselho de deontologia e disciplina, a junta superior de saúde, o departamento de apoio geral e os gabinetes de: estudos e planeamento; consultadoria jurídica; assistência religiosa; e deontologia e disciplina<sup>76</sup>. O conjunto destas estruturas de coadjuvação e execução permite o normal funcionamento desta polícia, seja pela gestão das áreas de recursos humanos, de logística e finanças e de operações e segurança, ou pela avaliação e inspeção dos restantes serviços.

No que concerne aos recursos humanos, a PSP é constituída por 21 726 polícias<sup>77</sup>, distribuídos por todo o território nacional. Porém, o número total de polícias em funções operacionais<sup>78</sup> esbate-se em 16 281<sup>79</sup> elementos, representando 74,94% do efetivo total. Já no COMETLIS desta polícia, verifica-se a existência de 7 717<sup>80</sup> polícias, dos quais 6 033<sup>81</sup> exercem funções operacionais de polícia. Neste Comando, paute-se a existência de 1 262 viaturas<sup>82</sup>, de onde podemos elencar 904 viaturas adstritas à atividade operacional<sup>83</sup> de polícia. Contudo, o conjunto destas viaturas não se encontra totalmente funcional, verificando-se em certos casos inoperacionalidade das viaturas.

No que respeita às subunidades orgânicas policiais, o COMETLIS apresenta um total de 124 esquadras de polícia<sup>84</sup>. Neste Comando, destaque-se que a PSP possui uma vasta área de responsabilidade dividida por nove municípios: Amadora; Cascais; Lisboa; Loures; Odivelas; Oeiras; Sintra; Torres Vedras; e Vila Franca de Xira. O conjunto destes

<sup>74</sup> As atribuições da PSP estão enumeradas no n.º 2 e 3 do art.º 3.º da LOPSP.

<sup>75</sup> A orgânica da Direção Nacional da PSP (DNPS) está elencada no art.º 18.º da LOPSP.

<sup>76</sup> Sobre este assunto, *vide* Anexo I.

<sup>77</sup> Os dados foram fornecidos pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH) da DNPS, datados de janeiro de 2018. Acrescente-se a efetividade de 21 813 polícias a 30 de dezembro de 2016 para efeitos de analogia. Sobre esta temática, *vide* Tabela 1 e 2 - Anexo II.

<sup>78</sup> Cfr. a alínea a) do art.º 67.º do DECRETO-LEI n.º 243/2015, de 19 de outubro, um polícia desempenha funções operacionais "*quando implicarem, essencial ou predominantemente, a utilização de conhecimentos e a aplicação de técnicas policiais*".

<sup>79</sup> Cfr. exposto na Tabela 3 - Anexo II. Dados obtidos a janeiro de 2018, por via do DRH da DNPS.

<sup>80</sup> Segundo a realidade concedida a janeiro de 2018 pelo DRH da DNPS. Para mais informação, *vide* Tabela 4 - Anexo II.

<sup>81</sup> De acordo com a DRH da PSP em janeiro de 2018. Note-se ainda a efetividade de 6 172 polícias a desempenhar funções operacionais no COMETLIS em 2016. *Vide* Tabela 5 e 6 - Anexo II.

<sup>82</sup> As 1 262 viaturas policiais do COMETLIS apresentam uma idade média de, aproximadamente, 14,22 anos. Conforme dados disponibilizados pelo Departamento de Logística (DL) da DNPS a 15 de fevereiro de 2018. Porém, note-se que 2017 o número de viaturas era o mesmo, de acordo com o DL.

<sup>83</sup> As 904 viaturas registam uma idade média de, relativamente, 13,01 anos. De entre os vários serviços a que estão sujeitas as viaturas policiais, foram selecionados como veículos adstritos à atividade operacional, os veículos: de transporte de detidos (celular), de escola segura, de manutenção da ordem pública, de patrulha, de reboque e de trânsito. Informação disponibilizada a 15 de fevereiro de 2018, pelo DL da DNPS.

<sup>84</sup> Informação disponibilizada pelo DRH da DNPS, respeitantes a janeiro de 2018. Neste ponto, atente-se que em 2016 existiam 126 esquadras no COMETLIS. *Vide* Tabela 7 e 8 – Anexo II.



municípios perfaz um total de 83<sup>85</sup> freguesias, das quais pelo menos 53 freguesias têm uma instalação física policial<sup>86</sup>, ou seja, uma esquadra de competência genérica ou específica.

Nos últimos três anos, temos assistido a um constante aumento do orçamento atribuído à PSP. No ano de 2016<sup>87</sup>, o orçamento esbateu-se em 713 972 188 milhões de euros, no ano de 2017<sup>88</sup> registou-se 722 305 873 milhões de euros e recentemente, em 2018<sup>89</sup>, apresentou a dotação de 727 677 301 milhões de euros. Todavia, o mesmo revela-se insuficiente para fazer face às necessidades desta força de segurança, como a reestruturação das esquadras, a renovação da frota automóvel ou o ingresso de novos elementos, visto que a grande parte do orçamento está reservado para o cumprimento e pagamento das obrigações salariais<sup>90</sup>.

Por fim, na ótica de MATOS TORRES<sup>91</sup> (2018), importa destacar a PSP como uma força de segurança de especial criticidade para a vida em sociedade num estado democrático e para a segurança da população residente e visitante, tendo em conta que exerce vastas e importantes competências materiais e territoriais.

## **II. 4. *Policía Nacional*: uma visão estrutural**

A constatação do modelo dual de polícia castelhano materializa a existência de uma força de segurança civil e outra de natureza militar. No que respeita à polícia civil, a PN assume-se como uma polícia integral, que desenvolve a sua missão por todo o território espanhol.

A LOFCS introduz o CNP como uma “instituição armada de natureza civil, dependente do ministério do interior”<sup>92</sup>. Nesta linha, o Regime do Pessoal da *Policía Nacional*<sup>93</sup>, define esta polícia como “uma instituição armada de natureza civil, com estrutura hierarquizada que tem como missão proteger o livre exercício dos direitos e

---

<sup>85</sup> Informação obtida através da consulta da LEI n.º 56/2012, de 8 de novembro, em conjugação com a LEI n.º 11-A/2013.

<sup>86</sup> Vide Apêndice III.

<sup>87</sup> Obtido em 3 de março de 2018, da DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO (DGO).

<sup>88</sup> O orçamento de 2017 foi consultado a 3 de março de 2018, na página da DGO.

<sup>89</sup> Consultado no sítio institucional da DGO, a 3 de março de 2018.

<sup>90</sup> Note-se que em 2016, 85,10% do orçamento total da PSP estava cativado para o pagamento de despesas com o pessoal. Já em 2017, utilizou-se 86,35% do orçamento e em 2018 prevê-se o gasto de 86,90% do orçamento para cumprimento de obrigações salariais.

<sup>91</sup> JOSÉ EMANUEL DE MATOS TORRES é Superintendente-chefe e Diretor Nacional Adjunto da PSP para a Unidade Orgânica de Logística e Finanças.

<sup>92</sup> Cfr. a alínea a) do art.º 9.º da LOFCS.

<sup>93</sup> O Regime do Pessoal da *Policía Nacional* foi aprovado pela LEY ORGÁNICA 9/2015, de 28 de julho.

liberdades e garantir a segurança dos cidadãos, com âmbito de atuação em todo o território nacional”<sup>94</sup>.

No que respeita à dependência perante o governo, esta força de segurança depende hierarquicamente do Ministro do Interior<sup>95</sup>. Já sobre o comando desta polícia, cabe ao Diretor Geral de Polícia dirigir e comandar esta força, porém sempre sob a dependência do Secretário de Estado da Segurança<sup>96</sup>.

Relativamente à área de competência da PN, esta força de segurança deve executar as suas funções nas capitais de província, nos municípios e ainda nos núcleos urbanos que o governo determine<sup>97</sup>. Segundo aponta FERREIRA DE OLIVEIRA (2006, p. 145), esta força de segurança executa as suas funções e atividade nas capitais provinciais e nos núcleos urbanos com mais de 25 mil habitantes, sendo resultante da unificação da Polícia Nacional com o Corpo Superior de Polícia. Posterior a esta unificação, a PN surge com competências de investigação criminal perante todos os ilícitos criminais.

Sobre as suas atribuições, destaquem-se a necessidade de proteger o livre exercício dos direitos e liberdades do cidadão, bem como garantir a sua segurança; assegurar e conservar os bens que se encontrem em perigo; vigiar os edifícios e instalações públicas que necessitem de proteção; garantir a proteção pessoal de altas entidades; manter e restabelecer a ordem e a tranquilidade pública; desenvolver funções de investigação criminal; e prevenir, dentro do possível, a criminalidade e a delinquência. No entanto, note-se ainda a competência em matéria de proteção civil, através da cooperação com os serviços responsáveis; o controlo da entrada e saída de pessoas do território espanhol; a inspeção relativa ao cumprimento das regras respeitantes a matéria de jogo; a colaboração com as forças de segurança de outros países; e o controlo dos serviços de segurança privada<sup>98</sup>.

Relativamente à missão desempenhada pela PN, AVELINO LOPEZ<sup>99</sup> (2017) afirma esta força de segurança como uma polícia integral, assumindo competências quer na área do terrorismo, da criminalidade organizada, do tráfico de estupefacientes, dos homicídios e de questões de ordem pública.

A direção geral da PN encontra-se subdividida em sede central da segurança e coordenação dos cidadãos; da informação, investigação e cibercriminalidade; dos

---

<sup>94</sup> De acordo com o n.º 2 do art.º 2.º, do Regime do Pessoal da *Policía Nacional*. Esta definição pauta pela observância da missão respeitante às forças e corpos de segurança, decorrente do n.º 1 do art.º 104.º da *Constitución Española*.

<sup>95</sup> A dependência do CNP está esclarecida no n.º 1 do art.º 4.º do REAL DECRETO 1484/1987, de 4 de dezembro.

<sup>96</sup> Segundo definido no art.º 3.º do REAL DECRETO 400/2012, de 17 de fevereiro.

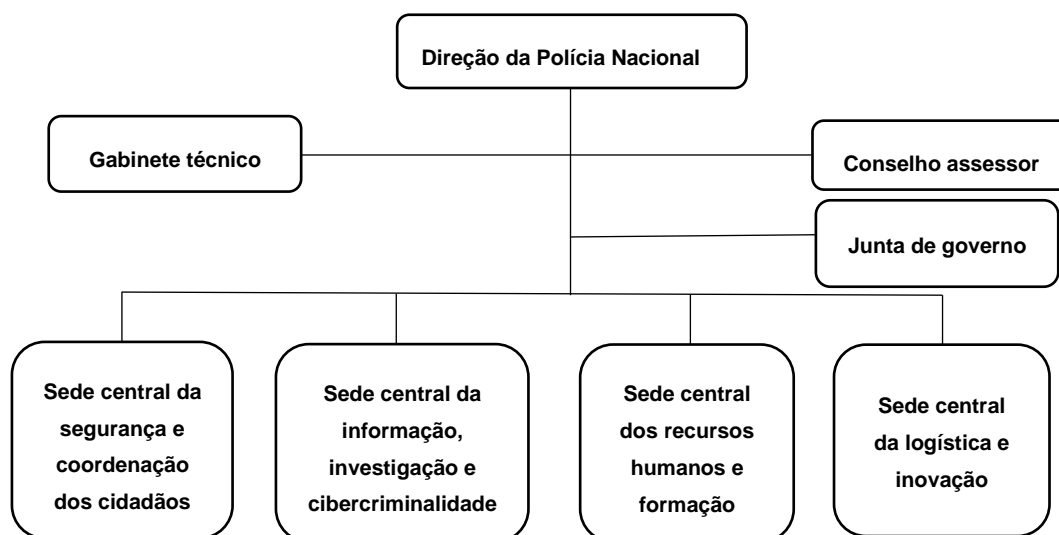
<sup>97</sup> De acordo com o n.º 2 do art.º 11.º da LOFCS.

<sup>98</sup> Estas atribuições são decorrentes do n.º 1 do art.º 11.º em conjugação com a parte A do n.º 1 do art.º 12.º da LOFCS.

<sup>99</sup> AVELINO JOSÉ GARCIA LOPEZ é o Adido do Interior da Embaixada de Espanha em Portugal.

recursos humanos e formação; e da logística e inovação. Ainda tem na sua dependência direta, o conselho assessor, a junta de governo e o gabinete técnico.

**Diagrama 1 - Organização central da PN**



**Fonte:** adaptado do n.º 2 do art.º 3.º do REAL DECRETO 770/2017, de 28 de julho.

Toda a atividade da PN depende do bom funcionamento destas estruturas de apoio e coadjuvação. A sede central da segurança e coordenação dos cidadãos está responsável por toda a atividade operacional relacionada com a manutenção e reposição da ordem pública, bem como de delinear operações e definir os recursos materiais e humanos necessários à prossecução desta missão. Já a sede central de informação, investigação e cibercriminalidade responsabiliza-se pela coordenação com os órgãos de polícia e as forças de segurança internacionais, como também com as sedes de polícia nas comunidades autónomas. Por sua vez, a sede central de recursos humanos e formação gere os funcionários desta força e coordena a seleção e formação dos mesmos. Por último, a sede central de logística e inovação encarrega-se de coordenar e dirigir a administração dos recursos económicos e materiais, da documentação dos espanhóis e de estrangeiros e dos arquivos policiais<sup>100</sup>.

Contudo apesar da relevância das sedes centrais, também o gabinete técnico se destaca, na medida em que desempenha serviços de assistência à direção geral. Este gabinete produz estudos e relatórios indispensáveis e executa outras tarefas que lhe sejam delegadas. Pelo exposto, podemos inferir que a direção geral da PN é essencial para a direção, coordenação e comando desta força de segurança.

<sup>100</sup> De acordo com o n.º 2 do art.º 3.º do REAL DECRETO 770/2017, de 28 de julho.

No respeitante ao número de elementos pertencentes à PN, atente-se que em 2016<sup>101</sup>, esta força de segurança registava um total de 65 706 polícias, por todo o território, e 12 000 polícias em serviço operacional na *Jefatura Superior de Policía de Madrid*. Pelo referido, inferimos que os elementos em serviço operacional em Madrid representam 18,26% de todo o efetivo desta polícia. O efetivo total apresentou um decréscimo consequente de restrições económicas, onde se passou dos 72 500 efetivos para os 65 500 em cinco anos. Porém, e de acordo com o crescimento económico, em 2016 foram convocados 2 600 candidatos à polícia e em 2017 mais 3 200 (LOPEZ, 2017).

Na *Jefatura Superior de Policía de Madrid* destaque-se a existência de 34 postos policiais<sup>102</sup>. Dentro destas, elenquem-se 20 dependências policiais do distrito de Madrid e 13 dependências policiais locais<sup>103</sup>. Note-se ainda, que apesar da existência de somente 32 postos policiais operacionais, comumente designados por *comissarias*, a comunidade de Madrid é composta por 179<sup>104</sup> municípios.

Ainda neste comando, registe-se a existência de 4 000 viaturas, caracterizadas e descaracterizadas, que apoiam a atividade operacional dos polícias, onde AVELINO LOPEZ (2017) esclarece que esta polícia adquire os veículos em contrato de *renting*. A nível de orçamento, a PN adquiriu a dotação de 2 665 663 210 euros, em 2017<sup>105</sup>. Esta melhoria no orçamento resulta do crescimento económico aliado ao apoio e confiança nesta força de segurança por parte do Estado.

De acordo com AVELINO LOPEZ (2017), os iminentes riscos de ataques terroristas não afetaram nem irão afetar a estrutura e o modelo de ação desta força de segurança, visto que esta polícia conta com mais de 40 anos de luta terrorista contra a *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA). Neste âmbito, o modelo de ação da PN centra-se em três pilares: numa equipa humana capaz e experiente; em meios informáticos; e nas boas relações entre os diversos organismos securitários espanhóis, como o Centro Nacional de Inteligência.

Por fim, podemos afirmar que em todo o território e especialmente na comunidade de Madrid, a PN é dotada de uma estrutura sólida e bem definida, aliando à sua vasta atividade policial, meios humanos e logísticos capazes de fornecer segurança aos cidadãos.

---

<sup>101</sup> Estes dados foram fornecidos pelo Adido do Interior na Embaixada de Espanha em Portugal. Note-se que os dados datam de 2016, em virtude de à data do nosso pedido, ainda não estarem reunidas as informações respeitantes a 2017 ou 2018.

<sup>102</sup> O número de estruturas policiais na Comunidade de Madrid foi obtido através do sítio institucional da PN.

<sup>103</sup> Relativamente às instalações policiais da PN na comunidade de Madrid, vide Anexo III.

<sup>104</sup> Informação consultada através do sítio institucional da *Secretaría de Estado para las Administraciones Territoriales* do *Ministerio de la Presidencia y para las Administraciones Territoriales*.

<sup>105</sup> Cfr. o exercício orçamental de 2017 publicado pela *Secretaría de Estado de Presupuestos y Gastos* do *Ministerio de Hacienda e Función Pública*.

## II. 5. Demografia e criminalidade: uma observação luso-espanhola

A observação da realidade demográfica e criminal é fulcral para que se perceba a conjectura securitária ibérica. Neste sentido, a perceção da evolução castelhana e portuguesa no que respeita à população total, à população residente em Madrid e Lisboa, aos dados estatísticos criminais totais e aos dados criminais relativos às capitais, consubstanciam as diretrizes deste estudo.

Relativamente à análise demográfica, começemos por abordar o caso espanhol, no período de 2010 a 2016, onde para tal o *Instituto Nacional de Estadística*<sup>106</sup> assume-se como a principal referência, por forma a obtermos dados mais recentes e com maior taxa de fiabilidade.

Em Espanha, de 2010 até 2016 a população tem-se mantido praticamente constante, exibindo um decréscimo de aproximadamente 0,99%<sup>107</sup>. Em 2010, a população espanhola era de 47 021 031 pessoas, aumentando até 2012 onde alcançou 47 265 321 pessoas. Contudo, até 2016 a população decresceu para 46 557 008 pessoas. No caso de Madrid, a população residente cresceu 0,13% no período de 2010 a 2016<sup>108</sup>. Se em 2010 os habitantes madrilenos eram 6 458 684, em 2016 chegaram aos 6 466 996.

No que respeita à realidade portuguesa, analise-se a variação demográfica no intervalo de 2010 a 2016. Este estudo teve por base os dados apresentados através das estimativas de população do Instituto Nacional de Estatística<sup>109</sup>.

Em Portugal, a realidade demográfica é acentuadamente distinta em comparação ao volume populacional castelhano. No intervalo examinado registou-se um decréscimo populacional de sensivelmente 2,49% da população total<sup>110</sup>. Ao invés de 2010, onde se registavam 10 572 721 pessoas, em 2016 observaram-se apenas 10 309 573 habitantes. No que respeita ao panorama populacional da capital portuguesa, entre 2011 e 2016 apurou-se uma diminuição aproximada de 0,20%<sup>111</sup>. A população residente era de 2 827 050 habitantes em 2011, e de 2 821 349 em 2016.

Relativamente ao escrutínio de dados criminais, importa previamente referir que “(...) o legislador tende a criminalizar, em cada época histórica, os comportamentos que considera particularmente graves do ponto de vista do desvio a esse mesmo padrão e da eventual ameaça aos bens jurídicos considerados essenciais” (VENTURA, 2015, p. 83).

<sup>106</sup> Os dados apresentados relativos à demografia espanhola foram obtidos em 20 de janeiro de 2018, através do sítio institucional do INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA.

<sup>107</sup> Vide Gráfico 2 do Anexo IV.

<sup>108</sup> Vide Gráfico 3 do Anexo IV.

<sup>109</sup> Relativamente ao estudo demográfico português, os dados apresentados foram obtidos através de consulta do sítio institucional do INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA.

<sup>110</sup> Vide Gráfico 4 do Anexo V.

<sup>111</sup> Vide Gráfico 5 do Anexo V.

Note-se que a flutuação legislativa e a criminalização de certos comportamentos demonstram a cultura e os valores de cada sociedade, pelo que se depreende a necessidade de abordar esta temática para melhor se compreender e expor a realidade ibérica. Neste ponto, afirma-se que devido à similitude histórica e proximidade geográfica, a tipificação criminal é praticamente idêntica.

Assim, para demonstrar a conjectura criminal ibérica atentemos às estatísticas criminais correspondentes. Contudo, ressalve-se que o comportamento dos indivíduos em relação à participação criminal não é igual, pelo que existem variações entre países e até no mesmo país, consoante a cultura e os contextos sociais (LOURENÇO, 2015, p. 198), o que demonstra a dificuldade na obtenção de dados exatos.

Deste modo, começemos por analisar o contexto criminal espanhol. A obtenção de dados criminais foi realizada através da pesquisa e análise dos *anuarios estadísticos* de 2012 e 2016<sup>112</sup> no que respeita ao registo criminal total do país, e dos *balances de criminalidad*<sup>113</sup>, publicados entre 2012 e 2016, relativos à cidade madrilena. Note-se, que ambos os diplomas foram elaborados pelo ministério do interior espanhol.

No ano de 2012 o número de ilícitos criminais registados em Espanha era de 2 297 484 milhões, no entanto no ano de 2016 observou-se um registo de 2 009 690 crimes. A diminuição de crimes registados neste período foi constante e representa um decréscimo de 12,53 % no total de ilícitos registados pelo estado espanhol<sup>114</sup>. Por sua vez, na comunidade de Madrid a diminuição de crimes no período analisado não é uma constante. Entre 2011 e 2015 o registo criminal decresceu 7,15%, passando de 393 029 crimes para os 364 944 mil crimes participados. Porém, do ano 2015 para o ano 2016 o número de ilícitos criminais aumentou 2,53%, assumindo 374 184 registos criminais em 2016<sup>115</sup>.

No que concerne à conjectura criminal portuguesa, a sua análise teve por base os dados constantes no Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça da DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA<sup>116</sup>. Em Portugal, o volume criminal é consideravelmente diminuto em relação ao espanhol. Em 2010, o registo criminal atingiu os 424 252 crimes e desde essa data tem-se assistido a uma acentuada diminuição. No hiato temporal analisado, observou-se uma diminuição de 22,01%, tendo o ano de 2016 registado 330 872 ilícitos criminais<sup>117</sup>. Por sua vez, em Lisboa o paradigma criminal continuou a decrescer, demonstrando um abatimento da taxa criminal de 22,34%. Este valor

<sup>112</sup> Os *anuarios estadísticos* de 2012 e 2016 foi elaborado pelo ministério do interior de Espanha.

<sup>113</sup> Os *balances de criminalidad* foram consultados em 21 de janeiro de 2018 e obtidos através do sítio institucional do ministério do interior espanhol.

<sup>114</sup> Vide Gráfico 6 do Anexo VI.

<sup>115</sup> Vide Gráfico 7 do Anexo VI.

<sup>116</sup> As estatísticas analisadas foram consultadas a 20 de janeiro de 2018, através da página oficial da DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA.

<sup>117</sup> Vide Gráfico 8 do Anexo VII.

demonstra a passagem dos 109 936 crimes registados em 2010 para os 85 375 crimes noticiados em 2016<sup>118</sup>.

Ainda sobre a realidade securitária portuguesa, aborde-se a área de responsabilidade da PSP. Se em 2010 a PSP registou 207 960 crimes a nível nacional, em 2016 tomou conhecimento de 171 949 crimes, o que retratou um decréscimo de 17,32%. Relativamente à área de competência da PSP no COMETLIS, deparámo-nos com uma diminuição de 15,80%, onde os 84 496 crimes registados em 2010 passaram para somente 71 146 crimes em 2016.

Em suma, pelo estudo apresentado podemos concluir que existem grandes diferenças entre Portugal e Espanha. Apesar da proximidade geográfica, tanto a nível demográfico como criminal registam-se distinções enormes, a nosso ver, influenciadas pela dimensão territorial<sup>119</sup> assinalavelmente díspar entre os dois estados.

---

<sup>118</sup> Vide Gráfico 9 do Anexo VII.

<sup>119</sup> O território total de Portugal é de 92 225,6 km<sup>2</sup>, de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2016 da DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO. Por sua vez, Espanha apresenta uma dimensão territorial de 505 944 km<sup>2</sup>, em consonância com a publicação *España en cifras 2017* do INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA.

## **CAPÍTULO III: O MODELO DE ORGANIZAÇÃO POLICIAL**

### **III. 1. Uma visão comparativa ibérica**

Perante a realidade securitária atual, a adoção de sistemas tradicionais de organização policial pode originar uma segurança cada vez menos capaz, eficaz e, sobretudo, eficiente. De facto, permanecer em ideologias e estratégias que podem estar desadequadas perante a problemática securitária, revela-se desajustado para uma polícia integral, nacional e próxima da comunidade, como a PSP.

Neste sentido, é importante analisar uma outra realidade e compreender as diferentes dinâmicas de outra força de segurança nacional e integral, como a PN. Assim, identificar as dissemelhanças entre as forças de segurança civis ibéricas e o contexto em que se inserem, permitirá compreender de que forma pode a PSP adequar a sua estrutura e responder ainda melhor aos novos desafios que se insurgem no panorama securitário nacional.

**Quadro 1 – Visão comparativa ibérica**

<b>Termos de analogia</b>	<b>Portugal</b>	<b>Ano</b>	<b>Espanha</b>	<b>Ano</b>
Registo populacional nacional	10 309 573	2016	46 557 008	2016
Registo populacional nas capitais	2 821 349	2016	6 466 996	2016
Volume criminal total	330 872	2016	2 009 690	2016
Volume criminal em Lisboa/ Madrid	85 375	2016	374 184	2016
Número total de polícias	21 813	2016	65 706	2016
Número de polícias em funções operacionais nas capitais	6 172	2016	12 000	2016
Orçamento das polícias (em euros)	722 305 873	2017	2 665 663 210	2017
Número de esquadras nas capitais	126	2016	32	2016
Número de viaturas das polícias nas capitais	1 262	2017	4 000	2017

Perante o exposto, uma analogia entre os panoramas ibéricos visa expor as disparidades demográficas, criminais e policiais, para que melhor se enquadre o panorama ibérico. Com base nos dados obtidos em 2016, no que reporta à demografia luso-espanhola, a população espanhola apresenta, aproximadamente, mais 77,86%



volume de pessoas do que a população lusitana. Já no que respeita à demografia das grandes metrópoles ibéricas, este panorama decresce, onde o número total de habitantes de Lisboa apresenta menos 56,37% do volume populacional de Madrid.

Por sua vez, a conjectura criminal ibérica demonstra nova disparidade entre a realidade lusa e a espanhola. Perante as estatísticas criminais de 2016, Portugal apresentava um volume criminal correspondente a 16,46% do registo total castelhano. As capitais ibéricas prosseguem esta diferença, onde Madrid regista 374 184 crimes e Lisboa ostenta 85 375.

No que respeita à constatação de dados referentes à PSP e à PN, a diferença entre o número de polícias das forças de segurança é de aproximadamente 66,80%, apresentando a polícia espanhola um volume superior à portuguesa. Porém, analisando o número total de polícias em funções operacionais nas capitais ibéricas, a quantidade de polícias em Lisboa é cerca de metade do número de polícias adstritos à PN em Madrid. Concretizando, destaque-se que os polícias que desempenham funções operacionais na PSP de Lisboa situam-se nos 6 172, enquanto que na PN em Madrid situam-se nos 12 000 elementos policiais.

Relativamente ao número de viaturas ao serviço das polícias civis nas capitais ibéricas, o número das viaturas da PN é, aproximadamente, 3,17 vezes superior ao número de viaturas da PSP. Contudo, não só a frota de viaturas policiais da força de segurança portuguesa é substancialmente diminuta perante a espanhola, como apresenta uma idade média bastante superior. Se no COMETLIS as viaturas da PSP apresentam uma média de idade de 14,22/anos, já na *Jefatura Superior de Policía de Madrid*, a frota de viaturas é renovada de quatro em quatro anos, ou substituída a cada dois anos consoante o seu estado de conservação, graças à aquisição das mesmas por contrato de aluguer operacional (LOPEZ, 2017).

Aquando da analogia do número de subunidades orgânicas policiais adstritas à PSP e à PN nas metrópoles correspondentes, a força de segurança lusa apresenta um volume de esquadras claramente superior à realidade madrilenha. Se por um lado a força de segurança espanhola materializava apenas 32 *comissarias* na *Jefatura Superior de Policía de Madrid* em 2016, por outro a PSP apresentava 126 esquadras de polícia no COMETLIS<sup>120</sup>.

Note-se, que por força da multiplicidade de municípios e freguesias, estas forças de segurança são coadjuvadas por polícias municipais. A título de exemplo, destaquem-se a Polícia Municipal de Lisboa<sup>121</sup> e a Polícia Municipal de Madrid<sup>122</sup>, que exercem

---

<sup>120</sup> Estes dados podem ser confirmados através do Anexo III e da Tabela 8 do Anexo II.

<sup>121</sup> O seu regime está definido no DECRETO-LEI n.º 13/2017, de 26 de janeiro.

<sup>122</sup> Os corpos de polícia locais no território da Comunidade de Madrid encontram-se regulados pela LEY 1/2018, de 12 de março.

funções de polícia administrativa na área dos municípios correspondentes, complementando assim a missão das forças de segurança com competência nacional.

Perante as analogias observadas, conclui-se por uma significativa diferença em diversos âmbitos, onde à exceção do número de esquadras, Portugal exhibe parâmetros significativamente diminutos perante Espanha. No que concerne à realidade policial, a par de escolhas políticas e estratégicas, parte desta disparidade pode ser explicada através dos orçamentos das polícias, visto que a PSP regista somente 27,10% do orçamento correspondente à PN.

Porém, para que melhor se comparem estas duas realidades atente-se às seguintes comparações a nível criminal e policial. No que respeita ao rácio de crimes por 100 000 habitantes, a realidade portuguesa comporta a existência de cerca de 3 209 crimes por 100 000 residentes, enquanto a espanhola apresenta, aproximadamente, 4 317 ilícitos por 100 000 habitantes. Já no que circunscreve ao âmbito metropolitano, em Lisboa verifica-se um rácio aproximado de 3 026 crimes por 100 000 habitantes, ao invés de Madrid que exhibe um rácio de cerca de 5 786 crimes por 100 000 habitantes<sup>123</sup>.

No âmbito policial, Portugal apresenta um rácio aproximado de 212 polícias da PSP por 100 000 habitantes e por sua vez Espanha ostenta cerca de 141 polícias da PN por 100 000 habitantes. Já analisando o rácio de polícias a executar funções operacionais nos comandos policiais das capitais ibéricas, a realidade lisboeta constata um rácio de, aproximadamente, 219 polícias por 100 000 residentes, ao invés de Madrid que regista cerca de 186 polícias por 100 000 habitantes.

Em suma, importa esclarecer que apesar de todas as diferenças expostas entre as principais forças de segurança civis ibéricas, AVELINO LOPEZ (2017) introduz que única disparidade a nível macro entre estas forças, é que a PN tem competência para prosseguir a investigação de todos os ilícitos criminais, ao passo que à PSP apenas é atribuída a investigação de determinados crimes<sup>124</sup>. Todavia, compreendemos que a organização policial, respeitante ao volume de subunidades orgânicas operacionais e ao número de polícias, apresenta diferenças assinaláveis entre os comandos de polícia de Lisboa e Madrid.

---

<sup>123</sup> Neste ponto, note-se que Lisboa apresenta um rácio criminal consideravelmente diminuto perante a realidade madrilena. Contudo, tal disparidade pode não se refletir por consequência do número de subunidades orgânicas policiais nestas metrópoles.

<sup>124</sup> Sobre esta matéria *vide* art.º 6.º e art.º 8.º da LEI DE ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (LEI n.º 49/2008, de 27 de agosto).

### III. 2. As subunidades orgânicas policiais: uma análise ao COMETLIS

As subunidades orgânicas policiais são peças fundamentais na estruturação de uma força de segurança próxima da população, como é o caso da PSP. Contudo, no que concerne ao número de esquadras de polícia existentes no COMETLIS, importa destacar possíveis dificuldades futuras. Para tal, primeiramente destaque-se a situação atual ao nível dos recursos humanos e compreenda-se qual a possível evolução até 2021.

Durante o hiato temporal de 2013 a 2017 entraram para a PSP 1 590 novos polícias<sup>125</sup> e saíram para a condição de pré-aposentação um total de 854<sup>126</sup> polícias, pelo que em janeiro de 2018, esta polícia apresentava um efetivo total de 21 726 polícias. Por outro lado, de acordo com a projeção relativa à saída de elementos da PSP para a situação de pré-aposentação no período de 2018 a 2021<sup>127</sup>, esta força de segurança prevê uma saída de 2 900 elementos policiais. Porém, estes elementos materializam somente as saídas tendo em conta os limites de idades<sup>128</sup> a que o pessoal com funções policiais da PSP está sujeito. Todavia, existem outros motivos: e.g. a saída de elementos para as polícias municipais do Porto e Lisboa, que irão contribuir para o aumento do número de saídas de polícias dos quadros da PSP e que não se encontram englobados na previsão de 2 900 polícias.

Por forma a mitigar possíveis reduções de produtividade operacional, as GOEPSP 2017-2020 pautam a necessidade de um urgente *refrescamento* e reposição do efetivo, ao mesmo tempo que se renova o equipamento tecnológico e se automatizam processos absorventes de um volume de mão-de-obra significativo<sup>129</sup>. Nesta linha, concertante com a projeção relativa à entrada de elementos para a PSP no período de 2018 a 2021<sup>130</sup>, a PSP prevê o ingresso de 3 725 novos polícias até 2021.

Perante estes dados, perspetiva-se que em 2021, a PSP apresente um efetivo total aproximado de 22 550 polícias, ou seja, que ostente mais 3,8% elementos do que o efetivo atual. Contudo, este número é dependente de projeções atuais, pelo que pode não se vir a concretizar na sua íntegra. Assim, importa continuar o esforço relativo à evolução, renovação e utilização de tecnologia na atividade policial para que, de certa forma, se possa diminuir o número de polícias afetos a tarefas administrativas e reafectá-

---

<sup>125</sup> Vide Tabela 10 - Anexo VIII.

<sup>126</sup> Vide Tabela 11 - Anexo VIII.

<sup>127</sup> Vide Tabela 12 - Anexo IX.

<sup>128</sup> Cfr. art.º 115.º do estatuto profissional do pessoal com funções profissionais da PSP, os limites máximos de passagem à situação de pré-aposentação são de 62 anos para os superintendentes-chefes e 60 para as restantes categorias e carreiras.

<sup>129</sup> De acordo com o exposto no eixo estratégico “Polícia Sempre Presente – Um dispositivo mais eficiente para uma presença mais visível e eficaz” das GOEPSP 2017-2020.

<sup>130</sup> Vide Tabela 13 - Anexo IX.

los para unidades com competência e atribuições específicas, em prol da prevenção e combate específico da criminalidade, conforme plasmado nas GOEPSP 2017-2020.

A nível operacional, o COMETLIS apresenta três subgrupos de divisões policiais: as divisões territoriais integradas; as divisões territoriais destacadas; e as divisões de competência específica. O conjunto deste grupo de divisões policiais perfaz um total de 16 divisões<sup>131</sup> que se repartem na existência de 124 esquadras por todo o território do Comando. Apesar deste aglomerado de instalações policiais possibilitar transmitir um confortável sentimento subjetivo de segurança à população lisboeta, atente-se que “quanto maior for o número de instalações policiais, menor será o número de polícias a responderem às diversas ocorrências na via pública” (MAGINA, 2018).

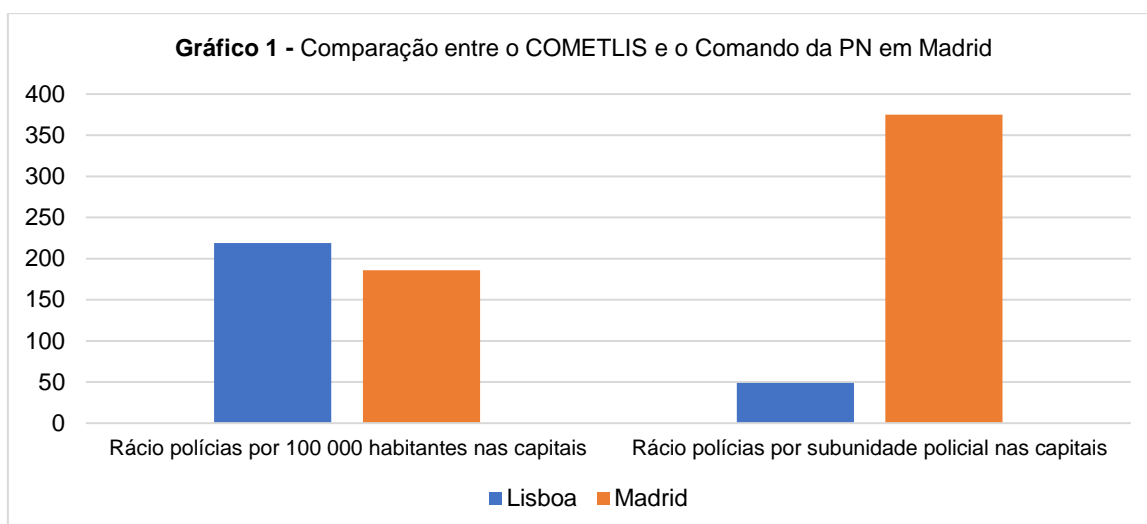
Uma multiplicidade de esquadras entrou em obsolescência por degradação e inadequação funcional acentuadas, prejudicando significativamente o serviço policial e a qualidade do atendimento ao cidadão (PSP, 2016, p. 2). Nesta linha, FERREIRA DE OLIVEIRA (2018) defende que o atual número de esquadras policiais em Lisboa é excessivo, tendo em conta as volumosas escalas de serviço e afetação de polícias para a proteção de instalações policiais, e que provocam uma diminuição de polícias na rua. A conclusão de que mais esquadras originam mais segurança assume-se como uma falácia, pois tendo em conta o atual destacamento de polícias para desempenhar funções de apoio operacional<sup>132</sup>, mais esquadras acabam por originar menos operacionais no terreno junto da comunidade.

Efetivamente, o elevado número de esquadras representa a necessidade de afetar cerca de 21,82% do efetivo do COMETLIS para desempenho de funções de apoio operacional. Uma existência abusiva de instalações policiais por todo o território do Comando restringe a capacidade de resposta e a rápida distribuição de efetivo por todas as ocorrências urgentes. Desta forma, atente-se que apesar de apresentar um rácio, em Lisboa, de cerca de 219 polícias em funções operacionais por 100 000 habitantes, o COMETLIS expõe um rácio de cerca de 49 polícias por esquadra. Por sua vez, apesar da *Jefatura Superior de Policía de Madrid* registar perto de 186 polícias por 100 000 habitantes, apoia as suas subunidades orgânicas operacionais com 375 polícias por *comissaria*, o que salienta uma maior capacidade ativa e efetiva de ação.

---

<sup>131</sup> Relativamente à especificação das divisões policiais, importa elencar como divisões territoriais integradas: a 1.ª Divisão, a 2.ª Divisão, a 3.ª Divisão, a 4.ª Divisão, e a 5.ª Divisão; como divisões territoriais destacadas: a Divisão da Amadora, a Divisão de Cascais, a Divisão de Loures, a Divisão de Oeiras, a Divisão de Sintra, e a Divisão de Vila Franca de Xira; e como divisões de competência específica: a Divisão de Investigação Criminal, a Divisão de Segurança Aeroportuária, a Divisão de Segurança a Instalações, a Divisão de Segurança a Transportes Públicos e a Divisão de Trânsito.

<sup>132</sup> Cfr. alínea b) do art.º 67.º do estatuto profissional do pessoal com funções policiais da PSP.



**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística e *Instituto Nacional de Estadística*.

Na ótica de MATOS TORRES (2018), o efeito de prevenção situacional e de sentimento de segurança de uma esquadra policial é limitado, “sendo que tal envolve a absorção de meios humanos e materiais que, se concentrados em outras subunidades, gerariam sinergias importantes para a qualidade da intervenção policial”. Segundo MAGINA DA SILVA (2018), as esquadras não fornecem segurança, pelo que existe a necessidade de contrair o número de instalações policiais, de forma a dotá-las de capacidade de resposta real. A multiplicidade de subunidades policiais da PSP revela a sua derivação de políticas e estratégias antigas, que perante o panorama securitário atual se podem relevar ineficientes e desajustadas.

Note-se que a concentração de subunidades já existiu na PSP, subsistindo uma concentração de divisões policiais em Lisboa e no Porto, decorrentes de opções políticas no período de 1981 a 1995. Por um lado, este modelo organizacional apresentava diversas vantagens como a substituição de esquadras degradadas por novas instalações; a diminuição de encargos administrativos, permitindo uma maior racionalização de tarefas; a diminuição de custos; uma melhor gestão operacional e maior adaptação das necessidades operacionais; e um maior controlo do efetivo policial (OLIVEIRA, 2006, p. 287). Por outro lado, surgiram desvantagens como a constatação de um sentimento de afastamento da polícia junto da comunidade perante o fecho de certas subunidades, o afastamento efetivo dos polícias em relação à população em virtude da rotação aleatória dos polícias e um certo nível de desresponsabilização dos quadros intermédios da PSP que viram a sua autonomia operacional diminuída (*ibidem*).

Esta concentração falhou quer por falta de apoio político e interno, quer por “falta de tecnologia de apoio, quer no terreno quer de comando e controlo, mostrando-se demasiado reativa e inoportuna” (TORRES, 2018). Hoje, tal problemática está

ultrapassada, maximizando a eficiência dos recursos através do uso de mais e melhor equipamento tecnológico que permita a autonomização de tarefas de apoio operacional.

Em nossa opinião, e perante esta problemática, podemos concluir que a PSP está comparativamente a limitar e a reduzir a sua atividade e capacidade operacional, pois apesar de possuir um rácio total de polícias superior à força de segurança civil castelhana, apresenta um conjunto de polícias por esquadra substancialmente diminuto. Este facto pode originar uma clara ineficácia na resposta da PSP perante os eminentes riscos e ameaças securitárias.

Relativamente às viaturas policiais adstritas ao COMETLIS, estas apresentam uma média excessiva de idade que se revela num deficiente estado de conservação e consequentemente numa diminuta operacionalidade e utilização. A condição da frota automóvel da PSP é incomportável para a atividade policial, visto que afeta recursos humanos e financeiros não só ao nível de manutenção, como também, ao nível operacional, diminui gravemente a capacidade real de resposta desta polícia.

A PSP, como força de segurança responsável pela segurança das grandes metrópoles urbanas nacionais, necessita de acompanhar a evolução do crime e da sociedade, adaptando-se a novas exigências e desafios. Desta forma, e

*[...] face a esta dinâmica de mudança endógena e exógena, importa atualizar a oferta de segurança pública, através de um reajustamento do dispositivo, em especial o operacional, nas grandes áreas urbanas, relocizando subunidades, integrando e reduzindo o número de instalações, reagrupando recursos humanos por forma a garantir uma maior disponibilidade de meios operacionais, no contexto de uma Polícia Sempre Presente [...]* (PSP, 2016, p. 2).

A materialização de riscos e ameaças cada vez mais difusos e complexos, o evoluir da sociedade e até a reestruturação orgânica dos municípios<sup>133</sup> revela a inadequação do número de esquadras do COMETLIS da PSP.

Por fim, apesar de apresentar um rácio criminal superior, a estruturação das subunidades orgânicas da PN em Madrid permite um elevado número de polícias por subunidade. Este facto, aliado a uma adequada e renovada tecnologia, permite responder eficaz e eficientemente às atuais problemáticas securitárias, que exigem uma rápida e sustentada resposta policial.

---

<sup>133</sup> Neste âmbito, atente-se à reorganização administrativa de Lisboa, através da LEI n.º 56/2012, de 8 de novembro.

### III. 3. Modelo organizacional da PSP: perspectivas futuras

Uma análise sobre o vasto campo de competências e atribuições da PSP leva-nos à percepção da sua enormemente abrangente responsabilidade securitária no panorama nacional. Efetivamente, esta força de segurança assume-se como “uma polícia integral de largo espectro que integra diversas capacidades e valências em todas as áreas ou subsistemas do Sistema de Segurança Interna” (MAGINA, 2018). Assim, urge a importância de compreender quais as perspectivas futuras desta força de segurança no que respeita à evolução do seu modelo organizacional.

Relativamente às subunidades orgânicas operacionais, entenda-se que as necessidades e as dificuldades outrora existentes, não se coadunam com as exigências e desafios securitários atuais. Presentemente, importa destacar que

*[...] as cidades ganharam novas dimensões de urbanismo, novos espaços habitacionais, novas dinâmicas sociais; a rede de transportes públicos diversificou-se e expandiu-se, o acesso ao transporte individual quase se generalizou, o número nacional de emergência consolidou-se em definitivo e as comunicações móveis individuais massificaram-se, permitindo o contacto imediato e direto com a Polícia, sempre que necessário. A relevância da instalação policial, de per si, relativizou-se face ao surgimento de novas formas e de maior rapidez e facilidade de acesso à Polícia [...] (PSP, 2016, p. 1).*

Perante o constatado, podemos inferir com base na reestruturação das freguesias<sup>134</sup>, na densificação da rede de transportes públicos e na evolução tecnológica, que se esbateu a necessidade de um comando de polícia possuir múltiplas esquadras. Atualmente, é imprescindível uma polícia com capacidade efetiva de resposta, aliada a uma racionalização e especialização de recursos e meios que conduza ao seu objetivo primordial: garantir a segurança dos cidadãos com base em princípios de eficácia e eficiência.

A necessidade de reduzir e concentrar as subunidades policiais é premente, visto que não só se reduziu a relevância operacional de algumas esquadras no período noturno, como também deixou de existir ou de justificar a sua manutenção, de acordo com a realidade socio-criminal que originou a sua criação e inserção geográfica (PSP, 2016, p. 2). Nesta linha, um passo prévio à realocação ou encerramento de determinadas

---

<sup>134</sup> Sobre a reorganização administrativa do território das freguesias, vide LEI n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.

esquadras de polícia, será o seu encerramento no período noturno, em áreas que se verifique menor atividade nesse intervalo, realocando o efetivo adstrito noutra subunidade policial. Apesar da verificação de menos uma esquadra durante esse hiato temporal, a capacidade efetiva da resposta policial será maior, graças à concentração de um maior efetivo adstrito a funções operacionais.

No que concerne à estruturação e distribuição das subunidades policiais, a reformulação orgânica da PSP passará por analisar e compreender que subunidades deve retrair e realocar. Desta forma, prevê-se “aumentar a capacidade de projeção de meios por libertação de efetivo de tarefas administrativas, tarefas de segurança de edifícios e tarefas de apoio à atividade operacional, para afetá-los a tarefas operacionais, especialmente de policiamento de proximidade” (PSP, 2016, p. 3). Assim, existirá uma diminuição de processos que sobrecarreguem o sistema policial da PSP, pelo que se constata a necessidade de uma desburocratização<sup>135</sup> de tarefas e meios.

Num futuro próximo, urge a necessidade da PSP desenvolver ou adquirir sistemas de apoio à gestão de processos administrativos que visem diminuir a afetação de efetivo policial para estas tarefas, relevando-se assim a necessidade de uma automatização de todo o processo documental em todos os níveis da estrutura orgânica (PSP, 2016, p. 2). Por conseguinte, parte dos polícias adstritos a funções de apoio operacional podem ser colocados no teatro operacional, reforçando a capacidade desta polícia em responder aos diversos desafios securitários. Todavia, nestes casos importa fornecer-lhes um correto apoio e formação, por forma a se sentirem motivados e capazes.

A estruturação orgânica *Jefatura Superior de Policía de Madrid* pode influenciar a evolução do modelo organizacional da PSP. Nesta linha, FERREIRA DE OLIVEIRA (2018) defende que a concentração de polícias e de alguns meios materiais nas divisões policiais, pode originar o que eventualmente se poderiam chamar de *comissarias*. Deste modo, existiriam menos subunidades num comando, mas as restantes iriam ter mais meios e recursos disponíveis. No entanto, o mesmo afirma que esta concentração apenas se torna lógica nas cidades de Lisboa, Porto e possivelmente Setúbal. Tal facto deve-se não só à densidade populacional destas cidades, como também à constatação de uma elevada distância geográfica entre subunidades operacionais noutros comandos desta polícia, o que originaria a ineficácia e a desproporcionalidade da concentração de meios.

Relativamente à reorganização e à reestruturação do modelo organizacional da PSP, já existe uma proposta, ainda que não terminada, de encerramento e concentração de determinadas subunidades orgânicas nos Comandos Metropolitanos do Porto e de

---

<sup>135</sup> Sobre o princípio da desburocratização, vide n.º 2 do art.º 5.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA) em conjugação com o preceito constitucional pautado no n.º 1 do art.º 268.º da CRP.



Lisboa. Sobre esta temática, FERREIRA DE OLIVEIRA (2018) afiança que a concentração de certas subunidades “acarretaria mais eficácia à ação preventiva da PSP, porque permitiria colocar mais polícia na via pública”. De facto, potenciar um aumento de efetivo operacional por subunidade resultaria não só numa maior capacidade real da PSP em responder às diversas crises securitárias, como também no desenvolvimento de mais ações de cariz preventivo.

Na nossa opinião, uma possível evolução para o COMETLIS passaria pela concentração de subunidades operacionais de acordo com a sua especialização, como se constata na Divisão de Trânsito que reúne todas as esquadras da divisão no mesmo edifício. Uma primeira medida seria a realocação e centralização das cinco esquadras de investigação criminal das divisões territoriais integradas do Comando, na Divisão de Investigação Criminal. Assim, surgia uma estrutura que permitiria uma troca imediata e mais fluente de informação e meios, uma melhor articulação de processos e a diminuição de polícias a desempenhar tarefas administrativas e de proteção às instalações.

Também a criação de uma Divisão de Intervenção e Fiscalização Policial integrada, no mesmo local, pelas esquadras de intervenção e fiscalização policial das divisões integradas, permitiria uma maior disponibilidade de meios e efetivo, como também uma maior capacidade real de resposta rápida aos incidentes. Porém, atente-se que não se pretende a adoção de um referencial securitário repressivo, mas sim uma capacidade efetiva e eficiente a incidentes securitários reais. As restantes esquadras de competência territorial das cinco divisões integradas adotariam o modelo de encerramento noturno e, posteriormente, de fecho efetivo nas esquadras não indispensáveis. Desta forma, concentrava-se o efetivo e os recursos, criando *comissarias* que, novamente, permitiriam reduzir encargos administrativos e aumentar o efetivo disponível para a atividade operacional.

No que refere ao atual panorama do parque automóvel da PSP, uma possível solução para este panorama seria o modelo de aluguer operacional de viaturas, como a administração espanhola contratou para as suas forças de segurança. Segundo AVELINO LOPEZ (2017) “em Madrid, os 4 000 veículos policiais funcionam sempre todos, graças à substituição de veículo pautada no contrato estabelecido”. Nesta polícia, a cada dois anos, os veículos mais gastos são substituídos e ao fim de quatro anos a frota é renovada, estando a manutenção e a reposição de meios sempre assegurada pela empresa contratada. A nosso ver, apesar de representar um forte investimento inicial, ao nível operacional esta alternativa apresentaria inúmeras vantagens.

A possível reformulação orgânica da PSP, e em particular do COMETLIS, surge em detrimento de restrições económicas, logísticas e humanas. Com a reorganização e realocação das subunidades orgânicas policiais, com a diminuição dos encargos

administrativos e com a substituição e melhora da frota automóvel, pretende-se uma capacitação humana mais motivada e empenhada, promovendo um melhor serviço prestado ao cidadão (PSP, 2016, p. 4). Deste modo, a adoção de princípios de eficiência<sup>136</sup>, de eficácia<sup>137</sup> e de racionalização<sup>138</sup> em conjugação com a reforma das subunidades e a especialização de meios, conduzirá a uma correta e adequada resposta securitária por parte da PSP, perante as necessidades e desafios atuais.

De acordo com MATOS TORRES (2018), a PSP, através de um esforço permanente de autocritica e aprendizagem, deve reajustar a sua organização e funcionamento à realidade demográfica e financeira do país, assumindo dispositivos mais retraídos e inteligentemente disseminados no teatro de operações, com uma base tecnológica mais intensiva, dispensando parte do fator humano. Nesta linha, infira-se que a PSP tem efetivo suficiente para fazer face a toda a problemática securitária, desde que se procedam às necessárias contrações do dispositivo de instalações policiais (SILVA, 2018).

Em suma, com a reformulação orgânica e estratégica, a PSP visa “assegurar adequadas condições de trabalho e a disponibilidade das instalações e dos meios técnicos, auto e operacionais necessários para um cumprimento das missões atribuídas, de modo profissional e motivado” (PSP, 2016, p. 4). Assim, é perceptível a urgência na reestruturação geográfica e orgânica das subunidades operacionais policiais, ao mesmo tempo que se desenvolvem e adquirem melhores meios tecnológicos e se inicia uma renovação da frota automóvel.

### **III. 4. A evolução da atividade policial: uma resposta aos novos desafios**

Perante as atuais restrições e insuficiências relativamente ao número de polícias a desempenhar funções operacionais na PSP, pode tornar-se prejudicial e desfavorável à evolução desta polícia prever a sua atividade e os modelos de policiamento com base na possível entrada de novos elementos. De facto, projetar a sua atividade em previsões de ingresso ou aquisição de novos meios não deve ser um fator primário, apesar de serem importantes dados a ter em consideração.

A PSP tem de dispor o seu efetivo inteligentemente no terreno por forma a fazer face aos novos desafios securitários. Note-se que esta estratégia operacional não implica necessariamente aumentar o número de polícias no terreno, visto que uma maior

---

<sup>136</sup> Vide n.º 1 do art.º 5.º do CPA.

<sup>137</sup> De acordo com o n.º 2 do art.º 268.º da CRP.

<sup>138</sup> O princípio da racionalização está afirmado no n.º 3 do art.º 268.º da CRP.

presença policial pode não significar mais segurança nem tão pouco um maior aumento do sentimento de segurança na população.

Após compreender os necessários reajustamentos do sistema organizacional da PSP, importa entender de que forma pode também evoluir o modelo de policiamento. Note-se que não só as reformas internas policiais e os cortes orçamentais afetam a atividade policial, como também as grandes mudanças socioeconómicas, demográficas e tecnológicas requerem novas respostas securitárias (KARN, 2013, p. 5). De facto,

*[...] Como os meios para fazer face às múltiplas ameaças que pairam sobre as sociedades modernas não são ilimitados, a lógica da gestão de riscos assenta precisamente na necessidade de selecionar investimentos em meios, sistemas ou equipamentos de segurança com vista a obter um nível de risco tido como admissível – o chamado risco residual -, o qual, (...) revela dependência de vários fatores, como o ambiente sociopolítico, a disponibilidade financeira e as idiossincrasias do próprio decisor, entre muitos outros [...] (TORRES, 2015, p. 6).*

A adoção de estratégias assentes num modelo de gestão de riscos permitirá cada vez mais à PSP utilizar e alocar os seus recursos, conforme as prioridades securitárias. Deste modo, a PSP poderá, em parte, suprir as dificuldades ao nível de recursos humanos e de meios.

Com base na constatação de que uma forte presença policial não implica necessariamente a diminuição do crime ou do sentimento de segurança dos cidadãos<sup>139</sup>, importa destacar possíveis respostas securitárias que a PSP pode adotar perante ameaças e riscos cada vez mais complexos e globais. De acordo com JACQUI KARN (2013, p. 3), perante as atuais restrições materiais e de polícias a desempenhar funções operacionais, “o policiamento liderado pela inteligência<sup>140</sup> e o policiamento orientado para problemas são duas das abordagens mais desenvolvidas para maximizar a alocação efetiva de recursos policiais para reduzir o crime”. Com estes mecanismos de policiamento, visa-se não só solucionar os problemas que mais preocupam a sociedade, como também responder rápida e eficazmente a qualquer incidente criminal ou de desordem pública.

Perante o atual panorama securitário envolto em ameaças difusas, complexas e globais, a PSP (2016, p. 3) defende a imprescindibilidade de uma “revisão e reforço das

---

<sup>139</sup> Sobre esta matéria vide KELLING, G. L. et al. (1974). *The Kansas City Preventive Patrol Experiment: A Summary Report*. Washington: Police Foundation.

<sup>140</sup> Relativamente à inteligência policial vide FERNANDES, L. F. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: ISCPSI.

capacidades ao nível local – Comandos Territoriais – em termos de meios operacionais e de capacitação técnica, para atuação global do efetivo como *first responders*". Neste âmbito, MATOS TORRES (2018) declara que apesar de no território português nenhuma ameaça ter ainda sido concretizada, a PSP foi uma das primeiras polícias do mundo ocidental a adaptar o seu dispositivo e meios, através da implementação do modelo de segurança *Just In Time* e o empoderamento logístico e técnico-tático das forças de primeira linha (*first responders*).

A adoção de policiamentos de visibilidade preventiva por parte da PSP, em zonas definidas como críticas, demonstra a concretização de novas estratégias de policiamento. Para a materialização de policiamentos de visibilidade preventiva, a PSP formou equipas conjuntas compostas por elementos das esquadras de intervenção e fiscalização policial e do Corpo de Intervenção da Unidade Especial de Polícia. Estas equipas têm como objetivos primordiais: transmitir segurança aos transeuntes (residentes e turistas); ter um carácter preventivo que inviabilize a ocorrência de ilícitos criminais ou de incidentes tático-policiais; e de atuarem como equipas de primeira linha de resposta, caso suceda algo que lese gravemente a ordem pública ou a segurança dos cidadãos.

Ao destacar recursos para locais ou pessoas que apresentem perfis de risco, a polícia releva a concretização de abordagens de policiamento focadas na identificação de pontos críticos de atividade criminosa e de indivíduos vulneráveis ou suspeitos, sendo assim mais provável reduzir o crime e garantir a segurança (KARN, 2013, p. 3). Os policiamentos de visibilidade preventiva corporalizam estas estratégias de policiamento, dispondo os polícias inteligentemente pelo território. Note-se que no COMETLIS, a PSP destaca este modelo de policiamento em zonas, que devido à sua índole histórica ou ao elevado aglomerado de transeuntes, representam um elevado risco na concretização de ameaças, nomeadamente de cariz terrorista. De facto, "apesar do nosso país ainda não ter sido alvo de ataque terrorista de inspiração islâmica radical, a consciência de que tal poderá ocorrer, obrigou a PSP a mudar o seu paradigma de intervenção, reforçando a capacidade de resposta policial" (SILVA, 2018).

A permanência deste policiamento em pontos estratégicos da cidade de Lisboa, como a Praça do Comércio ou o Aeroporto de Lisboa, demonstra a evolução e adoção de novos modelos de policiamento por parte da PSP perante os desafios atuais. Neste ponto, destaque-se que o COMETLIS da PSP tem sob a sua alçada não apenas 2 821 349 de residentes, mas também a responsabilidade securitária de cerca de 22 462 599<sup>141</sup> passageiros por ano no aeroporto de Lisboa e de todos os turistas que

---

<sup>141</sup> Relativamente ao tráfego de passageiros no aeroporto de Lisboa, em 2016 registaram-se 22 462 599 passageiros, de acordo com a BASE DE DADOS PORTUGAL CONTEMPORÂNEO – PORDATA. Sobre a evolução relativa ao tráfego de passageiros no aeroporto de Lisboa de 2010 a 2016, vide Tabela 14 e Gráfico 10 do Anexo X.

visitam esta cidade. Apesar de já se observar a adoção de novos modelos de policiamento, a PSP tem de aceitar desenvolver estratégias baseadas no policiamento liderado pela inteligência, no policiamento orientado para problemas e em forças policiais prontas para responder numa primeira linha (*first responders*).

Porém, atente-se que não basta o desenvolvimento e aplicação de novos modelos de policiamento. Por forma a que se garanta uma maior eficácia e eficiência na atividade policial, na ótica de JACQUI KARN (2013, p. 3), estas estratégias devem ser acompanhadas de medidas situacionais e sociais e de uma maior proximidade com o cidadão. De facto, uma maior legitimidade da ação policial, conduz a comunidade a fornecer mais informação à polícia e a cumprir mais assertivamente a lei, auxiliando assim a reduzir as taxas de criminalidade (*idem*, 2013, p. 4). As diretrizes delineadas nas GOEPSP 2017-2020 vão ao encontro de uma correta adequação e evolução policial perante os atuais e complexos desafios securitários.

Por fim, podemos afirmar que atualmente as polícias debatem-se com a dificuldade de encarar uma sociedade cada vez mais diversificada, global e interconectada, com poucos e, em certos casos, inadequados recursos. As forças de segurança atuam perante uma sociedade em constante evolução e mutação, que exige não só a reestruturação do planeamento orgânico, como também a aplicação de novos modelos de policiamento. A PSP necessita de adequar a sua estrutura e plano de ação à atual realidade criminal, demográfica e societária portuguesa, apoiando a sua atividade num modelo securitário preventivo, aliado a uma capacidade efetiva de resposta.

## **CONCLUSÃO**

À escala global, diversas problemáticas securitárias colocam em causa o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos, e estas refletem-se igualmente no panorama ibérico. Inseridos em organizações e instituições internacionais comuns, Portugal e Espanha atuam de forma conjunta e integrada na prossecução da missão de garantir a segurança e o livre exercício dos direitos dos cidadãos.

Atualmente, uma reflexão sobre segurança sem afirmar que a cooperação internacional é um dos pilares da segurança interna, traduz-se numa insuficiência que pode originar consequências severas na própria sustentação dos Estados. Através das suas forças e serviços de segurança, Portugal e Espanha assumem compromissos de cooperação e coordenação com as polícias e organismos internacionais, com o objetivo de garantir a segurança da sociedade.

As complexas ameaças à segurança interna desafiam os estados e as organizações internacionais relativamente às respetivas competências na garantia da segurança dos cidadãos. Neste âmbito, a globalização e a evolução tecnológica e societária impulsionaram novas formas e métodos de crime e, conseqüentemente, a inadequação da resposta policial por parte das forças de segurança. As estratégias de segurança da UE introduzem os desafios securitários decorrentes de um espaço de livre circulação de pessoas e mercadorias que conduzem à perceção da necessária internacionalização da segurança.

Ao longo desta investigação, pretendemos clarificar o interesse da cooperação internacional para o panorama securitário europeu e nacional e, esclarecer quais as ameaças e riscos que dificultam a missão securitária. Neste sentido, concluímos que o modelo policial europeu é influenciado pelo surgimento de uma nova governança da segurança e da emergência de novos riscos e ameaças. Contemporaneamente, as forças de segurança dos estados-membros prosseguem a sua missão nacional e internacional, através da realização de operações conjuntas e de troca de informação, abandonando a matriz securitária exclusivamente estatal que outrora se observava.

Na UE, esta cooperação materializa-se pela criação de instituições, como a EUROPOL, que exprimem a necessidade de uma segurança cada vez mais partilhada e cooperante. De facto, a globalização e a abolição de fronteiras na Europa culminaram na necessidade de uma segurança além-fronteiras, consubstanciada na cooperação com outras forças de segurança. Por conseguinte, um dos eixos estratégicos elencados nas GOEPSP 2017-2020 é a cooperação organizacional e internacional, pelo que se constata

que a PSP define as suas políticas internas e externas, por forma a evoluir e fornecer eficazmente mais segurança aos cidadãos.

O estudo do contexto securitário ibérico demonstrou a necessidade de abordar as relações diplomáticas entre Portugal e Espanha. A interajuda e os contributos bilaterais apresentam um historial de quase oito séculos de diplomacia entre os dois estados da península ibérica. No âmbito securitário, as forças de segurança lusitanas e espanholas indicam relações ativas de cooperação, onde se destacam os CCPA e a realização de múltiplas e constantes ações conjuntas, devido à similitude na direção, estruturação e atribuições prosseguidas pela PSP e pela PN.

No decorrer desta investigação relevou-se importante escrutinar os sistemas policiais vigorantes nos dois estados, no sentido de uma melhor perceção da contextualização securitária luso-castelhana. Os modelos de organização policial ibéricos são a materialização de um modelo dual na vertente pluralista vertical, mas não na sua essência. No panorama policial português e espanhol, a competência de garantir a segurança e o exercício dos direitos dos cidadãos está atribuída a duas forças de segurança: uma de carácter civil e, outra de carácter militar. Porém, nos dois estados existem mais forças de segurança, locais ou nacionais, com competência securitária específica que concorrem para a prossecução da missão securitária, pelo que o modelo dualista pluralista vertical assume um cariz próprio no contexto ibérico.

Apesar da proximidade geográfica, o panorama ibérico regista assinaláveis diferenças a nível demográfico e criminal. Veja-se que Portugal apresenta um volume populacional correspondente a 22,14% do volume populacional castelhano e um volume criminal correspondente a 16,46% do volume criminal registado em Espanha. Também as capitais ibéricas prosseguem esta disparidade, onde a realidade lisboeta compreende cerca de 43,63 % do volume demográfico madrileno e 22,82 % do registo criminal de Madrid. Pelo exposto, verificamos duas dimensões distintas, porém sujeitas aos mesmos riscos, ameaças e problemas securitários.

Relativamente aos modelos de organização policial, a PSP e a PN expõem distintos modelos nos comandos de polícia de Lisboa e Madrid. No que concerne ao número de polícias a desempenhar funções operacionais no COMETLIS, a força de segurança portuguesa regista cerca de 51,43% de polícias em comparação ao total de elementos policiais a atuar na *Jefatura Superior de Policía de Madrid*. Porém, o número de *comissarias* em Madrid é cerca de 3,94 vezes inferior ao total de esquadras de polícias existentes no COMETLIS. Esta estratégia demonstra uma opção e um contrassenso na concretização do modelo organizacional, visto que uma maior materialização de subunidades orgânicas operacionais origina um menor volume de efetivo policial por subunidade e um maior encargo administrativo.

Tendo em conta as atuais restrições do efetivo policial e as possíveis limitações futuras, o COMETLIS da PSP tem de reestruturar o seu modelo organizacional, por forma a responder eficientemente aos atuais desafios securitários. Insurge no seio policial uma necessária reformulação estratégica e um iminente desenvolvimento tecnológico, para que se mitiguem eventuais restrições e se adeque o modelo organizacional policial.

A concretização de ataques terroristas em solo europeu demonstra a necessidade de adequar as estratégias e modelos de ação da PSP. Em Lisboa, a capacidade de resposta policial imediata pode estar comprometida devido à existência de cerca de 49 polícias por esquadra e uma frota automóvel com vastos problemas de manutenção.

Perante as necessidades securitárias atuais, a constatação de 124 subunidades orgânicas operacionais no COMETLIS da PSP pode revelar-se desajustada e inadequada. A continuação de estratégias envoltas na materialização de múltiplas subunidades policiais, ao mesmo tempo que se observa um número cada vez menor de polícias a desempenhar funções operacionais, pode originar uma ineficaz resposta securitária.

O objetivo de mais e melhor visibilidade policial, associado à diminuição do número de esquadras, constituirá um vetor determinante de prevenção perante as atuais ameaças à segurança interna, designadamente as de matriz terrorista, através de uma mais pronta capacidade de reação policial (PSP, 2016, p. 1). A observação dos policiamentos de visibilidade preventiva na cidade de Lisboa demonstra a evolução do modelo de policiamento da PSP. Contudo, devido à falta de elementos policiais a desempenhar funções operacionais, a concretização destes policiamentos poderá ser afetada.

As forças de segurança de natureza civil ibéricas materializam a existência de um plano integrado securitário, através da troca de boas práticas, da realização de ações policiais conjuntas e da ajuda mútua na formação. Todavia, note-se que os modelos de organização policial da PSP e da PN, em Lisboa e em Madrid, revelam enormes diferenças, pelo que a nível micro não se verifica a constatação de um plano integrado securitário.

Em suma, esta investigação não pretende esgotar a discussão em volta desta temática, mas abrir um debate no sentido de aprofundar as relações de cooperação e desenvolvimento entre as forças e serviços de segurança, objetivando uma melhoria na organização e no contexto securitário e policial em Portugal e Espanha.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. DICIONÁRIO

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. (2004). *Dicionário de política*. 12.<sup>a</sup> edição. Brasília: Universidade de Brasília.

### 2. LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

BECK, U. (1992). *Risk Society towards a New Modernity*. London: Sage Publications.

BERNARDINO, L. M. B. (2012). *A cooperação para a segurança no contexto das relações internacionais: do realismo ao construtivismo*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

BIERSTEKER, T. (2017). *Global security governance*. in BALZACQ, T. e CAVELTY, M. (2017). *Routledge Handbook of Security Studies*. 2nd ed. Oxon and New York: Routledge.

BORGES, J. V. (2016). *As ameaças e riscos transnacionais*. in BORGES, J. V. e RODRIGUES, T. F. (2016). *Ameaças e Riscos transnacionais no novo Mundo Global*. Porto: Fronteiro do Caos Editores.

BRANDÃO, A. P. (2003). *Segurança: um conceito contestado em debate*. in MOREIRA, A. (2003). *Informações e segurança: Estudos em honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio.

CAETANO, M. (2016). *Manual de Direito Administrativo – Tomo I*. 10.<sup>a</sup> edição. Coimbra: Almedina.

CALADO, S. e FERREIRA, S. (2004). *Análise de documentos: Método de recolha e análise de dados: Metodologia da Investigação I*. Lisboa: DEFCUL.

CASTARROYO, J. E. (2008). *Manual del Policía*. 5.<sup>a</sup> ed. Madrid: ed. La ley e grupo - Wolters Kluwer.

CORREIA, E. P. (2015). *Liberdade e Segurança*, Lisboa: ISCPSI – ICPOL.

CORREIA, E. P. (2012). *Política e Segurança: Teorias e Conjunturas da Actualidade*. in CORREIA, E. P. e DUQUE, R. S. (2012). *O Poder Político e a Segurança*. Lisboa: ed. Observatório Político e Fonte da Palavra.

DÍAZ, S. (2016). *El camino a un nuevo modelo de policía en España*. Valência: Universitat Politècnica.

- DUARTE, F. P. (2013). *Portugal como ator e produtor de Segurança Internacional*. in INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013: Contributos e Debate Público*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda e Instituto de Defesa Nacional.
- DUQUE, R. S. (2015). *Singularidades da coexistência da liberdade e da segurança em democracia*. in CORREIA, E. P. (2015). *Liberdade e Segurança*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- ELIAS, L. e GUEDES, A. M. (2010). *Controlos Remoto. Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- ELIAS, L. e GUEDES, A. M. (2012). *Here be dragons: novos conceitos de segurança e o mundo contemporâneo*. in CORREIA, E. P. e DUQUE, R. S. (2012). *O Poder Político e a Segurança*. Lisboa: ed. Observatório Político e Fonte da Palavra.
- FEITEIRA, A. (2015). *Administração Pública da Segurança*. in GOUVEIA, J. B. e SANTOS, S. (2015). *Enciclopédia de direito e segurança*. Coimbra: Almedina.
- FEITEIRA, A. (2017). *Uma conceção integrada de segurança no domínio das políticas públicas: tópicos de reflexão*. in GOUVEIA, J. B. (2017). *Estudos de direito e segurança*. Volume II. Coimbra: Almedina.
- FERNANDES, L. F. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: ISCPSI.
- FREIXO, M. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*, 3ª edição. Lisboa: Instituto Piaget.
- GJØRV, G. (2017). *Human Security: Lessons Learned from Afghanistan*. in BALZACQ, T. e CAVELTY, M. (2017). *Routledge Handbook of Security Studies*. 2nd ed. Oxon and New York: Routledge.
- GOMES, P. V. (2006). *Cooperação Policial Internacional: O Paradigma da União Europeia*. in: VALENTE, M. M. G. (2006). *II Colóquio de Segurança Interna*. Coimbra: Almedina.
- GRISHAEV, K. (2017). *Un análisis sobre la proyección y cooperación internacional de las fuerzas y cuerpos de seguridad de España*. Valência: Universitat Politècnica.
- INÁCIO, C. (2010). *Políticas Públicas de Segurança – novo paradigma*. (Dissertação de Mestrado). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- KELLING, G. L. et al. (1974). *The Kansas City Preventive Patrol Experiment: A Summary Report*. Washington: Police Foundation.
- KRAHMANN, E. (2005). *From State to Non-State Actors: The Emergence of Security Governance*. 1.<sup>a</sup> ed. New York: Palgrave Macmillan.

- LOURENÇO, N. (2015). *Sentimento de insegurança*. in GOUVEIA, J. B. e SANTOS, S. (2015). *Enciclopédia de direito e segurança*. Coimbra: Almedina.
- MARTINS, D. (2014). *Al-Ândalus – Do Terrorismo Doméstico Islamista na Península Ibérica*. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: ISCPSI.
- NABAIS, T. V. (2011). *Prevenção do terrorismo transnacional*. in CHAMBEL, E. M., SANTO, P. E. e VALENTE, M. M. G. (2011). *Ciências Policiais: Estado, Segurança e Sociedade*. Coimbra: Almedina.
- OLIVEIRA, J. F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: a emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina.
- OLIVEIRA, J. P. e QUEIRÓS, C. (2012). *O estudo empírico do burnout na Polícia de Segurança Pública portuguesa*. in DARCK, M. e DURÃO, S. (2012). *Polícia, segurança e ordem pública: perspetivas portuguesas e brasileiras*. 1.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- PRENZLER, T. e SARRE, R. (2014). *The Role of Partnerships in Security Management*. in GILL, M. (2014). *The Handbook of Security: Second Edition*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.
- QUIVY, R., e CAMPENHOUDT, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. 4.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Gradiva.
- SARMENTO, M. (2013). *Guia prático sobre a metodologia científica*. 3.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- SANTO, P. E. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais: génese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Silabo.
- SNOW, N. (2017). *Public diplomacy in a national security context*. in BALZACQ, T. e CAVELTY, M. (2017). *Routledge Handbook of Security Studies*. 2nd ed. Oxon and New York: Routledge.
- TORRES, A. M. (2011). *Cooperación policial en la Unión Europea: La necesidad de un modelo de inteligencia criminal eficiente*. Madrid: Dykinson.
- TORRES, M. (2015). *Gestão de Riscos: no planeamento, execução e auditoria de segurança*. Lisboa: ISCPSI.
- VALENTE, M. M. G. (2014a). *Teoria Geral do Direito Policial*. 4.<sup>a</sup> edição. Coimbra: Almedina.
- VALENTE, M. M. G. (2014b). *Ciências Policiais – Ensaio*. Lisboa: ed. Universidade Católica.

VALENTE, M. M. G. (2017). *Da Segurança Pública: contributos para uma tipologia*. in GOUVEIA, J. B. e PEREIRA, R. (2017). *Estudos de direito e segurança*. Volume I. Coimbra: Almedina.

VENTURA, A. (2015). *Crime*. in GOUVEIA, J. B. e SANTOS, S. (2015). *Enciclopédia de direito e segurança*. Coimbra: Almedina.

### **3. LEGISLAÇÃO**

CONSELHO DA EUROPA (2007). *Tratado de Lisboa*, de 13 de dezembro. Jornal Oficial C 306.

ESTRATÉGIA EUROPEIA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA (2003). *Uma Europa Segura num Mundo Melhor*, de 12 de dezembro.

ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA INTERNA DA UNIÃO EUROPEIA (2010). *Rumo a um Modelo Europeu de Segurança*, de março.

ESTRATÉGIA RENOVADA DE SEGURANÇA INTERNA DA UNIÃO EUROPEIA PARA 2015-2020. (2015). *Projeto de conclusões do Conselho*, de 10 de junho.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (1994). *Human Development Report*. New York: Oxford University Press.

#### **3.1 LEGISLAÇÃO - PORTUGAL**

DECRETO n.º 13/2007, *aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira*. Diário da República, I Série. n.º 134 de 13 de julho.

DECRETO n.º 48/99, *aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha em Matéria de Perseguição Transfronteiriça*. Diário da República, I Série. n.º 261 de 9 de novembro.

DECRETO n.º 5/98, *aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre a Criação de Postos Misto de Fronteira*. Diário da República, I Série. n.º 40 de 17 de fevereiro.

DECRETO n.º 50/92, *aprova o Protocolo de Cooperação no Domínio da Segurança Rodoviária entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha*. Diário da República, I Série. n.º 296 de 24 de dezembro.

DECRETO n.º 48/92, *aprova o Protocolo de Acordo sobre Cooperação Policial entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha*. Diário da República, I Série. n.º 286 de 12 de dezembro.

DECRETO n.º 22/87, *aprova o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha sobre Cooperação em matéria de Luta contra a Droga*. Diário da República, I Série. n.º 143 de 25 de junho.

DECRETO n.º 97/81, *aprova a Convenção Relativa à Justaposição de Controles e ao Tráfego Fronteiriço entre Portugal e Espanha*. Diário da República, I Série. n.º 168 de 24 de julho.

DECRETO-LEI n.º 13/2017, *estabelece o regime das polícias municipais de Lisboa e do Porto*. Diário da República, I Série. n.º 19 de 26 de janeiro.

DECRETO-LEI n.º 243/2015, *aprova o estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública*. Diário da República, I Série. n.º 204, de 19 de outubro.

DECRETO-LEI n.º 4/2015, *aprova o Código de Procedimento Administrativo*. Diário da República, I Série. n.º 4, de 7 de janeiro.

DECRETO DE APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO, *aprova a Constituição da República Portuguesa*. Diário da República, I Série. n.º 86/76 de 10 de abril. Com alteração mais recente, pela LEI CONSTITUCIONAL n.º 1/2005, de 12 de agosto.

LEI n.º 11-A/2013, *procede à reorganização administrativa do território das freguesias*. Diário da República, I Série. n.º 19 de 28 de janeiro.

LEI n.º 56/2012, *procede à reorganização administrativa de Lisboa*. Diário da República, I Série. n.º 216 de 8 de novembro.

LEI n.º 53/2008, *aprova a Lei de Segurança Interna*. Diário da República, I Série. n.º 167 de 29 de agosto.

LEI n.º 49/2008, *aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal*. Diário da República, I Série. n.º 165 de 27 de agosto.

LEI n.º 53/2007, *aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública*. Diário da República, I Série. n.º 168 de 31 de agosto.

LEI n.º 44/86, *aprova o regime do estado de sítio e do estado de emergência*. Diário da República, I Série. n.º 225/1986 de 30 de setembro.

RESOLUÇÃO n.º 59-A/78, *aprova o Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Espanha*. Diário da República, I Série. n.º 98/1978 de 28 de abril.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 35/2008, *aprova o Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. Diário da República, I Série. n.º 145, de 29 de julho.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 13/2003, *aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais*. Diário da República, I Série. n.º 51 de 1 de março.

### **3.2 LEGISLAÇÃO - ESPANHA**

CONSTITUCIÓN ESPAÑOLA de 1978. BOE n.º 311 de 29 de dezembro.

LEY 1/2018. *regula las funciones de coordinación de los Cuerpos de policía local en el ámbito territorial de la Comunidad de Madrid*. BOE n.º 61 de 12 de março.

LEY 2/2008. *del Cuerpo General de la Policía Canaria*. BOE n.º 175 de 21 de julho.

LEY 2/1986. *de Fuerzas y Cuerpos de Seguridad*. BOE n.º 63 de 14 de março.

LEY ORGÁNICA 9/2015. *de Régimen de Personal de la Policía Nacional*. BOE n.º 180 de 14 de julho.

REAL DECRETO 770/2017, *por el que se desarrolla la estructura orgánica básica del Ministerio del Interior*. BOE n.º 180, de 28 de julho.

REAL DECRETO 400/2012. *por el que se desarrolla la estructura orgánica básica del Ministerio del Interior*. BOE n.º 42 de 18 de fevereiro.

REAL DECRETO 1484/1987. *sobre normas generales relativas a escalas, categorías, personal facultativo y técnico, uniformes, distintivos y armamento del Cuerpo Nacional de Policía*. BOE n.º 291 de 5 de dezembro.

### **4. IMPRENSA**

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2017). “Atentado de Barcelona fez 13 mortos. Um suspeito morto, dois detidos”. Global Notícias, 17 de agosto. Consultada a 2 de abril de 2018, através de <https://www.dn.pt/mundo/interior/carro-atropela-dezenas-de-pessoas-no-centro-de-barcelona-8711335.html>.

## 5. FONTES ELETRÓNICAS

BRANCO, C. (2013). “O Conceito Estratégico e o Modelo Policial”. in *Nação e Defesa*. n.º 136. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional. Consultado a 10 de janeiro de 2018, de [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14600/1/BRANCOCarlosManuelGerv%C3%A1sio\\_O%20conceito%20estrat%C3%A9gico%20e%20o%20modelo%20policial\\_Na%C3%A7%C3%A3o%20e%20Defesa\\_N136\\_2013\\_p\\_202\\_222.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14600/1/BRANCOCarlosManuelGerv%C3%A1sio_O%20conceito%20estrat%C3%A9gico%20e%20o%20modelo%20policial_Na%C3%A7%C3%A3o%20e%20Defesa_N136_2013_p_202_222.pdf).

CARDOSO, J. (2015). “O Sistema de Segurança Dual ou Polícia Nacional – Uma Reflexão Crítica”. in *CEDIS Working Papers*. Lisboa: CEDIS e Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Consultado a 20 de dezembro de 2017, de [http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/10/CEDIS-Working-Paper\\_DSD\\_O-sistema-de-seguran%C3%A7a-dual-ou-pol%C3%ADcia-nacional-uma-reflex%C3%A3o-cr%C3%ADtica.pdf](http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/10/CEDIS-Working-Paper_DSD_O-sistema-de-seguran%C3%A7a-dual-ou-pol%C3%ADcia-nacional-uma-reflex%C3%A3o-cr%C3%ADtica.pdf).

CLEMENTE, P. (2010). “Polícia e Segurança – breves notas”. in *Revista Lusíada - Política Internacional e Segurança*. n.º 4. Lisboa: Universidades Lusíada. Consultado a 20 de novembro de 2017, de <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lpis/article/view/146/135>.

DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO (2018). *Orçamento de Estado de 2018*. Consultado a 3 de março de 2018, de [https://www.dgo.pt/politicaorcamental/Orcamento\\_deEstado/2018/Or%C3%A7amento%20Estado%20Aprovado/Desenvolvimentos%20Orcamentais/SI/Mapa%20OE-12%20Ministerio%2006.pdf](https://www.dgo.pt/politicaorcamental/Orcamento_deEstado/2018/Or%C3%A7amento%20Estado%20Aprovado/Desenvolvimentos%20Orcamentais/SI/Mapa%20OE-12%20Ministerio%2006.pdf).

DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO (2017). *Orçamento de Estado de 2017*. Consultado a 3 de março de 2018, de <https://www.dgo.pt/politicaorcamental/OrcamentodeEstado/2017/Or%C3%A7amento%20Estado%20Aprovado/Desenvolvimentos%20Orcamentais/SI/Mapa%20OE-12%20Ministerio%2006.pdf>.

DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO (2016). *Orçamento de Estado de 2016*. Consultado a 3 de março de 2018, de <https://www.dgo.pt/politicaorcamental/OrcamentodeEstado/2016/Or%C3%A7amento%20Estado%20Aprovado/Desenvolvimentos%20Orcamentais/SI/Mapa%20OE12%20Ministerio%2006.pdf>.

DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA (2018). *Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça*. Consultado em 20 de dezembro de 2017, através de <http://www.siej.dgpi.mj.pt/>.

DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO (2018). *Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2016*. Consultado a 26 de fevereiro de 2018, através de [http://www.dgterritorio.pt/cartografia\\_e\\_geodesia/cartografia/carta\\_administrativa\\_oficial\\_de\\_portugal\\_caop/caop\\_em\\_vigor/](http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/caop_em_vigor/).

ELIAS, L. (2012). *Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada*. Working Paper #11. Observatório Político. Consultado em 4 de dezembro de 2017, de <http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2012/05/wp-11.pdf>.

ELIAS, L. (2011). “A Estratégia Portuguesa na Gestão Civil de Crises”. in *Revista Nação e Defesa*, n.º 129: 145-184. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. Consultado a 2 de fevereiro de 2017, de [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7615/1/NeD129\\_LuisElias.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7615/1/NeD129_LuisElias.pdf).

ESCORREGA, L. (2009). “A Segurança e os Novos Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias”. in *Revista Militar*. n.º 2491/2192. Lisboa: Revista Militar. Consultado a 10 de dezembro de 2017, de <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/499>.

EUR-LEX (2018). *Direito da UE: Glossário das sínteses*. Consultado a 15 de janeiro de 2018, de [https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/foreign\\_security\\_policy.html?locale=pt](https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/foreign_security_policy.html?locale=pt).

EUROPOL. (2017). *European Union Terrorism Situation and Trend Report*. Consultado a 20 de janeiro de 2018, de <https://www.europol.europa.eu/tesat/2017/index.html>.

EUROPOL. (2016). *European Union Terrorism Situation and Trend Report*. Consultado a 20 de janeiro de 2018, de <https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-te-sat-2016>.

EUROPOL. (2015). *European Union Terrorism Situation and Trend Report*. Consultado a 20 de janeiro de 2018, de <https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-2015>.

FERREIRA, R. A. (2015). “Globalização e Segurança um Mundo em Mudança”. in *CEDIS Working Papers*. Lisboa: CEDIS e Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Consultado a 15 de dezembro de 2017, de [http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/10/CEDIS-working-paper-DSD\\_Globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-Seguran%C3%A7a\\_Um-mundo-em-mudan%C3%A7a.pdf](http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/10/CEDIS-working-paper-DSD_Globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-Seguran%C3%A7a_Um-mundo-em-mudan%C3%A7a.pdf).

INSTITUTO FOR ECONOMICS AND PEACE. (2018). *Global Peace Index 2017*. Consultado a 2 de fevereiro de 2018, de <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2017/06/GPI-2017-Report.pdf>.

INSTITUTO DIPLOMÁTICO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (2018). *Congresso de Viena*. Consultado em 20 de janeiro de 2018, de <https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/2-uncategorised/702-congresso-de-viena.html>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (2018a). *Población por provincias y sexo*. Consultado a 20 de janeiro de 2018, de <http://www.ine.es/jaxiT3/Datos.htm?t=2852>.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (2018b). *España en cifras 2017*. Consultado a 20 de janeiro de 2018, de [http://www.ine.es/prodyser/espa\\_cifras/2017/files/assets/common/downloads/publication.pdf](http://www.ine.es/prodyser/espa_cifras/2017/files/assets/common/downloads/publication.pdf).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (2018). *População de Portugal*. Consultado a 20 de janeiro de 2018, de [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0006029&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006029&contexto=bd&selTab=tab2).

KARN, J. (2013). "Police and Crime Reduction: The evidence and its implications for practice". in *The Police Foundation*. London: The Police Foundation. Consultado a 10 de abril de 2018, de [http://www.police-foundation.org.uk/uploads/holding/projects/policing\\_and\\_crime\\_reduction.pdf](http://www.police-foundation.org.uk/uploads/holding/projects/policing_and_crime_reduction.pdf).

MINISTERIO DEL INTERIOR DE ESPAÑA (2018a). *Anuário estadístico de 2016*. Consultado em 21 de janeiro de 2018, através de <http://www.interior.gob.es/documents/642317/1204854/Anuario+Estadistico+2016.pdf/6c02fffa-93c4-4838-b1d5-a882971c2cdc>.

MINISTERIO DEL INTERIOR DE ESPAÑA (2018b). *Anuário estadístico de 2012*. Consultado em 21 de janeiro de 2018, através de [http://www.interior.gob.es/documents/642317/1204854/Anuario\\_estadistico\\_2012\\_okkk.pdf/00ee01c7-3122-496a-a023-22829653e6c0](http://www.interior.gob.es/documents/642317/1204854/Anuario_estadistico_2012_okkk.pdf/00ee01c7-3122-496a-a023-22829653e6c0).

MINISTERIO DEL INTERIOR DE ESPAÑA (2018c). *Balances de criminalidad*. Consultado em 21 de janeiro de 2018, através de <http://www.interior.gob.es/prensa/balances-e-informes>.

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. (2016). *Grandes Opções Estratégicas da PSP para 2017-2020*. Consultado a 20 de março de 2018, de <http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/Grandes%20Op%C3%A7%C3%B5es%20Estrat%C3%A9gicas%20da%20PSP%20para%202017-2020%20-%20VF%20assinada%20com%20capa.pdf>.

POLICÍA NACIONAL (2018). *Dependencias Policiales de Madrid*. Consultado a 15 de janeiro de 2018, de [https://www.policia.es/depenpol/depenpol\\_provincia.php?id\\_region=15&id\\_provincia=28#cuerpo](https://www.policia.es/depenpol/depenpol_provincia.php?id_region=15&id_provincia=28#cuerpo).

PORDATA (2018a). *Base de Dados Portugal Contemporâneo*. Consultado a 30 de março de 2018, de <https://www.pordata.pt/>.

PORDATA (2018b). *Tráfego passageiros nos principais aeroportos*. Consultado a 30 de março de 2018, de <https://www.pordata.pt/Portugal/Tr%C3%A1fego+de+passageiros+nos+principais+aeroportos+Lisboa++Porto+e+Faro-3248-292100>.

SECRETARÍA DE ESTADO DE PRESUPUESTOS Y GASTO. (2018). *Ejercicio Presupustario 2017*. Consultado a 20 de abril de 2018, de [http://www.sepg.pap.minhafp.gob.es/Presup/PGE2017Proyecto/MaestroDocumentos/PGE-ROM/doc/1/3/13/2/1/N\\_17\\_A\\_R\\_31\\_116\\_1\\_1\\_1\\_11\\_32A\\_2.PDF](http://www.sepg.pap.minhafp.gob.es/Presup/PGE2017Proyecto/MaestroDocumentos/PGE-ROM/doc/1/3/13/2/1/N_17_A_R_31_116_1_1_1_11_32A_2.PDF).

SECRETARÍA DE ESTADO PARA LAS ADMINISTRACIONES TERRITORIALES. (2018). *Las entidades locales en Madrid*. Consultado a 20 de abril de 2018, de [http://www.seat.mpr.gob.es/dam/es/portal/areas/politica\\_local/sistema\\_de\\_informacion\\_local/-SIL-/registro\\_eell/estudios/estudios\\_ccaa/parrafo/014/LASENTIDADESLOCALESEN\\_MADRID.pdf](http://www.seat.mpr.gob.es/dam/es/portal/areas/politica_local/sistema_de_informacion_local/-SIL-/registro_eell/estudios/estudios_ccaa/parrafo/014/LASENTIDADESLOCALESEN_MADRID.pdf).

WORLD ECONOMIC FORUM. (2017). *The Global Risks Report 2017, 12<sup>th</sup> edition*. Consultado a 29 de dezembro de 2017, de [http://www3.weforum.org/docs/GRR17\\_Report\\_web.pdf](http://www3.weforum.org/docs/GRR17_Report_web.pdf).

## **6. ENTREVISTAS**

LOPEZ, A. (2017). Adido do Interior da Embaixada de Espanha. Lisboa: 13 de dezembro.

OLIVEIRA, J. F. (2018). Superintendente-chefe e Diretor Nacional Adjunto da PSP para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos. 27 de março.

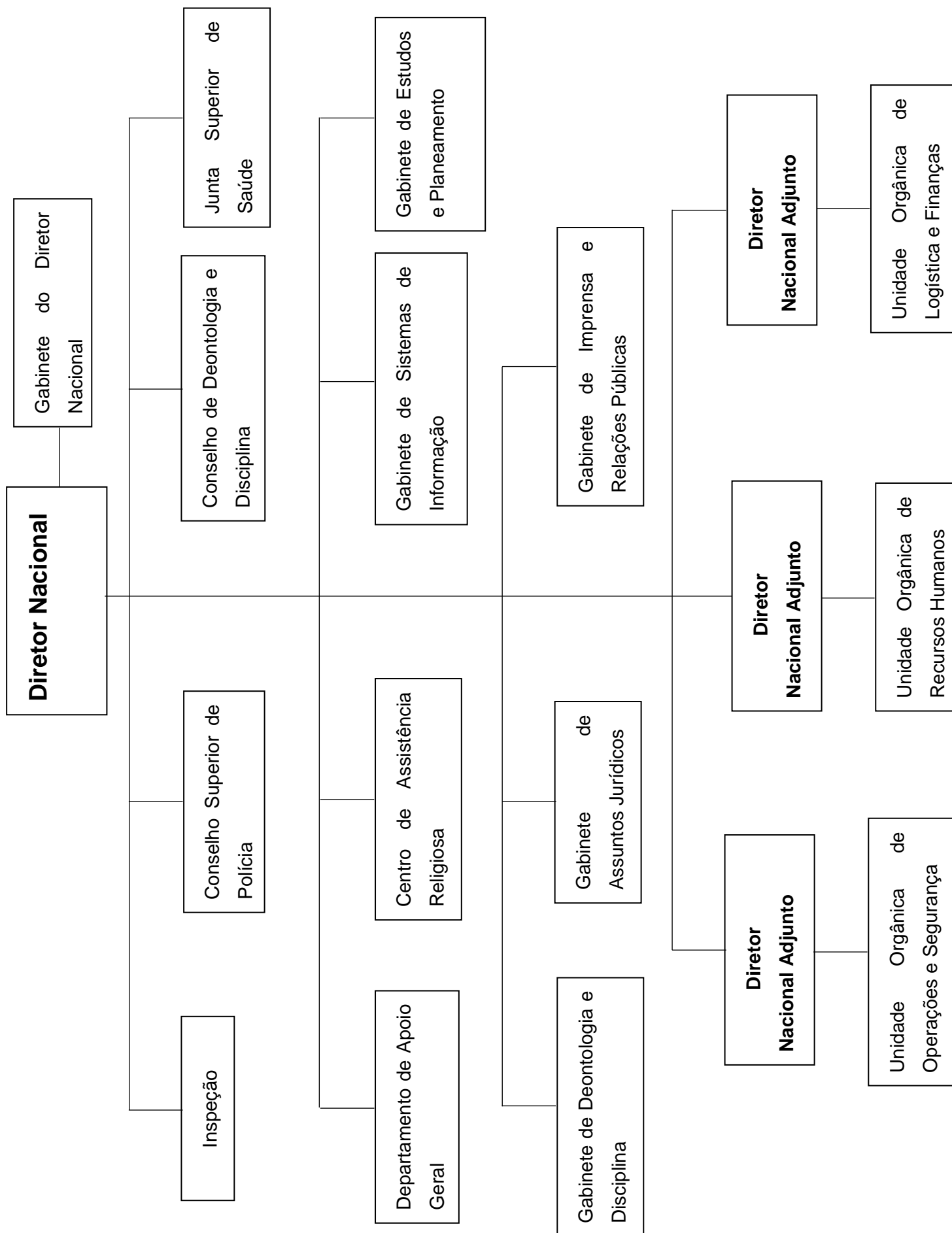
SILVA, M. M. (2018). Superintendente-chefe e Diretor Nacional Adjunto da PSP para a Unidade Orgânica de Operações e Segurança. 12 de março.

TORRES, J. M. (2018). Superintendente-chefe e Diretor Nacional Adjunto da PSP para a Unidade Orgânica de Logística e Finanças. 7 de fevereiro.

## **ANEXO E APÊNDICES**

## **ANEXO I**

### **ORGANOGRAMA - DIREÇÃO NACIONAL DA PSP**



Fonte: adaptado do sítio institucional da PSP

## **ANEXO II**

### **PSP – RECURSOS HUMANOS E ESQUADRAS**

**Tabela 1**

<b>Número total de elementos da PSP - 2018</b>	
<b>Carreira</b>	<b>Número Total</b>
Oficial	863
Chefe	2 415
Agente	18 448
<b>Total</b>	<b>21 726</b>

**Fonte:** Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos (2018) – DRH-DN/PSP.

**Tabela 2**

<b>Número total de elementos da PSP - 2016</b>	
<b>Carreira</b>	<b>Número Total</b>
Oficial	865
Chefe	2 476
Agente	18 472
<b>Total</b>	<b>21 813</b>

**Fonte:** Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos (2018) – DRH-DN/PSP.

**Tabela 3**

<b>Número total de elementos em funções operacionais na PSP - 2018</b>	
<b>Carreira</b>	<b>Número Total</b>
Oficial	613
Chefe	1 777
Agente	13 891
<b>Total</b>	<b>16 281</b>

**Fonte:** Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos (2018) – DRH-DN/PSP.

**Tabela 4**

<b>Número total de elementos da PSP no COMETLIS - 2018</b>	
<b>Carreira</b>	<b>Número Total</b>
Oficial	209
Chefe	764
Agente	6 744
<b>Total</b>	<b>7 717</b>

**Fonte:** Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos (2018) – DRH-DN/PSP.

**Tabela 5**

<b>Número total de elementos em funções operacionais no COMETLIS - 2018</b>	
<b>Carreira</b>	<b>Número Total</b>
Oficial	155
Chefe	602
Agente	5 276
<b>Total</b>	<b>6 033</b>

**Fonte:** Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos (2018) – DRH-DN/PSP.

**Tabela 6**

<b>Número total de elementos em funções operacionais no COMETLIS - 2016</b>	
<b>Carreira</b>	<b>Número Total</b>
Oficial	159
Chefe	639
Agente	5 374
<b>Total</b>	<b>6 172</b>

**Fonte:** Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos (2018) – DRH-DN/PSP.

**Tabela 7**

<b>Número total de esquadras no COMETLIS - 2018</b>	
<b>Comando</b>	<b>Número total de esquadras</b>
COMETLIS	124

**Fonte:** Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos (2018) – DRH-DN/PSP.

**Tabela 8**

<b>Número total de esquadras no COMETLIS - 2016</b>	
<b>Comando</b>	<b>Número total de esquadras</b>
COMETLIS	126

**Fonte:** Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos (2018) – DRH-DN/PSP.



### **ANEXO III**

**INSTALAÇÕES POLICIAIS DA PN NA**  
***JEFATURA SUPERIOR DE POLICÍA DE MADRID***

Tabela 9

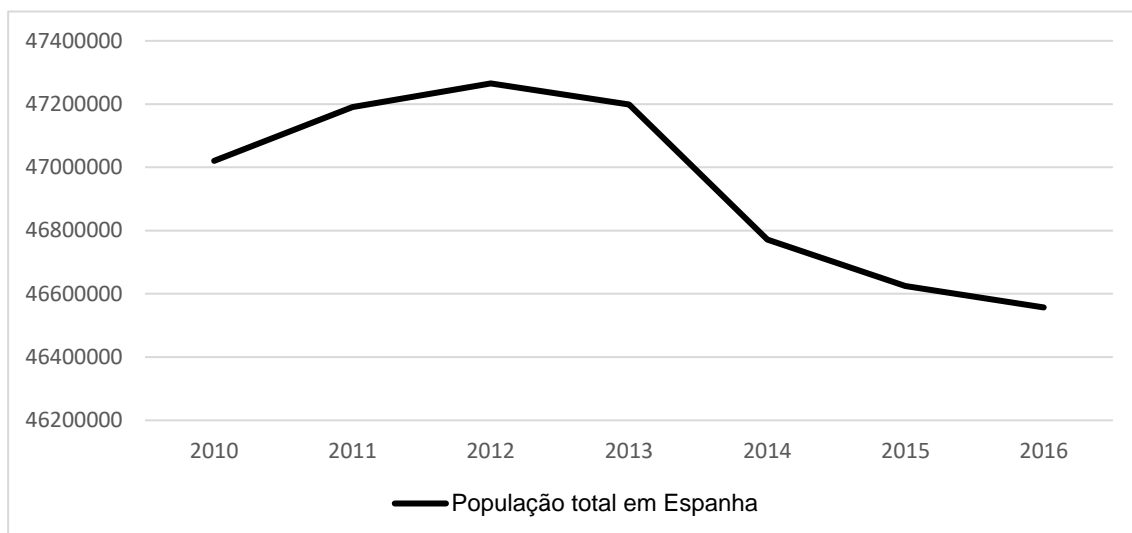
<b>Serviço Central</b>
<i>Jefatura Superior de Policía de Madrid</i>
<b>Comissarias de Distrito</b>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Latina</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Arganzuela</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Carabanchel</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Centro</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Chamartín</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Chamberí</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Ciudad Lineal</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Fuencarral/ El Pardo</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Fuencarral/ El Pardo 2</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Hortaleza – Barajas</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Moncloa/ Aravaca</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Moratalaz</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Puente de Vallecas</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Retiro</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Salamanca</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid San Blas</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Tetuán</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Usera</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Villa de Vallecas</i>
<i>Comisaría de Distrito Madrid Villaverde</i>
<b>Comissarias Locais</b>
<i>Comisaría Local de Alcobendas – San Sebastián de los Reyes</i>
<i>Comisaría Local de Alcorcón, a Comisaría Local de Aranjuez</i>
<i>Comisaría Local de Coslada – San Fernando</i>
<i>Comisaría Local de Fuenlabrada</i>
<i>Comisaría Local de Getafe</i>
<i>Comisaría Local de Leganés</i>
<i>Comisaría Local de Móstoles</i>
<i>Comisaría Local de Parla</i>
<i>Comisaría Local de Pozuelo de Alarcón</i>
<i>Comisaría Local de Torrejón de Ardoz</i>
<i>Majadahonda</i>

Fonte: Sítio Institucional da PN

## **ANEXO IV**

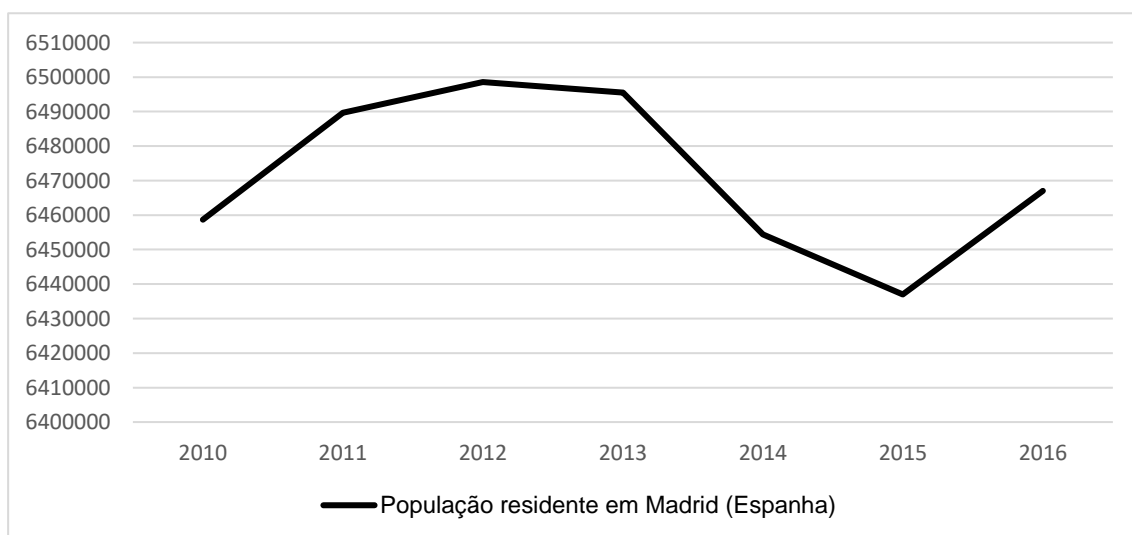
### **DEMOGRAFIA EM ESPANHA E MADRID (2010 – 2016)**

**Gráfico 2 – Evolução da população em Espanha**



**Fonte:** *Instituto Nacional de Estadística*

**Gráfico 3 – Evolução da população em Madrid**

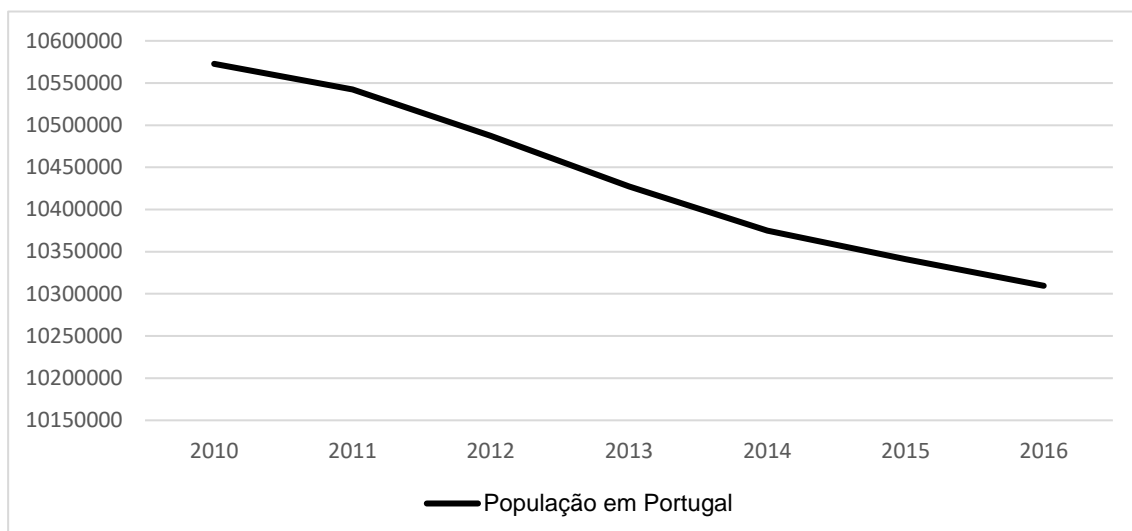


**Fonte:** *Instituto Nacional de Estadística*

## **ANEXO V**

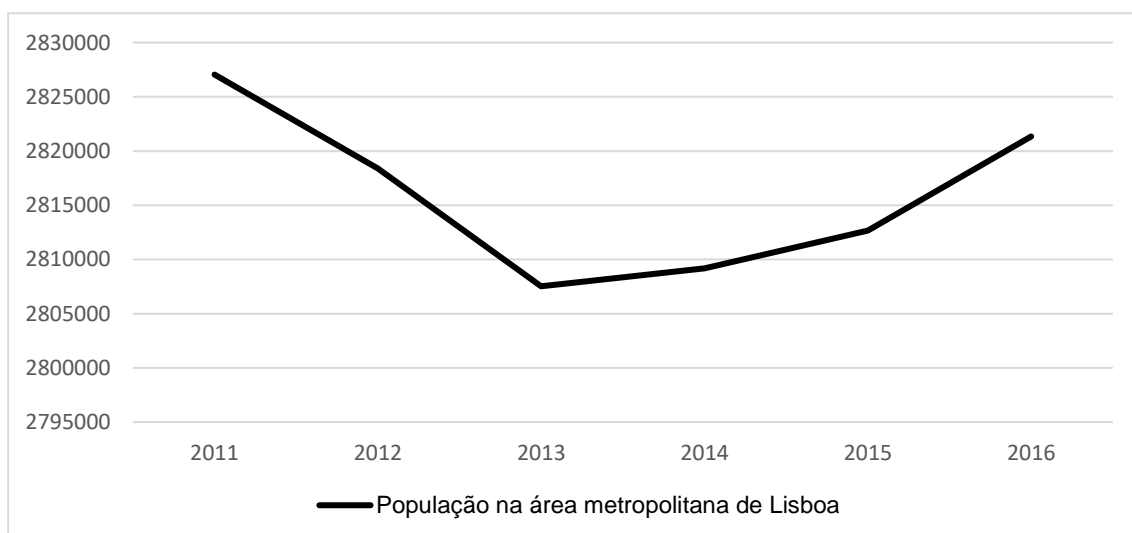
### **DEMOGRAFIA EM PORTUGAL E NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (2010 – 2016)**

**Gráfico 4 – Evolução da população em Portugal**



**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística.

**Gráfico 5 – Evolução da população na área metropolitana de Lisboa**

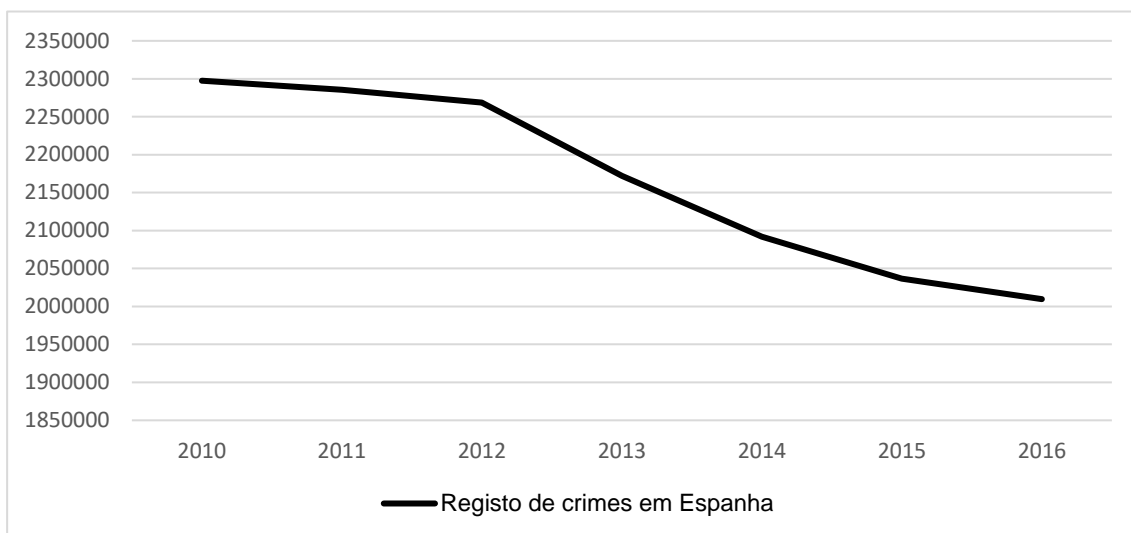


**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística.

## **ANEXO VI**

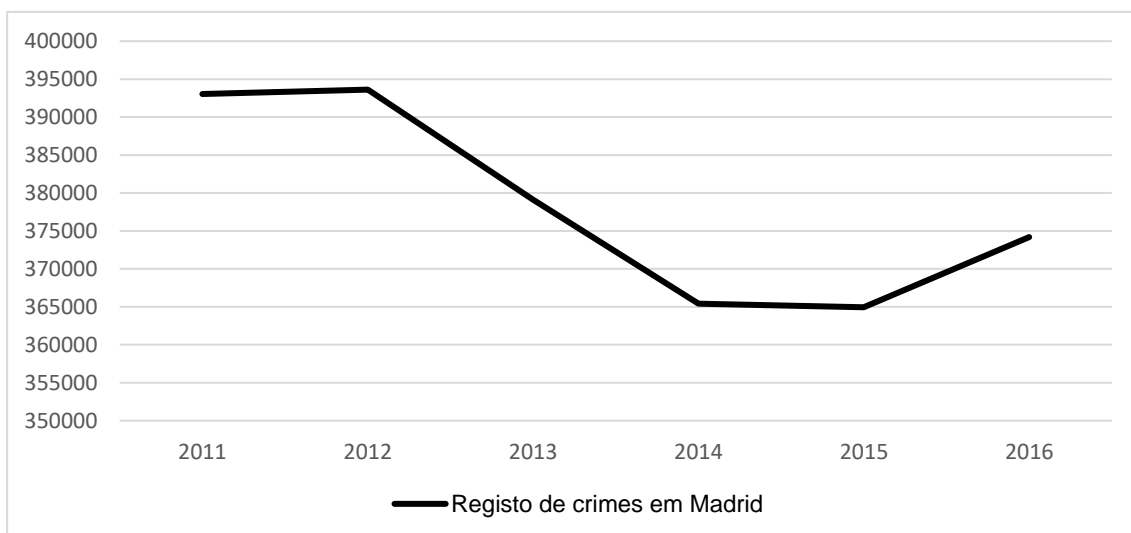
### **CRIMINALIDADE EM ESPANHA E MADRID (2010 – 2016)**

**Gráfico 6 – Evolução do registo de crimes em Espanha**



**Fonte:** *Anuários estadísticos de 2012 e 2016.*

**Gráfico 7 – Evolução do registo de crimes em Madrid**



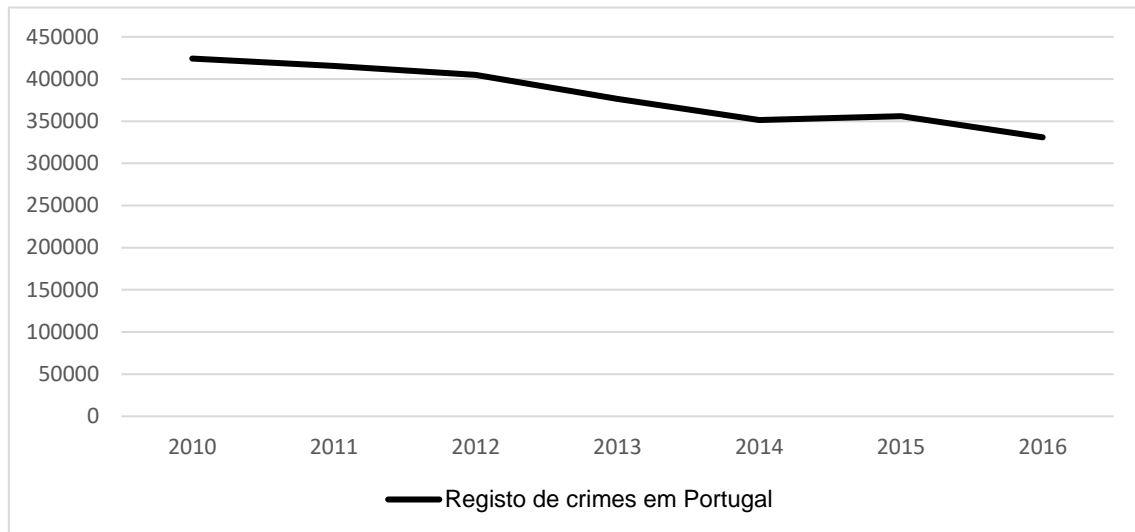
**Fonte:** *Balances de criminalidad de 2012 a 2016.*



## **ANEXO VII**

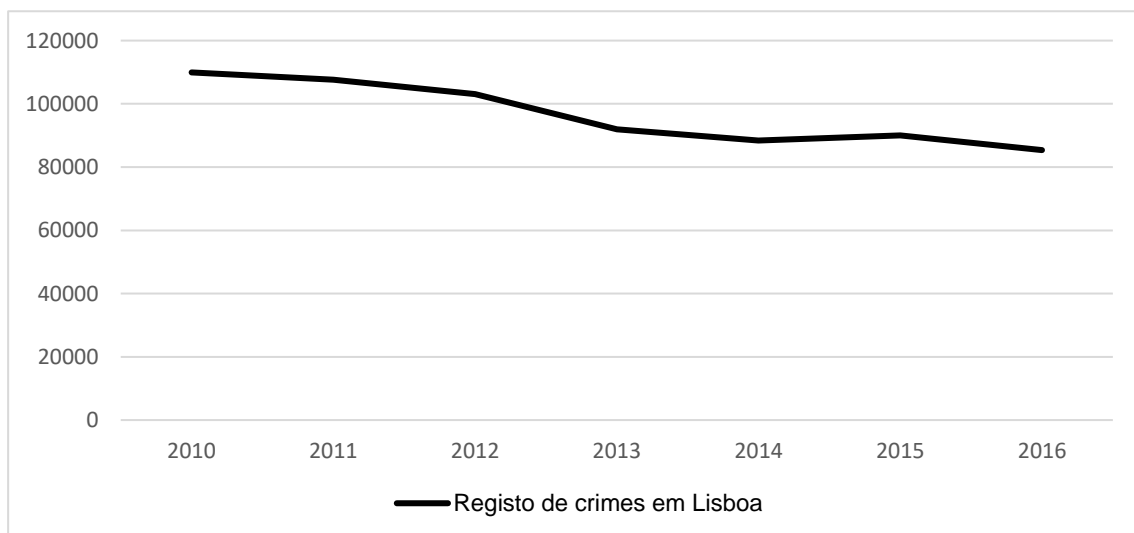
### **CRIMINALIDADE EM PORTUGAL E LISBOA (2010 – 2016)**

**Gráfico 8—** Evolução do registo de crimes em Portugal



**Fonte:** Sistema de informação das estatísticas da justiça da Direção-Geral da Política de Justiça.

**Gráfico 9 –** Evolução do registo de crimes em Lisboa



**Fonte:** Sistema de informação das estatísticas da justiça da Direção-Geral da Política de Justiça.

## **ANEXO VIII**

### **ENTRADA E SAÍDA DE ELEMENTOS PARA A PSP NO PERÍODO DE 2013 A 2017**

**Tabela 10**

<b>Entrada de elementos para a PSP no período de 2013 a 2017</b>						
<b>Carreira</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Total</b>
<b>Oficial</b>	25	25	25	25	20	120
<b>Agente</b>	299	100	0	786	285	1470
<b>Total</b>	324	125	25	811	305	1590

**Fonte:** Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos (2018) – DRH-DN/PSP.

**Tabela 11**

<b>Saída de elementos da PSP para a condição de pré-aposentação no período de 2013 a 2017</b>	
<b>Ano</b>	<b>Número de Saídas</b>
2013	12
2014	5
2015	57
2016	387
2017	393
<b>Total</b>	854

**Fonte:** Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos (2018) – DRH-DN/PSP.

## **ANEXO IX**

### **PROJEÇÃO RELATIVA À SAÍDA E ENTRADA DE ELEMENTOS DA PSP NO PERÍODO DE 2018 A 2021**

**Tabela 12**

<b>Projeção relativa à saída de elementos da PSP para a condição de pré-aposentação no período de 2018 a 2021</b>					
<b>Motivo</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
<b>Pré-aposentação</b>	800	800	600	700	2900

**Fonte:** Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos (2018) – DRH-DN/PSP.

**Tabela 13**

<b>Projeção relativa à entrada de elementos para PSP no período de 2018 a 2021</b>					
<b>Carreira</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
<b>Oficial</b>	30	30	30	35	125
<b>Agente</b>	800	800	1000	1000	3600
<b>Total</b>	830	830	1030	1035	3725

**Fonte:** Divisão de Gestão e Consultoria de Recursos Humanos (2018) – DRH-DN/PSP.

## **ANEXO X**

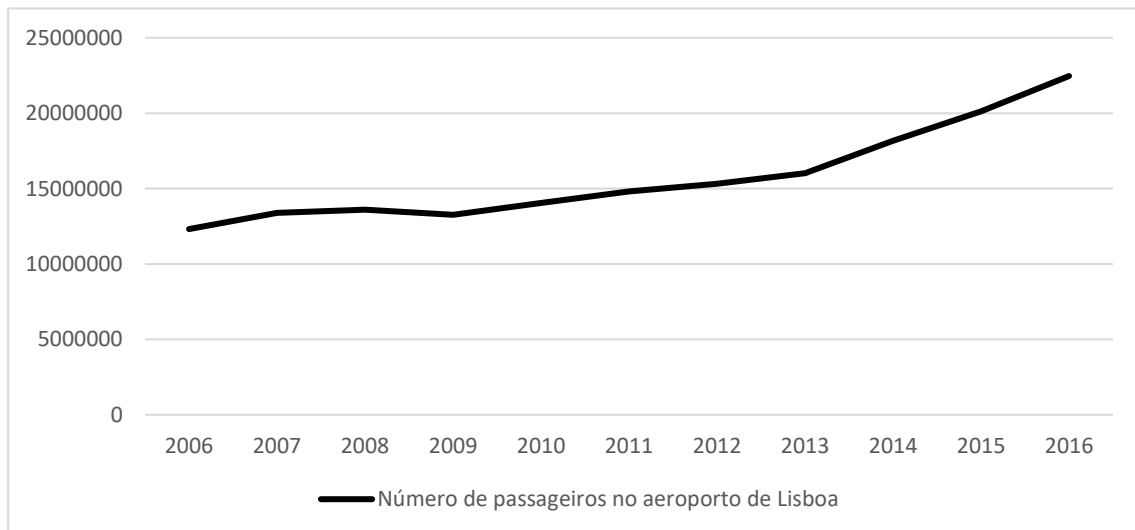
### **EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO DE LISBOA (2006 – 2016)**

**Tabela 14**

<b>Ano</b>	<b>Tráfego de passageiros no aeroporto de Lisboa</b>
<b>2006</b>	12 314 917
<b>2007</b>	13 393 182
<b>2008</b>	13 603 616
<b>2009</b>	13 265 268
<b>2010</b>	14 049 808
<b>2011</b>	14 806 537
<b>2012</b>	15 314 800
<b>2013</b>	16 025 510
<b>2014</b>	18 158 588
<b>2015</b>	20 110 804
<b>2016</b>	22 462 599

**Fonte:** Base de Dados Portugal Contemporâneo – PORDATA (2018)

**Gráfico 10 – Evolução do número de passageiros no aeroporto de Lisboa**



**Fonte:** Base de Dados Portugal Contemporâneo – PORDATA (2018)



## **APÊNDICE I**

**ENTREVISTA AO ADIDO DO INTERIOR  
DA EMBAIXADA DE ESPANHA EM LISBOA**

## **Guião de Entrevista**

1. Tendo em conta a sua função e experiência profissional, como descreve o papel do Corpo Nacional de Polícia no contexto securitário espanhol?
2. Na sua opinião, que pensa da imagem e legitimidade de ação do Corpo nacional de Polícia? É bem aceite pela sociedade espanhola?
3. De que forma o atual panorama securitário (risco de ataques terroristas) pode afetar a estrutura e o modelo de ação do Corpo Nacional de Polícia?
4. Considera o número de postos policiais em Madrid (34 postos policiais), suficientes perante o atual panorama securitário?
5. No que concerne ao atual efetivo policial, considera que o Corpo Nacional de Polícia, constituído por 65706 polícias (dados de 2016), tem efetivo suficiente para fazer face às ameaças e riscos de que Espanha é alvo?
6. No que refere ao número de veículos do Corpo Nacional de Polícia, considera que existem em número suficiente para fazer face às diversas ocorrências?
7. Relativamente aos meios tecnológicos, pensa que o Corpo Nacional de Polícia, está bem equipado e preparado para responder eficazmente aos diversos problemas securitários?
8. Considera que existe um bom intercâmbio de informação entre os corpos de polícia espanhóis?
  - a. E relativamente ao intercâmbio de informação com corpos de polícia de outros países?
9. A cooperação policial internacional é uma realidade presente nos corpos de polícia de vários países. Até que ponto pensa ser crucial esta cooperação? Em particular, entre Portugal e Espanha.
10. Qual considera ser o futuro do Corpo Nacional de Polícia, ao nível do modelo de organização policial?

## **ENTREVISTA (traduzida)**

**Entrevistado:** Avelino José Garcia Lopez

**Cargo:** Adido do Interior da Embaixada de Espanha

**Data:** 13 de dezembro de 2017

### **1. Tendo em conta a sua função e experiência profissional, como descreve o papel do Corpo Nacional de Polícia no contexto securitário espanhol?**

Resposta: Em termos gerais, importa destacar que o Corpo Nacional de Polícia (CNP) e a Guarda Civil (GC) são praticamente iguais. Nos grandes núcleos urbanos, a competência é do CNP e nas zonas rurais, a competência é da GC. Contudo, os dois formam parte das forças e corpos de segurança do Estado, dependendo diretamente do governo espanhol, em concreto do Ministério do Interior. Aqui a única diferença que destaco relativamente a Portugal, é que o CNP e GC investigam todos os ilícitos criminais, enquanto que a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR) investigam determinados ilícitos criminais, mas a grande criminalidade (como o terrorismo e a criminalidade organizada) é a Polícia Judiciária (PJ) que investiga. De reparar que a PJ depende do Ministério da Justiça e não do Ministério da Administração Interna, como a PSP e a GNR.

Relativo ao CNP, posso afirmar que é uma polícia integral, que presta o seu serviço nos núcleos grandes urbanos. A nível integral assume-se que quer o terrorismo, a criminalidade organizada, o tráfico de estupefacientes, os homicídios, questões de ordem pública, são da competência do CNP.

Há muitas semelhanças entre CNP e PSP, e entre GNR e GC. A única diferença é que a CNP e GC investigam todos os crimes, e aqui a PJ investiga a criminalidade mais grave, embora se destaque que PSP e PJ trabalhem em conjunto.

### **2. Na sua opinião, que pensa da imagem e legitimidade de ação do Corpo nacional de Polícia? É bem aceite pela sociedade espanhola?**

Resposta: Tanto o CNP como a GC são as duas instituições, junto da Casa Real, mais valorizadas em Espanha. O Centro de Investigação Sociológico quando realiza inquéritos de avaliação de imagem das instituições públicas, o CNP e a GC estão por cima do Governo e das demais instituições, relevando-se como os mais valorados a nível nacional.

**3. De que forma o atual panorama securitário (risco de ataques terroristas) pode afetar a estrutura e o modelo de ação do Corpo Nacional de Polícia?**

Resposta: De nenhuma forma, é impossível. Devido à experiência acumulada da GC e do CNP, em específico dos seus serviços de informações, podemos observar mais de 40 anos de luta contra o terrorismo da ETA. O modelo de ação do CNP centra-se sobretudo em três pilares: em primeiro, numa equipa humana, em polícias com grande capacidade, que ao longo de 40 anos de luta contra ETA, acumularam muita experiência; em segundo, o forte investimento em tecnologia por parte do Governo, que permite ao CNP lutar contra o terrorismo. Os meios informáticos são os melhores para recolher e sintetizar a informação; em terceiro, as boas relações que existem em Espanha com os restantes organismos, como o Centro Nacional de Inteligência (CNI), em matéria de contraterrorismo.

**4. Considera o número de postos policiais em Madrid (34 postos policiais), suficientes perante o atual panorama securitário?**

Resposta: Sim, estão muito bem distribuídos (por distritos) e são adequados à realidade de Madrid. Diferente do resto do país, em Madrid destaca-se ainda os serviços centrais do CNP.

**5. No que concerne ao atual efetivo policial, considera que o Corpo Nacional de Polícia, constituído por 65706 polícias (dados de 2016), tem efetivo suficiente para fazer face às ameaças e riscos de que Espanha é alvo?**

Resposta: Desde 2011, devido à crise e à abertura de cursos mais pequenos, o efetivo policial do CNP diminuiu 9%. Passamos dos 72 500 efetivos aos 65 500 efetivos em cinco anos. Porém, agora que o Governo está melhor economicamente, no ano de 2016 convocaram-se 2 600 candidatos, e em 2017 já foram convocados 3 200 candidatos. Quase 6 000 efetivos, obviamente tendo em conta as reformas, que demonstram o esforço do governo em voltar a dotar o CNP de um efetivo que permita um ainda melhor desempenho do CNP. A nível de orçamento esta melhoria é igualmente observada, visto que no ano de 2016 o orçamento do CNP era de 2 772 milhões de euros e em 2017 foi de 2 785 milhões de euros.

**6. No que refere ao número de veículos do Corpo Nacional de Polícia, considera que existem em número suficiente para fazer face às diversas ocorrências?**

Resposta: Em Madrid, os veículos adstritos ao CNP rondam os 4 000, uniformizados e descaracterizados. Nos últimos anos, o CNP adquire os veículos em *renting*. Isto revela-se numa vantagem, porque celebra-se um contrato de *renting* por quatro anos, mas a cada dois anos, os veículos mais gastos, são prontamente substituídos. Outra vantagem, é que se o veículo para devido a uma avaria, a empresa repõe o veículo automaticamente e na hora. Em Madrid, os 4000 veículos policiais funcionam sempre todos, graças à substituição de veículo pautada no contrato estabelecido.

**7. Relativamente aos meios tecnológicos, pensa que o Corpo Nacional de Polícia, está bem equipado e preparado para responder eficazmente aos diversos problemas securitários?**

Resposta: O CNP está muito bem equipado em meios tecnológicos. Recentemente, a *Comissaria General* de Estrangeiros e Fronteiras, o equivalente ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, conta com o mais avançado sistema informático do mundo, para controlar a emigração ilegal. Desde 2017, que todos os postos (aeroportos e portos marítimos) possuem este sistema informático. O mesmo controla as fronteiras e facilita o controlo de pessoas, através da íris (que é tão eficaz como o controlo por impressão digital).

Ainda de referir, que o CNP é das poucas polícias em que funcionam drones, mas só em caso de emergências, relacionadas com questões humanitárias. Como por exemplo, em caso de uma pessoa desaparecer numa montanha, ou uma embarcação que desaparecer no mar, utilizam-se os drones. E isto está a ser muito bem feito, porque se a sociedade evolui, a polícia não pode ficar para trás e tem de se reestruturar e evoluir.

**8. Considera que existe um bom intercâmbio de informação entre os corpos de polícia espanhóis?**

Resposta: O intercâmbio de informação pode ser melhorado, claro, mas não muito. Em Espanha existe o Centro de Inteligência de Terrorismo e Crime Organizado, que é um órgão de análise de terrorismo e criminalidade organizada. Todos os corpos policiais estão representados neste centro, assim toda a informação respeitante a estes crimes, chega a este centro e é repartida pelos diversos corpos de polícia, de acordo com a sua competência. Este centro é um órgão supremo para repartir a informação. Este organismo engloba estes crimes, porque esta comprovada a relação entre terrorismo e criminalidade organizada.

- a. E relativamente ao intercâmbio de informação com corpos de polícia de outros países?**

Resposta: Principalmente com os países europeus, está bem estabelecida a troca de informação, a partir INTERPOL ou EUROPOL. Existe mesmo a criação de equipas conjuntas de informação, de que o CNP faz parte.

- 9. A cooperação policial internacional é uma realidade presente nos corpos de polícia de vários países. Até que ponto pensa ser crucial esta cooperação? Em particular, entre Portugal e Espanha.**

Resposta: O CNP passou por diversos nomes, mas a sua criação data de 1824. A polícia acumulou uma experiência muito grande em cooperação policial, tendo em conta o historial de terrorismo. Desde 1928, que o CNP integra a INTERPOL, e conta assim com experiência em troca de informação e em cooperação internacional (INTERPOL, EUROPOL, SIRENE).

Relativo à cooperação com Portugal é, sem dúvida, excelente e praticamente impossível melhorar. A PSP e o CNP são praticamente a mesma polícia.

Existem cinco centros de cooperação policial e aduaneira: em Espanha dois e em Portugal três.

Nos últimos anos, a cooperação entre os dois países, relativamente ao terrorismo, criminalidade organizada e tráfico de droga, está bem definida, sendo que quase não existe nada a melhorar. No que toca à formação policial, existe um memorando entre a PSP e o CNP para participarem, mutuamente, em cursos. Existem polícias do CNP que vem a Portugal, e polícias da PSP que vão a Espanha, tirar cursos e melhorar a sua formação. Existem também diversas operações conjuntas, pela prevenção da criminalidade transfronteiriça. A PSP leva até os seus carros para Espanha, e o CNP vice-versa.

Concluindo, a cooperação entre os dois países não dá para melhorar, desde a formação até à troca de informação e operações conjuntas, a cooperação está excelente.

- 10. Qual considera ser o futuro do Corpo Nacional de Polícia, ao nível do modelo de organização policial?**

Resposta: O CNP vai ser sempre um dos pioneiros, uma referência a nível de modelos de organização policial. O CNP, é um corpo civil, que apesar das mudanças de nome,

manteve-se a grande nível, sendo uma polícia de destaque em Espanha. O trabalho diário de contacto com a sociedade é a CNP, visto que o CNP presta serviço a cerca de 80% da população, residente nos grandes centros urbanos. O CNP não vai ter problema relativos à organização policial, visto que mesmo em determinadas comunidades autónomas, as polícias residentes são constituídas por polícias do CNP.

Termino, dizendo sem dúvidas, que se existisse a necessidade de fundir o CNP e a PSP não haveria dificuldade, pois são praticamente a mesma polícia.

## **APÊNDICE II**

### **ENTREVISTAS AOS DIRETORES NACIONAIS ADJUNTOS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**



## **Guião da Entrevista**

- 1. Tendo em conta a sua função e experiência profissional, como descreve o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no contexto securitário português?**
- 2. Na sua opinião, o que pensa relativamente à imagem e legitimidade de ação da PSP perante a sociedade?**
- 3. De que forma o atual panorama securitário (risco de ataques terroristas) afeta/poderá afetar a estrutura e modelo de ação da PSP?**
- 4. Considera o número de esquadras de polícia em Lisboa adequado perante o atual panorama securitário?**
- 5. A seu ver, considera o modelo de “superesquadra” positivo ou negativo, tendo em conta a atual situação, a nível de recursos humanos e meios materiais, da PSP? E no que concerne à prevenção das atuais ameaças e riscos, acha este modelo eficaz?**
- 6. No que respeito ao efetivo policial, considera que a PSP tem efetivo suficiente para fazer face às ameaças e riscos que Portugal é/poderá ser alvo?**
- 7. No que toca ao número de viaturas caracterizadas da PSP, considera que existem em número suficiente para fazer face às diversas ocorrências? Serão as mesmas as mais adequadas?**
- 8. Relativamente a meios tecnológicos, pensa que a PSP está bem equipada e preparada para responder eficazmente aos diversos problemas?**
- 9. Considera haver boa troca de informação entre as forças e serviços de segurança portuguesas? E com as forças de segurança de outros países?**
- 10. Até que ponto, pensa ser fulcral existir cooperação policial a nível internacional?**
- 11. No que concerne às relações bilaterais entre Portugal e Espanha, como define a cooperação entre a PSP e o Corpo Nacional de Polícia? Pensa ser uma mais-valia não só para a segurança das populações, mas também para a evolução da PSP?**
- 12. Qual considera ser o futuro da PSP a nível de organização policial?**

## ENTREVISTA

**Entrevistado:** José Emanuel de Matos Torres

**Cargo:** Diretor Nacional Adjunto para a Unidade Orgânica de Logística e Finanças

**Posto:** Superintendente-chefe

**Data:** 07-02-2018

1. **Tendo em conta a sua função e experiência profissional, como descreve o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no contexto securitário português?**

Resposta: Considero que a PSP é uma Força de Segurança de especial criticidade para a vida em sociedade num Estado democrático como o nosso e para a segurança da população residente e visitante, tendo em conta as vastas e importantes competências territoriais e materiais que exerce, num regime de 24/7, há 150 anos.

2. **Na sua opinião, o que pensa relativamente à imagem e legitimidade de ação da PSP perante a sociedade?**

Resposta: parece existir uma perceção bipolar da imagem da intervenção da PSP, entre a que é veiculada por alguns OCS e intelectuais, que maioritariamente assentam a sua visão em preconceitos já ultrapassados, e a da população em geral, em especial o vasto estrato que, por uma razão ou outra, já beneficiou direta e individualmente dos serviços da PSP, a qual é muito mais positiva e legitimadora.

3. **De que forma o atual panorama securitário (risco de ataques terroristas) afeta/poderá afetar a estrutura e modelo de ação da PSP?**

Resposta: apesar de não ter sofrido qualquer incidente do género, a PSP foi uma das primeiras polícias do mundo ocidental a adaptar o seu dispositivo e meios de atuação face a uma ameaça tão difusa e imprevisível como a do terrorismo de origem islâmico-radical, nomeadamente com a implementação do modelo de segurança *Just In Time* e o empoderamento logístico e técnico-tático das forças primeira linha («first responders»), de forma a que, seguindo a melhor doutrina de gestão de riscos, caso aconteça algo no nosso TN, responder e mitigar os danos pessoais e materiais dele decorrentes. Tal opção tem consagração estratégica nas GOE 2013-2016 e GOE 2017-2020.

**4. Considera o número de esquadras de polícia em Lisboa adequado perante o atual panorama securitário?**

Resposta: acho excessivo face às mudanças que, entretanto, ocorreram desde o século XIX e XX em termos de meios de comunicação e transporte em Lisboa. Sabe-se que o efeito de prevenção situacional e no sentimento segurança de uma esquadra policial é limitado, sendo que tal envolve a absorção de meios humanos e materiais que, se concentrados em outras subunidades, gerariam sinergias importantes para a qualidade da intervenção policial. Para além disso, basta um pequeno esforço de *benchmarking* com outras capitais da Europa para se chegar à conclusão que existe um excessivo número de esquadras em Lisboa.

**5. A seu ver, considera o modelo de “superesquadra” positivo ou negativo, tendo em conta a atual situação, a nível de recursos humanos e meios materiais, da PSP? E no que concerne à prevenção das atuais ameaças e riscos, acha este modelo eficaz?**

Resposta: Queria fugir a esse termo de «superesquadra», até porque o modelo que estive na sua base – «concentração de meios» - falhou essencialmente por falta de tecnologia de apoio, quer no terreno quer de comando & controlo, mostrando-se demasiado reativo e inoportuno. Mantenho que deveriam existir menos esquadras e mais apetrechadas, mas o fator crítico de sucesso é ter capacidade de detetar, analisar e acorrer rapidamente aos incidentes policiais, ao mesmo tempo que se pratica uma visibilidade inteligente, procurando ter os meios dispostos nos sítios de maior aglomeração ou passagem de pessoas e viaturas.

**6. No que respeito ao efetivo policial, considera que a PSP tem efetivo suficiente para fazer face às ameaças e riscos que Portugal é/poderá ser alvo?**

Resposta: A PSP vem de uma tradição de mão-de-obra intensiva, no quadro de um modelo policial de «ocupação do terreno», que remonta praticamente aos tempos dos primeiros quadrilheiros. Obviamente que hoje o esforço tem de ser feito no sentido da progressiva automação das missões e tarefas policiais mais repetitivas, monótonas ou arriscadas, sem prescindir da capacidade inata dos humanos de fazer a sua avaliação subjetiva, especialmente em contextos não programados. Os meios materiais e a tecnologia (ou seja, o capital) vão ter que substituir em parte as pessoas (fator trabalho) também na área da segurança pública, até porque são muito mais dispendiosos e

escassos face às crescentes necessidades. Essa é uma macrotendência inquestionável. Esperar que sejam os grandes contingentes policiais, outrora admitidos por norma, a suprir as insuficiências operacionais e de suporte, remete-nos para uma ilusão inalcançável, até por questões demográficas, de racionalidade económico-financeira e, em especial, de viabilidade orçamental.

- 7. No que toca ao número de viaturas caracterizadas da PSP, considera que existem em número suficiente para fazer face às diversas ocorrências? Serão as mesmas as mais adequadas?**

Resposta: Há um estudo realizado no GPC/UOLF da DNPSP que aponta para um relativo subdimensionamento da frota automóvel da PSP face às necessidades atuais, na ordem das 600 viaturas. Não é grave, mas o pior é o estado das atuais viaturas, padecendo de excessivo desgaste e vetustez, embora aquele condicione este. Quanto à adequação, penso estarem relativamente alinhadas com as funcionalidades e missões exercidas.

- 8. Relativamente a meios tecnológicos, pensa que a PSP está bem equipada e preparada para responder eficazmente aos diversos problemas?**

Resposta: A PSP assenta cada vez mais num paradigma de «*tech-police*», ou seja, no uso intensivo e abrangente de tecnologia de suporte às operações. A própria cultura institucional adaptou-se a ele, sendo notório, por exemplo, o peso que o SEI hoje tem no funcionamento da PSP. No entanto, considero que os investimentos que têm sido feitos neste domínio ao longo dos tempos têm sido insuficientes, não sendo de estranhar as falhas pontuais que têm sido registadas. A expectativa é que a Lei de Programação (LPIEFSS) possa mitigar este problema.

- 9. Considera haver boa troca de informação entre as forças e serviços de segurança portuguesas? E com as forças de segurança de outros países?**

Resposta: com toda a sinceridade, a alegada boa relação e troca profícua de informação entre as FSS portuguesas é um mito antigo que assenta em desideratos de mera cortesia institucional. A realidade não é essa, como todos sabemos. Mesmo em relação a FSS estrangeiras, o facto de os canais de acesso à EUROPOL e INTERPOL serem «monopolizados» restringe em muito todo o potencial de intercâmbio internacional de informação, sendo o gabinete SIRENE a prova disso, pela eficácia que tem mostrado ao

longo dos tempos. Esperemos que o almejado ponto único de acesso nacional, ao nível do SSI, venha a minimizar este problema.

**10. Até que ponto, pensa ser fulcral existir cooperação policial a nível internacional?**

Resposta: Pensar em ameaças transnacionais, como o terrorismo e o crime organizado, sem uma troca abundante e permanente de informação, é como fazer tiro no escuro absoluto. Às vezes consegue-se, mas passa-se a vida a errar.

**11. No que concerne às relações bilaterais entre Portugal e Espanha, como define a cooperação entre a PSP e o Corpo Nacional de Polícia? Pensa ser uma mais-valia não só para a segurança das populações, mas também para a evolução da PSP?**

Resposta: Não tenho experiências vividas nesse domínio devido à minha área tradicional de atuação desde há muitos anos (logística e finanças), mas posso dizer que, de acordo com o que me tem sido veiculado, a cooperação assenta muito em relações bilaterais do foro pessoal, funcionando de forma eficaz, fluida e com a confiança das partes, tanto no que diz respeito ao CNP como à *Guardia Civil*, com quem nos relacionamos em especial em questões de armas e explosivos.

**12. Qual considera ser o futuro da PSP a nível de organização policial?**

Resposta: A PSP está «condenada» a continuar este esforço permanente de autocrítica e de aprendizagem, de forma a evoluir sistematicamente rumo a um estado de *qualidade total*, sendo que deve reajustar a sua organização e funcionamento à realidade demográfica e financeira do país, nomeadamente assumindo dispositivos mais retraídos, inteligentemente disseminados no teatro de operações e com uma base tecnológica mais intensiva, dispensando parte do fator humano.

## **Entrevista**

**Entrevistado:** Manuel Magina da Silva

**Cargo:** Diretor Nacional Adjunto para a Unidade Orgânica de Operações e Segurança

**Posto:** Superintendente-chefe

**Data:** 12-03-2018

**1. Tendo em conta a sua função e experiência profissional, como descreve o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no contexto securitário português?**

Resposta: A PSP é mais uma peça da intrincada engrenagem que é o nosso sistema de segurança interna, plural, fragmentado e multitutelado.

A PSP é uma força de segurança e simultaneamente um órgão de polícia criminal. É uma polícia integral de largo espectro que integra diversas capacidades e valências em todas as áreas ou subsistemas do sistema de Segurança interna (informações, prevenção criminal, repressão criminal e manutenção da ordem pública).

**2. Na sua opinião, o que pensa relativamente à imagem e legitimidade de ação da PSP perante a sociedade?**

Resposta: A minha perceção é que a função policial nos países do sul da Europa é encarada pelos cidadãos como uma função necessária, mas “menor” ou “suja”.

A este propósito cito uma metáfora de autor brasileiro desconhecido, que ilustra bem o que referi:

“A ovelha não gosta do cão de guarda. Ele se parece demais com o lobo e a lembra dos perigos que existem além da cerca.

O lobo odeia o cão de guarda. O cão de guarda se interpõe entre ele e sua presa e o faz vagar na escuridão com fome.

O cão, mesmo sabendo ser indesejado pela ovelha e odiado pelo lobo, persiste em sua missão e segue protegendo os indefesos e combatendo os predadores.”

A polícia existe para impor o cumprimento da lei, proibindo comportamentos e aplicando sanções e estas funções nunca serão bem aceites por que é alvo da atuação policial.

No entanto penso que a imagem da PSP tem melhorado ao longo dos anos, também fruto da imagem dos polícias que a integram. Quanto à legitimidade, existe uma preocupação efetiva dos níveis hierárquicos superiores de a deter, nomeadamente no referente à utilização da força pública, que se encontra perfeitamente consolidada numa norma de execução permanente (NEP) sobre os limites ao uso de meios coercivos.

**3. De que forma o atual panorama securitário (risco de ataques terroristas) afeta/poderá afetar a estrutura e modelo de ação da PSP?**

Resposta: Apesar do nosso país ainda não ter sido alvo de ataque terrorista de inspiração islâmica radical, a consciência de que tal poderá ocorrer, obrigou a PSP a mudar o seu paradigma de intervenção, reforçando a capacidade da resposta policial de primeira linha ou dos “first responders”. Este reforço está inclusivamente previsto nas Grandes Opções Estratégicas da PSP para o quadriénio “2017-2020”: “O objetivo de mais e melhor visibilidade policial constituirá um vetor determinante da mitigação contínua do sentimento de insegurança subjetiva, mas também de prevenção no contexto do espectro das atuais ameaças à segurança interna, designadamente as de matriz terrorista, diversificando a tipologia e a projeção de meios operacionais, com vista à proteção também de soft targets, favorecendo, através da presença e visibilidade policial, uma mais pronta capacidade de reação, na linha do modelo de Segurança *Just In Time*.” e “Numa era de ameaças graves de cariz híbrido e difuso, de espectro geográfico alargado e incerto, impõe-se a revisão e reforço das capacidades ao nível local – Comandos Territoriais – em termos de meios operacionais e de capacitação técnica, para atuação global do efetivo como first responders perante incidentes críticos diversos, assegurando as condições para a rápida e adequada contenção de danos e necessária reposição da normalidade.”

O tipo de ataques terroristas que têm ocorrido na União Europeia caracteriza-se pela utilização de armas facilmente disponíveis e de viaturas para atropelar e matar peões que circulam na via pública. São ataques que duram pouco tempo e exigem uma intervenção imediata, afastando-se dos métodos clássicos de sequestrar pessoas e obter grande cobertura mediática para uma qualquer causa.

Esta mudança no paradigma dos ataques terroristas vai necessariamente refletir-se no investimento em equipamento mais “pesado” para os polícias que previsivelmente serão os primeiros a responder a esses ataques, bem como na aquisição e construção de barreiras móveis com capacidade para deter a intrusão de viaturas em perímetros de segurança montados pela PSP.

**4. Considera o número de esquadras de polícia em Lisboa adequado perante o atual panorama securitário?**

Resposta: A questão deveria ser se o número de esquadras é adequado para a eficiência que se pretende. Sobre esta questão temos que ter uma evidência sempre presente:

quanto maior for o número de instalações policiais, menor será o número de polícias a responderem às diversas ocorrências na via pública. O Comando Metropolitano de Lisboa da PSP tem cerca de 80 instalações policiais operacionais fisicamente separadas e cerca de 800000 de cidadãos que residem na sua área de responsabilidade. O correspondente comando da Polícia nacional de Espanha, para a zona metropolitana de Madrid tem 32 *comissarias* e cerca de 7000000 cidadãos que ali residem. Estes números falam por si...

Sobre esta questão, novamente as Grandes Opções Estratégicas da PSP para o quadriénio 2017-2020, referem: “Em quarto lugar, fruto da dinâmica urbanística e demográfica dos grandes centros urbanos, várias subunidades policiais deixam de ter relevância operacional; ademais uma multiplicidade de instalações entrou em obsolescência por degradação e inadequação funcional acentuadas, prejudicando - de forma significativa - o serviço policial e a qualidade do atendimento ao cidadão. Face a esta dinâmica de mudança endógena e exógena, importa atualizar a oferta de segurança pública, através de um reajustamento do dispositivo, em especial o operacional, nas grandes áreas urbanas, relocizando subunidades, integrando e reduzindo o número de instalações, reagrupando recursos humanos por forma a garantir uma maior disponibilidade de meios operacionais, no contexto de uma Polícia Sempre Presente. Em particular no que às instalações se refere, pretendemos rever a malha do dispositivo urbano relocizando e integrando subunidades para aumentar a capacidade de projeção de meios por libertação de efetivo de tarefas administrativas, tarefas de segurança de edifícios e tarefas de apoio à atividade operacional, para afetá-los a tarefas operacionais, especialmente de policiamento de proximidade, bem como promover a requalificação, imprescindível, das instalações policiais para potenciar um aumento da motivação do capital humano e da qualidade de serviço prestado.”

**5. A seu ver, considera o modelo de “superesquadra” positivo ou negativo, tendo em conta a atual situação, a nível de recursos humanos e meios materiais, da PSP? E no que concerne à prevenção das atuais ameaças e riscos, acha este modelo eficaz?**

Resposta: Pessoalmente acho que deveríamos avançar para uma orgânica semelhante à da Polícia Nacional de Espanha, acabando com as esquadras e aumentando o número de divisões policiais, que deveriam ser em número suficiente, mas não exagerado de forma a não “canibalizarem” os recursos humanos. Genericamente defendo a contração do número de instalações policiais, de forma a dotá-las de capacidade real, que agora as esquadras não têm. As esquadras na realidade não fornecem segurança.



**6. No que respeito ao efetivo policial, considera que a PSP tem efetivo suficiente para fazer face às ameaças e riscos que Portugal é/poderá ser alvo?**

Resposta: Diria que a PSP tem efetivo suficiente desde que se procedessem as necessárias contrações do dispositivo de instalações policiais. Caso estas não ocorram, o efetivo disponível não será suficiente.

**7. No que toca ao número de viaturas caracterizadas da PSP, considera que existem em número suficiente para fazer face às diversas ocorrências? Serão as mesmas as mais adequadas?**

Resposta: As viaturas não são as suficientes e o parque automóvel encontra-se preocupantemente envelhecido. Por outro lado, por vicissitudes diversas, a taxa de inoperacionalidade é elevada, especialmente nos comandos metropolitanos de Lisboa e Porto, onde ocorre uma utilização mais intensiva. No entanto penso que a solução da falta de viaturas apenas será solucionada com o aluguer operacional de viaturas, como fez o governo espanhol para as suas forças de segurança.

**8. Relativamente a meios tecnológicos, pensa que a PSP está bem equipada e preparada para responder eficazmente aos diversos problemas?**

Resposta: Não. Cada vez mais dependemos da tecnologia e os nossos processos administrativos e operacionais estão cada vez mais baseados nela. Dependemos demasiado de entidades externas relativamente a áreas nucleares da PSP.

**9. Considera haver boa troca de informação entre as forças e serviços de segurança portuguesas? E com as forças de segurança de outros países?**

Resposta: Não. O SSI nacional, plural e politicamente multitutelado provoca uma rivalidade institucional que compromete a troca e cooperação real e honesta entre as FSS. Penso que tal só será ultrapassado com uma simplificação estrutural, diminuindo ao máximo o número de FSS.

**10. Até que ponto, pensa ser fulcral existir cooperação policial a nível internacional?**

Resposta: Obviamente é fundamental para combater uma criminalidade cada vez mais internacional e globalizada. Nesse aspeto a União Europeia, através da EUROPOL e a Interpol tem desempenhado um papel fundamental na troca de informação e acesso às suas bases de dados. Novamente esbarramos na arquitetura do nosso SSI, que não tem permitido o acesso pleno às ferramentas e bases de dados internacionais atualmente disponíveis.

**11. No que concerne às relações bilaterais entre Portugal e Espanha, como define a cooperação entre a PSP e o Corpo Nacional de Polícia? Pensa ser uma mais-valia não só para a segurança das populações, mas também para a evolução da PSP?**

Resposta: Existe uma excelente relação entre a PSP e o CNP que aliás está traduzida num protocolo de cooperação amplo e que tem permitido ações concretas em várias áreas, com troca de experiências e informação.

**12. Qual considera ser o futuro da PSP a nível de organização policial?**

Resposta: A PSP é uma polícia focada no cidadão e assim se deve manter. A pergunta que se deve colocar é mais qual o futuro do nosso SSI que, em minha opinião, precisa de reforma urgente para que consiga responder aos enormes desafios dos tempos que vivemos e viveremos.

## **Entrevista**

**Entrevistado:** José Ferreira de Oliveira

**Cargo:** Diretor Nacional Adjunto para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos

**Posto:** Superintendente-chefe

**Data:** 27-03-2018

**1. Tendo em conta a sua função e experiência profissional, como descreve o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no contexto securitário português?**

Resposta: A papel da PSP é nuclear na segurança interna, especialmente no domínio da segurança e manutenção da ordem pública; somos uma Polícia Nacional civil e integral com responsabilidade pela segurança pública em todos os principais núcleos urbanos do país, abrangendo cerca de 60% (residentes e passantes); com a responsabilidade pela investigação de cerca de 70% dos inquéritos crimes que ocorrem no país; temos a nosso cargo as operações de manutenção da ordem pública nos principais grandes eventos de natureza cultural, artística, política etc.

**2. Na sua opinião, o que pensa relativamente à imagem e legitimidade de ação da PSP perante a sociedade?**

Resposta: A minha perceção é que a imagem da PSP é positiva, numa escala de 0 a 10, situá-la-ia nos 7/8 pontos; quanto à legitimidade da PSP, como essa legitimidade decorre do respeito pelo quadro legal, se os polícias na sua ação observaram esse quadro jurídico e respeitarem as pessoas na sua atuação, a legitimidade é total, nem sequer é questionada. Todavia, isso não impede que os Comandantes da Polícia ao nível local se relacionem com os eleitos locais e outros grupos sociais, no sentido de procurar perceber os vários problemas, relativos a insegurança e crime, da comunidade local; essas ações ajudam a reforçar, não digo a legitimidade, mas a aceitação.

**3. De que forma o atual panorama securitário (risco de ataques terroristas) afeta/poderá afetar a estrutura e modelo de ação da PSP?**

Resposta: Os riscos de terrorismo que menciona já estão a afetar o modelo de ação da PSP; por exemplo, no caso das operações policiais, já estamos a reforçar a segurança dos eventos, através da implementação de novas medidas de segurança ativa e passiva, no sentido de reforçar os perímetros de segurança desses eventos (festas, espetáculos),

através de estruturas que evitem a passagem de viaturas pesadas e ligeiras; assim como a criação das chamadas equipas de visibilidade preventiva, cuja função é prevenir e reagir a potenciais ataques violentos, reforçando, com a sua presença, o sentimento de segurança dos cidadãos.

**4. Considera o número de esquadras de polícia em Lisboa adequado perante o atual panorama securitário?**

Resposta: Não; penso que o atual número de Esquadras policiais em Lisboa é excessivo, por segmentarem os já poucos recursos humanos, por muitas escalas de serviço e guardas de instalações, retirando, assim, polícias da rua.

**5. A seu ver, considera o modelo de “superesquadra” positivo ou negativo, tendo em conta a atual situação, a nível de recursos humanos e meios materiais, da PSP? E no que concerne à prevenção das atuais ameaças e riscos, acha este modelo eficaz?**

Resposta: Não falo de um modelo de superesquadra, dado que essa palavra tem uma conotação negativa, gostaria de usar a terminologia correta que é a concentração de polícias e de alguns meios materiais nas divisões policiais que, eventualmente se poderiam chamar de *comissarias*. Neste caso, seria positivo. No entanto, é preciso ter presente que o modelo de concentração de efetivos policiais apenas faz sentido em Lisboa, Porto e eventualmente Setúbal. Por exemplo, falar de concentração de polícias nas divisões de um Comando como Santarém, já não faz sentido nenhum, porque a PSP está em Santarém, mas também está no Cartaxo, Entroncamento, Torres Novas, Abrantes, Ourém. Existe uma proposta de reorganização do modelo territorial da PSP, a decorrer em Lisboa e Porto, que ainda não está terminada e que passa pela extinção de algumas subunidades. Efetivamente, uma concentração dos policiais nas divisões em Lisboa, Porto e, eventualmente, Setúbal acarretaria mais eficácia à ação preventiva da PSP, porque permitiria colocar mais polícias na via pública.

**6. No que respeito ao efetivo policial, considera que a PSP tem efetivo suficiente para fazer face às ameaças e riscos que Portugal é/poderá ser alvo?**

Resposta: Sim, atualmente temos o efetivo policial suficiente para enfrentar o nível de ameaça e risco a que estamos sujeitos; se me perguntar daqui a quatro ou cinco anos,

tendo presente a previsão de saídas para a pré-aposentação já não lhe poderei dizer o mesmo.

**7. No que toca ao número de viaturas caracterizadas da PSP, considera que existem em número suficiente para fazer face às diversas ocorrências? Serão as mesmas as mais adequadas?**

Resposta: Trata-se de uma questão que me transcende; todavia, sempre direi que me parecem adequadas e que o problema não está no número de viaturas, mas na demora da sua reparação, quando avariaram.

**8. Relativamente a meios tecnológicos, pensa que a PSP está bem equipada e preparada para responder eficazmente aos diversos problemas?**

Resposta: Sim, temos meios tecnológicos bastante evoluídos, dou-lhe o exemplo do SEI; no entanto não podemos parar temos que continuar a melhorar os sistemas.

**9. Considera haver boa troca de informação entre as forças e serviços de segurança portuguesas? E com as forças de segurança de outros países?**

Resposta: Sim, existe troca de informação entre as FSS e com outras forças de outros países; o problema não reside aí, mas no facto da informação ter que chegar rapidamente ao polícia que anda na rua; infelizmente isso ainda não acontece como desejaríamos, mas estamos a melhorar; a criação do Ponto Único de Contacto no Sistema de Segurança Interna, com a presença de polícias da PSP vai nesse sentido

**10. Até que ponto, pensa ser fulcral existir cooperação policial a nível internacional?**

Resposta: Não digo apenas fulcral, digo nuclear; hoje em dia num mundo globalizado, numa Europa sem fronteiras se não comunicarmos se não aprendermos, com outras polícias, não conseguiríamos ser eficazes, ou seja, prevenir e reprimir o crime; sem cooperação policial internacional, Portugal tornar-se-ia um paraíso para os criminosos.

**11. No que concerne às relações bilaterais entre Portugal e Espanha, como define a cooperação entre a PSP e o Corpo Nacional de Polícia? Pensa ser uma**

**mais-valia não só para a segurança das populações, mas também para a evolução da PSP?**

Resposta: Muito boa; sem dúvida, a cooperação entre a PSP e o CNP, agora PN de Espanha, é uma grande mais valia para a segurança das populações e também para a melhoria da PSP. Há muitos anos que ela é feita, tendo sido intensificada nos últimos anos, através de vários instrumentos de cooperação europeia e bilateral, por exemplo, através dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira, com a presença, nomeadamente de polícias da PSP e do PN de Espanha; das equipas de patrulhamento conjuntas nalgumas cidades do país; mas a cooperação também se faz ao nível da formação, com a presença de polícias da PSP em escolas de polícia espanholas e vice-versa.

**12. Qual considera ser o futuro da PSP a nível de organização policial?**

Resposta: Considero promissor, apesar das dificuldades que continuaremos a ter; porque um Estado de direito democrático, como é Portugal, nunca poderá prescindir de uma polícia nacional, civil e integral.

### **APÊNDICE III**

#### **FREGUESIAS COM SUBUNIDADE ORGÂNICA POLICIAL (ESQUADRA) – COMETLIS**

**Freguesias com subunidade orgânica policial (esquadra) – COMETLIS**

<b>Município</b>	<b>Freguesias com esquadra da PSP</b>	<b>Total</b>
Amadora	Águas Livres; Alfragide; Encosta do Sol; Falagueira-Venda Nova; e Mina de Água.	5
Cascais	Alcabideche; São Domingos de Rama; União das Freguesias de Carcavelos e Parede; e União das Freguesias de Cascais e Estoril.	4
Lisboa	Alcântara; Alvalade; Areeiro; Arroios; Avenidas Novas; Belém; Benfica; Campo de Ourique; Campolide; Carnide; Estrela; Lumiar; Marvila; Misericórdia; Olivais; Parque das Nações; Penha de França; Santa Maria Maior; e Santo António.	19
Loures	União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação; União das Freguesias de Moscavide e Portela; União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho; União das Freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela; e União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas.	5
Odivelas	Odivelas; União das Freguesias de Pontinha e Famões; União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival de Basto; e União das Freguesias de Ramada e Caneças.	4
Oeiras	Porto Salvo; União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada Dafundo; União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; e União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.	4
Sintra	Algueirão-Mem Martins; Casal de Cambra; Rio de Mouro; União das Freguesias de Aqualva e Mira-Sintra; União das Freguesias de Queluz e Belas; União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão; e União das Freguesias do Cacém e São Marcos.	7
Torres Vedras	União das Freguesias de Torres Vedras (São Pedro e Santiago e Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Matacães.	1
Vila Franca de Xira	União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz; União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho; União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa; e Vila Franca de Xira.	4
<b>Total</b>		<b>53</b>

**Fonte:** adaptado do sítio institucional da PSP e da LEI n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.